



Editoração Casa Civil

CEARÁ

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

Fortaleza, 03 de março de 2016

SÉRIE 3 ANO VIII Nº042

Caderno 2/2

Preço: R\$ 14,78

PODER LEGISLATIVO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

CORRIGENDA

No Anexo Único do Ato da Presidência Nº0039/2016, datado de 28 de janeiro de 2016, publicado no Diário Oficial do Estado dia 19 de fevereiro de 2016: **ONDE SE LÊ:** JANIO ALVES SIQUEIRA CAMPOS. **LEIA-SE:** JANIO ALBERTO SIQUEIRA CAMPOS. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, aos 26 dias do mês de fevereiro do ano de 2016.

Sávia Maria de Queiroz Magalhães
DIRETORA GERAL

*** **

CORRIGENDA

No Anexo Único do Ato da Presidência Nº0071/2016, datado de 28 de janeiro de 2016, publicado no Diário Oficial do Estado dia 23 de fevereiro de 2016: **ONDE SE LÊ:** LARISSA TAUMATURGO BAUTAZAR. **LEIA-SE:** LARISSA TAUMATURGO BALTAZAR. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, aos 25 dias do mês de fevereiro do ano de 2016.

Sávia Maria de Queiroz Magalhães
DIRETORA GERAL

*** **

CORRIGENDA

No Anexo Único do Ato da Presidência Nº0581/2014, datado de 19 de dezembro de 2014, publicado no Diário Oficial do Estado dia 8 de dezembro de 2014: **ONDE SE LÊ:** LUCIANO SOUZA FALCÃO. **LEIA-SE:** LUCIANO SOUZA FARIAS. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, aos 25 dias do mês de fevereiro do ano de 2016.

Sávia Maria de Queiroz Magalhães
DIRETORA GERAL

*** **

OUTROS

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMA – EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2016 PP – CONTRATANTES: Prefeitura do Município de Iracema-CE/Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças, Secretário de Agricultura, Pesca e Recursos Hídricos, Secretário de Agricultura, Pesca e Recursos Hídricos, Secretário de Cultura, Turismo, Esporte e Juventude, Secretário de Infraestrutura e Meio Ambiente, Secretário do Fundo Municipal de Saúde, CNPJ: 11.937.201/0001-36, Secretária de Trabalho e Assistência Social, CNPJ: 15.098.179/0001-39. **CONTRATADA:** GR COMERCIAL LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, sediada à Rua Delta Holanda, Centro, Iracema-CE, CEP: 62.980-000, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 13.317.061/0001-29. Vencedora dos **ITENS: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174**, no Valor de **R\$ 405.962,40** (Quatrocentos e Cinco Mil Novecentos e Sessenta e Dois Reais e Quarenta Centavos). **PRAZOS:** 31 de Dezembro de 2016. **DATA DO CONTRATO:** 11 de Fevereiro de 2016. **Iracema-CE, 03 de Março de 2016.** Marcos Antônio Gurgel Lopes – Secretário do Fundo Municipal de Saúde.

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Caucaia - Aviso de Licitação. Data: 11/04/2016 - Acordo de Empréstimo nº 2230/OC-BR celebrado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID - Edital nº 07.001/2015-CP. 1. O Estado do Ceará solicitou um empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (doravante denominado “Banco [BID]”), em diversas moedas, no montante de US\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de dólares) para o financiamento do Programa de Apoio às Reformas Sociais – PROARES II, e pretende aplicar parte dos recursos em pagamentos decorrentes do contrato para construção de obras nos Municípios do Estado do Ceará. A licitação está aberta a todos os Concorrentes oriundos de países elegíveis do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. 2. O Município de Caucaia, através do Convênio nº158/2009, celebrado com o Estado do Ceará, através da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS, doravante denominado Contratante, convida os interessados a se habilitarem e apresentarem propostas para a Construção de: Lote 01 - 01 Centro de Referência à Assistência Social – CRAS na localidade Conjunto Eldorado II. 3. O Edital e cópias adicionais poderão ser adquiridos na Sala da Comissão Permanente Central de Licitação do Município de Caucaia, com endereço na Rua Coronel Correia, nº 1073, Parque Soledade, Caucaia – Ceará, por meio de solicitação por escrito e o pagamentos em direito a restituição de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por Edital ou no site do Tribunal de Contas do Município do Estado do Ceará/licitações. Os interessados poderão obter maiores informações no mesmo endereço. 4. As propostas deverão ser entregues na Sala da Comissão Permanente Central de Licitação do Município de Caucaia, com endereço na Rua Coronel Correia, nº1073, Parque Soledade, Caucaia – Ceará, até às 09 horas do dia 11 de abril de 2016 acompanhadas de Garantia de Proposta no valor de: Lote Nº - 01; Construção de 01 (um) Centro de Referência à Assistência Social – CRAS, na localidade Conjunto Eldorado II; VR. da Garantia - R\$ 4.992,00 e serão abertas imediatamente após às 09 horas do mesmo dia, na presença dos interessados que desejarem assistir à cerimônia de abertura. 5. O Concorrente poderá apresentar proposta individualmente ou como participante de um Joint-Venture / ou Consórcio.

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Jati – Extrato de Contratos - Pregão Presencial Nº 2016.02.03.01 – Fundo Municipal de Educação. Objeto: contratação de pessoa física ou jurídica para o transporte escolar de alunos do ensino fundamental e médio deste município. Contratados: 01 - Fabio de Araújo Cruz, CPF nº 918.537.028-20, vencedor das rotas 01 e 02; 02 – Francisco Jovino Neto, CPF nº 222.624.743-20, vencedor da rota 03; 03 – José Tavares Caldas, CPF nº 067.424.333-10, vencedor das rotas 04 e 16; 04 – Antônio José de Oliveira, CPF nº 068.010.213-20, vencedor das rotas 05; 05 – Roberto José de Figueiredo, CPF nº 030.449.683-99, vencedor da rota 06; 06 – Cícero Silvio e Silva, CPF nº 523.949.483-53, vencedor da rota 07 e 21; 07 – Francisco José da Silva, CPF nº 501.978.353-68, vencedor das rotas 08 e 09; 08 – José Madeiro de Moura Neto, CPF nº 348.399.503-00, vencedor das rotas 10 e 12; 09 – Aristeu Xavier de Sá, CPF nº 175.186.033-91, vencedor da rota 11; 10 – Anselmo José de Oliveira, CPF nº 025.315.173-24, vencedor das rotas 13 e 14; 11 – Napoleão Ribeiro de Aquino, CPF nº 068.009.983-20, vencedor da rota 15; 12 – Josimar Miguel Raimundo, CPF nº 601.940.543-49, vencedor da rota 17; 13 – Vicente Raimundo dos Santos, CPF nº 325.895.613-00, vencedor da rota 18; 14 – Sizenando Ferreira Dantas, CPF nº 042.444.193-49, vencedor da rota 19 e 15 – José Ivan Barbosa de Souza, CPF nº 471.318.884-00, vencedor da rota 20. Contratante: Fundo Municipal de Educação. Duração dos Contratos: Até 31 de Dezembro de 2016. Dotação Orçamentária: 0801 - 12.361.0019.2.031. Elemento de Despesas Nº 3390.36.00. Fonte de Recursos: FNDE (PNATE) PMJ. Data de Assinatura dos Contratos: 22 de Fevereiro de 2016. **Jati/CE, 01 de Março de 2016.** Josival Nogueira Vidal - Secretário Municipal de Educação.

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Milhã - Aviso de Errata - Pregão Presencial Nº 2016.02.23.1. A Comissão de Pregão da Prefeitura Municipal de Milhã, torna público a Errata do Edital Pregão Presencial nº 2016.02.23.1, publicado neste Jornal no dia 26 de Fevereiro de 2016. Onde se Lê: Pregão Presencial nº 2016.02.23.1. Leia-se: Pregão Presencial nº 2016.02.23.2. **Prefeitura Municipal de Milhã, 01 de Março de 2016.** Alex Sandro Costa Dias - Pregoeiro.

ENERGIA PÉCEM

PORTO DO PÉCEM GERAÇÃO DE ENERGIA S.A. CNPJ 08.976.495/0001-09

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais. A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31/12/15	31/12/14	01/01/14
Circulante			Ajustado	Ajustado
Caixa e equivalentes de caixa	5	123.074	151.690	45.961
Concessionárias	6	403.570	206.565	104.080
Impostos e contribuições sociais	7	8.768	2.738	26.762
Estoques	11	93.223	89.333	91.438
Cauções e depósitos vinculados	12	20.375		298
Outros créditos	13	42.289	20.254	22.328
Total do Ativo Circulante		691.299	470.580	290.867
Não circulante				
Impostos e contribuições sociais	7	5.078	4.360	
Tributos diferidos	8	536.690	563.306	428.104
Cauções e depósitos vinculados	12	332	60.867	55.767
Outros créditos	13	12.208	3.084	2.502
		554.308	631.617	486.373
Imobilizado	14	3.313.762	3.393.256	3.397.973
Intangível	15	2.301	9.292	9.483
		3.316.063	3.402.548	3.407.456
Total do Ativo Não circulante		3.870.371	4.034.165	3.893.829
TOTAL DO ATIVO		4.561.670	4.504.745	4.184.696
PASSIVO				
Circulante				
Fornecedores	16	171.720	212.843	250.510
Impostos e contribuições sociais	7	17.634	22.621	39.446
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	17	78.631	151.821	173.739
Obrigações sociais e trabalhistas	19	5.460	8.058	7.317
Encargos setoriais	18	11.877	9.092	3.547
Provisões	20	153.730	224.896	74.279
Outras contas a pagar	13	80.736		
Total do Passivo Circulante		519.788	629.331	548.838
Não circulante				
Fornecedores	16	221.618	452.766	118.827
Empréstimos e financiamentos	17	2.324.114	2.344.269	2.363.358
Provisões	20	139.033	163.208	4.533
Outras contas a pagar	13	8.039	2.060	1.217
Total do Passivo Não circulante		2.692.804	2.962.303	2.487.935
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	21.1	2.286.193	1.886.872	1.886.872
Reservas de lucros	21.2		71.312	71.312
Outros resultados abrangentes	21.3	(59.230)	(73.722)	(88.091)
Prejuízos acumulados		(877.885)	(971.351)	(722.170)
Total do Patrimônio líquido		1.349.078	913.111	1.147.923
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.561.670	4.504.745	4.184.696

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2015	2014
Receitas	22	1.249.606	1.153.672
Custo da produção e do serviço de energia elétrica	23		
Custo do serviço de energia elétrica		(167.063)	(312.250)
Custo da produção da energia elétrica		(556.403)	(397.851)
Custo de operação		(121.307)	(514.002)
		(844.773)	(1.224.103)
Lucro bruto		404.833	(70.431)
Despesas e Receitas operacionais	23		
Despesas gerais e administrativas		(19.392)	(18.535)
Depreciações e amortizações		(302)	(139)
Outras despesas e receitas operacionais		(16.639)	(1.719)
		(36.333)	(20.393)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		368.500	(90.824)
Resultado financeiro	24		
Receitas financeiras		209.494	27.508
Despesas financeiras		(532.271)	(308.877)
		(322.777)	(281.369)
Resultado antes dos tributos s/o lucro		45.723	(372.193)
I.R. e contribuição social correntes		(4.418)	-
I.R. e contribuição social diferidos		(19.151)	135.943
	25	(23.569)	135.943
Resultado líquido do exercício		22.154	(236.250)
Result.p/ação atribuív.aos acionistas	26		
Resultado básico/ diluído			
por ação (reais/ações)ON		0,01045	(0,12521)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	2015	2014
Resultado líquido do exercício	22.154	(236.250)
Outros resultados abrangentes		
Hedge de fluxos de caixa	21.958	21.771
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(7.466)	(7.402)
Resultado abrangente do exercício	36.646	(221.881)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	2015	2014
		Ajustado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	45.723	(372.193)
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	154.067	136.808
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	13.396	
Juros e atualizações monetárias dos contratos de mútuos	34.355	38.088
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos e derivativos	302.557	280.770
Encargos setoriais - provisão e atualização monetária	14.468	12.011
Provisão (reversão) - Ressarcimento por Indisponibilidade	(2.567)	260.442
Outros	(661)	
	561.338	355.926
(Aumento) diminuição de ativos operacionais		
Concessionárias	(197.005)	(102.480)
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(6.748)	19.664
Estoques	(3.890)	50.249
Cauções e depósitos vinculados	40.160	(4.802)
Despesas pagas antecipadamente	(9.792)	(5.949)
Outros ativos operacionais	(21.367)	7.437
	(198.642)	(35.881)
Aumento (diminuição) de passivos operacionais		
Fornecedores	(61.232)	172.623
Outros tributos e contribuições sociais	(4.987)	(16.825)
Obrigações sociais e trabalhistas	(2.598)	741
Encargos setoriais	(11.683)	(6.466)
Provisões	348	(407)
Provisões - Ressarcimento por Indisponibilidade	(93.122)	49.257
Outros passivos operacionais	86.715	86.403
	(86.559)	285.326
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	276.137	605.371
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao Imobilizado e Intangível	(80.978)	(199.636)
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento	(80.978)	(199.636)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e derivativos	(193.011)	(166.456)
Pagamentos de encargos de dívidas líquido de derivativos	(30.764)	(133.550)
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento	(223.775)	(300.006)
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(28.616)	105.729
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	123.074	151.690
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	151.690	45.961
	(28.616)	105.729

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2015	2014		2015	2014
Geração do valor adicionado	1.477.531	1.496.000	Valor adicionado total a distribuir	774.216	128.290
Receita operacional	1.396.553	1.296.364	Distribuição do valor adicionado		
Receita relativa à construção de ativos próprios	80.978	199.636	Pessoal		
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(759.418)	(1.258.410)	Remuneração direta	25.820	23.481
Custos da energia comprada	(103.914)	(253.578)	Benefícios	6.821	7.694
Encargos de uso da rede elétrica	(63.149)	(58.672)	FGTS	2.415	2.375
Materiais	(26.597)	(22.595)	Impostos, taxas e contribuições		
Matéria-prima e insumos para produção energia elétrica	(556.403)	(397.851)	Federais	165.616	2.619
Serviços de terceiros	(118.639)	(187.914)	Estaduais	12.954	11.241
Outros custos operacionais	109.284	(337.800)	Remuneração de capitais de terceiros		
Valor adicionado bruto	718.113	237.590	Juros	532.271	308.877
Retenções			Aluguéis	6.165	8.253
Depreciações e amortizações	(154.067)	(136.808)	Lucro retido/Prejuízo do exercício	752.062	364.540
Valor adicionado líquido produzido	564.046	100.782			
Valor adicionado recebido em transferência					
Receitas financeiras	210.170	27.508		22.154	(236.250)
				774.216	128.290

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Reservas acumuladas	Prejuízos Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.886.872	71.312	(88.091)	(709.613)	1.160.480
Prejuízo do exercício				(236.250)	(236.250)
Outros resultados abrangentes					
Hedge de fluxos de caixa			21.771		21.771
Imposto de renda e contribuição social diferidos			(7.402)		(7.402)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.886.872	71.312	(73.722)	(945.863)	938.599
	Capital social	Reservas de lucros	Outros Resultados abrangentes	Reservas acumuladas	Prejuízos Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.886.872	71.312	(73.722)	(945.863)	913.111
Ajustes de exercícios anteriores				(25.488)	(25.488)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.886.872	71.312	(73.722)	(971.351)	913.111
Integralização de capital social - AGE 15/05/2015	399.321				399.321
Lucro líquido do exercício				22.154	22.154
Destinação do lucro					
Reserva de retenção de lucros		(71.312)		71.312	-
Outros resultados abrangentes					
Hedge de fluxos de caixa			21.958		21.958
Imposto de renda e contribuição social diferidos			(7.466)		(7.466)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	2.286.193	-	(59.230)	(877.885)	1.349.078

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional - A Porto do Pecém Geração de Energia S.A. (Companhia ou Energia Pecém) possui autorização para a construção e operação de uma usina termelétrica a carvão mineral, instalada no Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP, Estado do Ceará, com capacidade instalada de geração de 720 MW(*). Esta autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, conforme Portaria nº 226, de 27 de junho de 2008, do Ministério de Minas e Energia. **1.1. Concessão** - Em 16 de outubro de 2007, a Energia Pecém vendeu 615 MW no leilão A-5, realizado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, com prazo de fornecimento de 15 anos. Estas vendas foram homologadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL na referida data.

Usina Termelétrica	Estado	Modalidade	Outorga	Capacidade Instalada (MWm) (*)	Energia Assegurada (MWm) (*)	Concessão Início	Concessão Término
UTE Porto do Pecém I	CE	Produtor Independente	Autorização	720,3	645,3	01/07/2008	01/07/2043

(*) Não auditado pelos auditores independentes

A primeira unidade geradora da Energia Pecém começou a fornecer energia ao Sistema Interligado Nacional - SIN em 15 de outubro de 2012, em caráter de testes, sendo que em 1º de dezembro de 2012 foi recebida autorização da ANEEL para iniciar a operação comercial de sua primeira unidade geradora, com capacidade instalada de 360 MW(*). A segunda unidade geradora recebeu em 10 de maio de 2013 autorização da ANEEL para iniciar a operação comercial com capacidade instalada restrita a 240 MW(*), ficando a Companhia responsável por recompor este lastro, porém em 29 de junho de 2013 a segunda unidade obteve êxito em disponibilizar ao SIN a sua capacidade operacional plena de 360 MW(*).

1.2 Licenças Ambientais - Em 28 de dezembro de 2012, a Energia Pecém obteve da Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Estado do Ceará - SEMACE, a Licença de Operação nº 1.062/2012 (renovação), com validade até 28 de dezembro de 2015, para a construção e operação da UTE a carvão mineral pulverizado com geração de 720 MW(*) de energia no Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP no Município de São Gonçalo do Amarante, Estado do Ceará. Em 31 de dezembro de 2015 a licença encontra-se em processo de renovação junto a SEMACE.

2. Base de preparação - 2.1. - Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 02 de fevereiro de 2016.

2.2 Práticas contábeis - As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem. **2.3 Base de mensuração** - As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo. **2.4 Uso de estimativa e julgamento** - Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6. As principais estimativas que representam risco significativo com

probabilidade de causar ajustes materiais às demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da CCEE (Nota 6); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias (Nota 8); Recuperação dos ativos (*impairment*) (Nota 14); Provisões (Nota 20); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 27.1.3).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação - A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Redução ao valor recuperável - Ativo financeiro - São avaliados quando há evidências de perdas não recuperáveis e ao final de cada exercício, exceto para Concessionárias que são avaliados mensalmente (Nota 6). São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro - Se a Administração da Companhia observar que houve indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização no valor contábil líquido do imobilizado e ativos intangíveis, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável, a Companhia procede o teste de recuperabilidade dos ativos. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.7 Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) novas e revisadas - 2.7.1. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018) - A IFRS 9 foi emitida em novembro de 2009. Em outubro de 2010 foi revisada para incluir requerimentos de classificação e mensuração de passivos financeiros e para desreconhecimento. Outra revisão da IFRS 9 emitida em julho de 2014 incluiu principalmente: (i) requerimentos de *impairment* para ativos financeiros; e (ii) alterações limitadas para os requerimentos de classificação e mensuração ao introduzir um critério de avaliação a “valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes” para alguns instrumentos de dívida simples.

IFRS 15 - Receitas de Contratos com clientes (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018) - Em maio de 2014 foi emitida a IFRS 15 que introduziu um modelo simplificado para o reconhecimento de receitas provenientes dos contratos com clientes. A norma enfatiza o reconhecimento da receita como transferência ou promessa de bens ou serviços a clientes que reflete sua consideração de qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços. A IFRS 15 substituirá o CPC 30 (R1) - Receitas (IAS18), o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (IAS 11) e as interpretações relacionadas. A Administração da Companhia acredita que a IFRS 9 e a IFRS 15 possam gerar efeitos nos montantes reportados nas demonstrações financeiras, no entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que a Companhia efetue uma revisão detalhada desses impactos.

2.7.2. Normas e interpretações revisadas, já emitidas pelo CPC, adotadas pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2015 - A Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2015, passou a adotar novas normas e interpretações conforme Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 06/2014, emitidos pelo CPC. As seguintes normas revisadas não refletiram impactos nas demonstrações financeiras: (i) CPC 04 (R1) - Ativo Intangível (IAS 38); (ii) CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas (IAS 24); (iii) CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações (IFRS 2); (iv) CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios (IFRS 3); (v) CPC 22- Informações por Segmento (IFRS 8); (vi) CPC 25- Provisões, Passivos e Ativos Contingentes (IAS 37); (vii) CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1); (viii) CPC 27- Ativo Imobilizado (IAS 16); (ix) CPC 28 - Propriedade para Investimento (IAS 40); (x) CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados (IAS 19); (xi) CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39); e (xii) CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação (IAS 32).

3. Reapresentações dos exercícios anteriores - As demonstrações financeiras relativas à 31 de dezembro de 2014 estão sendo reapresentadas, para melhor apresentação dos saldos, conforme demonstrado abaixo: (i) A partir de 1º de janeiro de 2015, passou a vigorar o novo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, estabelecido por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 605/14. Algumas alterações foram introduzidas neste novo manual, dentre elas, a rubrica de Partes relacionadas foi extinta sendo seus valores reclassificados no Balanço Patrimonial e na Demonstração do Fluxo de Caixa para as rubricas Empréstimos e financiamentos, Outros créditos e Outras contas a pagar; (ii) Em maio de 2015, a Companhia contratou consultoria especializada em levantamento de ativos do setor elétrico para realização de trabalho de levantamento físico e contábil de sua base de ativos. Como resultado dos trabalhos foram apresentadas melhorias na identificação e classificação dos ativos, em conformidade com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE. Estas reclassificações entre as classes de ativos geraram ajustes nas taxas de depreciação dos bens, com impacto negativo de R\$46.347 na rubrica de Imobilizado, impacto positivo de R\$7.729 na rubrica de Intangível e de R\$13.130 na rubrica de Tributos Diferidos, e impacto negativo de R\$25.488 no Patrimônio Líquido; e

(iii) O montante de R\$380.290 anteriormente classificado na rubrica de Ressarcimento por indisponibilidade - Adomp passou a ser apresentada na rubrica de Provisões; e (iv) o montante de R\$65.392 anteriormente classificado na rubrica de Instrumentos financeiros derivativos no Ativo Circulante passou a ser apresentado na rubrica de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no Passivo Circulante.

3.1. Balanço Patrimonial

	31/12/2014		
	Publicado	Reapresentação para melhor apresentação	Saldo ajustado
ATIVO			
Circulante			
Despesas pagas antecipadamente	5.949	(5.949)	-
Instrumentos financ. derivativos	65.392	(65.392)	-
Outros créditos	14.305	5.949	20.254
Total do Ativo Circulante	535.972	(65.392)	470.580
Não circulante			
Partes relacionadas	3.084	(3.084)	-
Tributos diferidos	550.176	13.130	563.306
Outros créditos		3.084	3.084
Imobilizado	3.439.603	(46.347)	3.393.256
Intangível	1.563	7.729	9.292
Total do Ativo Não circulante	4.059.653	(25.488)	4.034.165
PASSIVO			
Circulante			
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	179.536	(27.715)	151.821
Instrumentos financeiros derivativos	37.677	(37.677)	-
Provisões	2.873	222.023	224.896
Ressarcimento por indisponibilidade - Adomp	222.023	(222.023)	-
Total do Passivo Circulante	694.723	(65.392)	629.331
Não circulante			
Fornecedores	-	452.766	452.766
Empréstimos e financiamentos	1.888.361	455.908	2.344.269
Instrumentos financeiros derivativos	93.446	(93.446)	-
Partes relacionadas	817.288	(817.288)	-
Provisões	4.941	158.267	163.208
Ressarcimento por indisponibilidade - Adomp	158.267	(158.267)	-
Outras contas a pagar		2.060	2.060
Total do Passivo Não circulante	2.962.303	-	2.962.303
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Prejuízos acumulados	(945.863)	(25.488)	(971.351)
Total do Patrimônio Líquido	938.599	(25.488)	913.111

3.2 Demonstração do Fluxo de Caixa

	2014		
	Publicado	Reapresentação para melhor apresentação	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	247.593	33.177	280.770
Provisão (reversão) - Ressarcimento por Indisponibilidade - Adomp	-	260.442	260.442
	62.307	293.619	355.926
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Outros ativos operacionais	8.019	(582)	7.437
	(35.299)	(582)	(35.881)
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores	75.074	97.549	172.623
Provisões - Ressarcimento por Indisponibilidade		49.257	49.257
Outros passivos operacionais	309.699	(223.296)	86.403
	361.816	(76.490)	285.326
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	388.824	216.547	605.371
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Partes relacionadas	(582)	582	-
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento	(200.218)	582	(199.636)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Partes relacionadas	217.129	(217.129)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(82.877)	(217.129)	(300.006)



4. Eventos significativos no exercício**4.1. ANEEL aprova pleito para recálculo do ressarcimento de energia**

Em 10 de fevereiro de 2015 a ANEEL por meio do Despacho nº 302, proferiu decisão favorável ao pedido de reconsideração do cálculo de ressarcimento por indisponibilidade decorrente da energia não gerada pela Companhia. O cálculo considerava o Fator de Indisponibilidade - FID com base na capacidade instalada de 720 MW e, com a decisão, o FID foi recalculado a partir da potência de 700 MW, consignada nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR. O recálculo é retroativo desde a entrada em operação comercial da primeira unidade geradora (UG01) em dezembro de 2012 e da segunda unidade geradora (UG02) em maio de 2013 e gerou um impacto positivo de R\$10.946 no resultado do exercício em Gastos operacionais, na rubrica de Ressarcimento por indisponibilidade.

4.2. ANEEL aprova pleito para recálculo do consumo interno

Em 17 de março de 2015, foi publicado o Despacho nº 686, no qual a ANEEL proferiu decisão favorável a pedido de reconsideração do cálculo do consumo interno da Companhia. O período de cálculo tinha como base inicial setembro de 2012, mês que se iniciaram os testes UG01. Com a decisão, o recálculo retroativo expurgou os meses de teste da usina (setembro, outubro e novembro de 2012) e passou a considerar o período desde a entrada em operação comercial da UG01 em dezembro de 2012 e da UG02 em maio de 2013. O fator de perdas internas (consumo interno) de longo prazo para abatimento da garantia física passou de 3,60% para 2,74% (referência 2014) e de 4,82% para 4,21% (referência 2015), gerando um impacto positivo de R\$27.807 no resultado do exercício em Gastos operacionais, na rubrica de Ressarcimento por indisponibilidade.

4.3. Recálculo do ressarcimento por indisponibilidade - Despacho nº 3.878/2015

Em 1º de dezembro de 2015 a ANEEL publicou o Despacho nº 3.878 e estabeleceu que, para fins de cumprimento da ação judicial com consequente cálculo do ressarcimento devido às distribuidoras compradoras de CCEAR da Companhia, seja calculado conforme à proporção de suas indisponibilidades superiores às de referência (FID) aplicada diretamente na quantidade contratual. Neste caso o volume de energia a ser ressarcido à PLD descontado de CVU obedece a equação $QL \cdot (1 - FID)$, onde QL é a quantidade de lotes vendida no leilão de energia. Os efeitos deste cálculo devem ser aplicados de forma retroativa desde dezembro de 2012, gerando um impacto positivo de R\$147.169, com efeito de R\$135.304 em Gastos operacionais, na rubrica de Ressarcimento por indisponibilidade e R\$11.865 reconhecido como atualização monetária no resultado financeiro (Nota 24).

4.4 Conclusão da aquisição das ações remanescentes da Porto Pecém

Em 15 de maio de 2015, a EDP - Energias do Brasil S.A., por meio de Fato Relevante, comunicou que, nesta data, foi concluída a aquisição dos 50,0% do capital total e votante da Companhia detido pela ENEVA S.A., uma vez tendo sido atendidas todas as condições precedentes desta transação. A EDP - Energias do Brasil realizou o pagamento no valor de R\$300.000 pela referida transação, passando a deter 100% do capital total e votante da Companhia, além do controle de suas operações. Conforme CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas da EDP - Energias do Brasil, a partir de 15 de maio de 2015, passou a consolidar as informações financeiras da Companhia em suas

demonstrações financeiras consolidadas. Ainda como efeito da transação, foi realizado aumento de capital dos saldos em aberto em 15 de maio de 2015 com a ENEVA S.A. e suas subsidiárias, no montante de R\$399.321 (Nota 21.1).

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2015	31/12/2014
Bancos conta movimento	27.801	33.382
Aplicações financeiras	95.273	118.308
Total	123.074	151.690

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. Essas aplicações financeiras referem-se a operações em fundos de investimentos, composto por títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou do Banco Central do Brasil e créditos securitizados pelo Tesouro Nacional ou operações compromissadas lastreadas nestes títulos, remunerados à taxa média de 98,82% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares. Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por rating de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira; A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

6. Concessionárias

	31/12/2015	31/12/2014
Concessionárias		
Suprimento de energia elétrica	308.506	156.043
Energia de curto prazo	95.064	50.522
Total	403.570	206.565

O saldo de Concessionárias, totalmente vincendo, refere-se à: (i) valores faturados dos contratos de comercialização de energia elétrica CCEAR, na modalidade disponibilidade de energia elétrica atrelada ao fator de disponibilidades da usina, assinados com 35 distribuidoras e atualizados anualmente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA; e (ii) valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Conforme requerido pelo CPC 38, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de concessionárias e, quando necessário, é constituída uma Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Não há saldo de PCLD na Companhia em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014. O recebimento ocorre em três vencimentos, cada um equivalente a um terço do valor mensal, sendo: (i) primeiro vencimento até o dia 20 do mês subsequente; (ii) segundo vencimento até 30 do mês subsequente; e (iii) terceiro vencimento até o dia 10 do segundo mês subsequente. Considerando que os recebíveis possuem vencimento máximo em 40 dias, a Administração entende não ser necessário efetuar ajuste a valor presente. A exposição da Companhia a riscos de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27. A variação no montante de R\$197.005 no exercício refere-se basicamente ao maior volume de energia produzida no período, ao reajuste anual dos contratos pelo IPCA, ao maior montante de energia comercializada na CCEE e ao reconhecimento dos efeitos do Despacho nº 3.878/15 (Nota 4.3).

7. Impostos e contribuições sociais

	Saldo em 31/12/2014	Adições	Atualização monetária	Adiantamentos/ Pagamentos	Compensação de tributos	Reclas- sificação	Saldo em 31/12/2015
Ativos - Compensáveis							
ICMS	-	12.294	(11.105)		(827)	1.187	1.549
PIS e COFINS	4.360	73.049			(72.317)		5.092
IRRF sobre aplicações financeiras	2.120	2.857		79			5.056
Outros	618	3.324		12	(618)	(1.187)	2.149
Total	7.098	91.524	(11.105)	91	(73.762)	-	13.846
Circulante	2.738						8.768
Não circulante	4.360						5.078
Total	7.098						13.846

	Saldo em 31/12/2014	Adições	Baixas	Atualização monetária	Adiantamentos/ Pagamentos	Compensação de tributos	Reclas- sificação	Saldo em 31/12/2015
Passivo - a recolher								
Imposto de renda e contribuição social	-	4.418						4.418
ICMS	2.332	21.161			(23.314)	(827)	1.861	1.213
PIS e COFINS	5.674	120.337			(46.095)	(72.754)		7.162
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	3.586	5.842			(7.867)	(10)	1.125	2.676
Outros	11.029	19.611			(15.312)	(171)	(12.992)	2.165
Total	22.621	171.369			(92.588)	(73.762)	(10.006)	17.634
Circulante	22.621							17.634
Total	22.621							17.634

Os impostos e contribuições sociais correntes que serão liquidados em um único pagamento, são apresentados pelo seu montante líquido compensável, conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro. Do montante de R\$12.992 da coluna de reclassificação, R\$10.006 refere-se ao Imposto de renda retido na fonte sobre contratos de mútuo, reclassificado para a rubrica de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívida.

8. Tributos diferidos

O Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos foram registrados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. O Imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pela sua natureza, e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

8.1. Composição e base de cálculo

Natureza dos créditos	Ativo Não circulante		Resultado	
	31/12/2015 IRPJ/CSLL	31/12/2014 IRPJ/CSLL	2015 IRPJ/CSLL	2014 IRPJ/CSLL
Prejuízos Fiscais	264.228	275.281	(11.053)	39.721
Base Negativa da Contribuição Social	95.122	99.102	(3.980)	14.299
	359.350	374.383	(15.033)	54.020
Diferenças Temporárias				
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	52	35	17	32
Gastos Pré-operacionais	94.733	115.794	(21.061)	
Instrumentos financeiros - CPC 39	31.791	(53.802)	85.593	(6.679)
Instrumentos financeiros - Resultados abrangentes	30.512	37.978		
Ressarcimento por indisponibilidade	17.067	88.551	(71.484)	88.551
Outras	3.185	367	2.817	19
Total diferenças temporárias	177.340	188.923	(4.118)	81.923
Total	536.690	563.306	(19.151)	135.943

A variação no Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos no montante de R\$26.616, foi registrada em contrapartida a débito do resultado do exercício em R\$19.151 e a débito no Patrimônio líquido de R\$7.466.

8.2. Resultados tributáveis futuros

A Administração elaborou, em 31 de dezembro de 2015, projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados, o qual foi aprovada pelo Conselho de Administração. Essas estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões. Com base no estudo, a Companhia estima recuperar os créditos fiscais diferidos ativos nos seguintes exercícios:

2016	2017	2018	2019	2020	2021 a 2023	2024 a 2028	Total Não circulante
18.147	22.943	34.765	30.757	17.753	117.656	294.669	536.690

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas Controladoras em conjunto, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, são apresentados como segue:





	Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Ativo		Passivo		Resultado	
				Circulante	Não Circulante	Circulante	Não circulante	Operacional	Financeiro
				31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14	2015	2014
Concessionárias									
Venda de energia elétrica									
EDP Bandeirante	Controle comum	Receita Fixa + CVU	27/08/2008 a 31/12/2026	10.204	4.702			40.273	36.006
EDP Escelsa	Controle comum	Receita Fixa + CVU	01/01/2012 a 31/12/2026	6.300	2.901			24.865	22.230
				16.504	7.603	-	-	65.138	58.236
Outras contas a receber									
Prestação de serviços - Backoffice									
Pecém TM	Controle em conjunto		01/05/2015 a 01/05/2020	834				834	
Pecém OM	Controle em conjunto		01/05/2015 a 01/05/2020	360				360	
Mabe	Controle em conjunto		01/05/2015 a 01/05/2020	301				301	
				1.495	-	-	-	1.495	-
Compartilhamento de Ativos									
Pecém II	(*)					3.053		9.616	19.987
Itaquí	(*)					29		723	
Parnaíba II	(*)					2			
					-	3.084	-	9.616	20.710
Outros contas a pagar									
Ressarcimento por Indisponibilidade									
EDP Bandeirante	Controle comum	PLD	27/08/2008 a 31/12/2026			2.620	5.159	5.664	(6.466)
EDP Escelsa	Controle comum	PLD	27/08/2008 a 31/12/2026			1.618	2.737	3.497	(3.992)
				-	-	4.238	7.896	9.161	(10.458)
Outros créditos									
Pecém OM	Controle em conjunto		02/12/2013 a indeterminada			26	938	(4.600)	(3.257)
Pecém TM	Controle em conjunto		27/08/2008 a 31/12/2026			8.013	1.052	(17.948)	(3.603)
EBX S.A.	(*)						70		
				-	-	-	8.039	2.060	(6.860)
Fornecedores									
Suprimento de energia elétrica									
EDP Comercializadora	Controle comum		01/03/2013 a 31/03/2013			45.409	45.409		
EDP Comercializadora	Controle comum		01/04/2013 a 30/04/2013			42.381	42.381		
EDP Comercializadora	Controle comum		01/04/2013 a 30/04/2013			703	703		
EDP Comercializadora	Controle comum		01/05/2013 a 31/05/2013			18.546	18.546		
EDP Comercializadora	Controle comum		01/06/2013 a 30/06/2013			272	272		
EDP Comercializadora	Controle comum		01/07/2013 a 31/07/2013			897	897		
EDP Comercializadora	Controle comum		01/09/2013 a 30/09/2013			841	841		
EDP Comercializadora	Controle comum		01/10/2013 a 31/10/2013			860	860		
EDP Comercializadora	Controle comum		01/11/2013 a 30/11/2013			1.007	1.007		
EDP Comercializadora	Controle comum		01/12/2013 a 31/12/2013			1.824	1.824		
EDP Comercializadora	Controle comum		01/02/2014 a 28/02/2014					(5.755)	
EDP Comercializadora	Controle comum		01/02/2014 a 28/02/2014					(5.912)	
EDP Comercializadora	Controle comum		01/03/2014 a 31/03/2014			18.153	18.153	(20.653)	
EDP Comercializadora	Controle comum		01/04/2014 a 30/04/2014			25.807	25.807	(25.807)	
EDP Comercializadora	Controle comum		01/05/2014 a 31/05/2014			27.817	27.817	(27.817)	
EDP Comercializadora	Controle comum		01/06/2014 a 30/06/2014					(14.341)	
EDP Comercializadora	Controle comum		01/07/2014 a 31/07/2014			11.500	11.500	(21.230)	
EDP Comercializadora	Controle comum		01/08/2014 a 31/08/2014			25.601	25.601	(25.601)	
EDP Comercializadora	Controle comum		01/09/2014 a 30/09/2014					(25.276)	

Fornecedores	Relacionamento/	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Ativo		Passivo		Resultado			
				Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Operacional	Financeiro		
										31/12/15	31/12/14
EDP Comercializadora	Controle comum		01/10/2014 a 31/10/2014							(27.799)	
EDP Comercializadora	Controle comum		01/10/2014 a 31/10/2014							(27.898)	
EDP Comercializadora	Controle comum		01/12/2014 a 31/12/2014							(20.861)	
MPX Comercializadora de Energia	(*)		01/02/2014 a 28/02/2014							(6.560)	
MPX Comercializadora de Energia	(*)		01/03/2014 a 31/03/2014							(5.755)	
MPX Comercializadora de Energia	(*)		01/03/2014 a 31/03/2014							(5.912)	
MPX Comercializadora de Energia	(*)		01/05/2013 a 31/05/2013							(2.683)	
MPX Comercializadora de Energia	(*)		01/10/2013 a 31/10/2013							(143)	
Itaquí Geração de Energia	(*)		02/12/2013 a indeterminada							(564)	
				-	-	-	-	221.618	272.257	-(270.567)	-
Mabe	Controle em conjunto		Indeterminada			9.618				(10.485)	
				-	-	9.618	-	-	-	(10.485)	-
Assunção de Dívida											
Eneva	(*)		Indeterminada						180.509		
				-	-	-	-	-	-		-
Empréstimos a pagar											
Contratos de mútuo - 105% do CDI											
EDP - Energias do Brasil	Controladora		Indeterminada					212.247	181.231		(26.061) (19.049)
Eneva	(*)		Indeterminada					181.231			(8.294) (19.049)
				-	-	-	-	212.247	362.462	-	(34.355) (38.098)
				17.999	7.603	3.084	13.856	7.896	449.487	32.758 (214.759) (34.355) (38.098)	
(*) Em 15 de maio de 2015, a EDP - Energias do Brasil S.A. concluiu a aquisição dos 50,0% do capital total e votante da Companhia detido pela ENEVA S.A. (Nota 4.4), desta forma a partir desta data, estas empresas deixaram de ser consideradas pela Companhia como Partes relacionadas. As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.											
10. Remuneração dos administradores											
10.1 Remuneração total do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal pagos pela Companhia referente aos exercícios findos em 31 de dezembro (em R\$)											
2015											
Diretoria Estatutária											
Proporção (%)											
Total											
1.019.983											
755.965											
52.348											
211.670											
1.019.983											
100%											
1.019.983											
100%											
100%											
Até fevereiro de 2015, das 4 posições da Diretoria Estatutária, apenas 2 membros eram remunerados. A partir de março de 2015, das 4 posições da Diretoria Estatutária, 3 membros são remunerados. A remuneração anual global dos membros da Diretoria Estatutária é de até R\$1.681.880,00 para o período de abril de 2015 a março de 2016, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 22 de abril de 2015. (i) O número de membros foi calculado em conformidade com o Ofício Circular/CVM/SEP/nº02/2015, que corresponde a média anual dos membros remunerados. Esta média contempla a substituição de membros. (ii) Foram considerados os benefícios de: Vale Alimentação, Medicamentos, Seguro Saúde, Assistência Odontológica e Seguro de Vida.											
10.2 Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal referente aos exercícios findos em 31 de dezembro (em R\$)											
2015											
Diretoria Estatutária											
1,58											
1.019.983											
670.575											
644.200											

11. Estoques

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Matéria Prima e Insumos			
Produção Energia	11.1	26.050	23.601
Material de almoxarifado		19.030	17.266
Resíduos e sucatas	11.2	48.143	48.144
Outros			322
Total		93.223	89.333

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderada móvel. Os materiais utilizados na construção da infraestrutura, estão classificados na rubrica de Imobilizado em curso (Nota 14).

11.1. Matéria Prima e Insumos Produção Energia

Do montante em 31 de dezembro de 2015 de R\$26.050 (R\$23.601 em 31 de dezembro de 2014), R\$22.378 (R\$20.404 em 31 de dezembro de 2014) refere-se ao carvão utilizado na produção de energia. O saldo remanescente é composto por diesel, produtos químicos e cal.

11.2. Resíduos e sucatas

O saldo desta rubrica refere-se ao valor residual do gerador danificado, baixado da rubrica do Imobilizado, no qual foi substituído em 2014. O processo está aguardando a regulação do sinistro junto a seguradora.

12. Cauções e depósitos vinculados

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Depósitos judiciais		332	320
Cauções e depósitos vinculados	20.375		60.547
Total	20.375	332	60.867

O saldo da conta de cauções e depósitos vinculados refere-se, basicamente, a parte das aplicações financeiras da Companhia mantidas em conta de reserva, em cumprimento aos contratos de financiamento firmados em 09 de Julho de 2009 com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, constituída como parte das garantias desse contrato (Nota 17). A Companhia efetua o depósito mensal de 1/6 do valor da parcela como garantia do pagamento.

13. Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	<u>Nota</u>	<u>Circulante</u>		<u>Não circulante</u>	
		<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Outros créditos - Ativo			Ajustado		Ajustado
Adiantamentos		24.884	13.712		
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	9	1.495			3.084
Despesas pagas antecipadamente		15.741	5.949		
Outros		169	593	12.208	
Total		42.289	20.254	12.208	3.084
Outras contas a pagar - Passivo					
Folha de pagamento		870			
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	9			8.039	2.060
Adiantamento de sinistros	13.1	78.804			
Outros		1.062			
Total		80.736	-	8.039	2.060

13.1. Adiantamento de sinistros

Refere-se ao recebimento de parte do sinistro relativo aos custos de reposição do gerador danificado em 2014, além de indenização por lucros cessantes. O processo encontra-se em regulação do sinistro e estes não são valores finais.

14. Imobilizado

Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados e pela estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado. A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE e foram aprovadas pela Resolução Normativa nº367, de 2 de junho de 2009, atualizadas pela Resolução Normativa nº474, de 7 de fevereiro de 2012 que estabelece novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE. Posteriormente, em 11 de agosto de 2015 foi publicada a Resolução nº 674 que aprova o MCPSE que vigorará a partir de 1º de janeiro de 2016 que tem como propósito aprimorar o controle patrimonial através de acréscimos nas tabelas de atributos técnicos e a inclusão de equipamentos específicos para que se pudessem alcançar as novas tecnologias utilizada pelo Setor. Sobre a vida útil dos bens e instalações, apesar de a tabela contendo as taxas de depreciação fazer parte do MCPSE, a referida regulamentação não tratou da revisão das vidas úteis, dado a especificidade, a mesma deverá ser tratada em outro momento, conforme Nota Técnica nº211/2015 - SFF/ANEEL, de 31 de julho de 2015. A Administração entende que essas taxas refletem a melhor estimativa de vida útil dos ativos da Companhia. Para os imobilizados cujo o valor residual ultrapassa o prazo final de autorização, as taxas de depreciação são ajustadas para que todos os imobilizados sejam depreciados dentro deste período.

14.1. Composição do imobilizado

	<u>31/12/2015</u>				<u>31/12/2014</u>			
	<u>Taxa média de depreciação %</u>	<u>Custo histórico</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Taxa média de depreciação %</u>	<u>Custo histórico</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Valor líquido</u>
Imobilizado em serviço								
Geração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33	216.240	(22.086)	194.154	3,33	216.240	(14.922)	201.318
Máquinas e equipamentos	3,99	3.371.933	(421.810)	2.950.123	3,99	3.360.538	(272.184)	3.088.354
Veículos	14,29	1.069	(537)	532	14,29	9.188	(2.735)	6.453
		3.589.242	(444.433)	3.144.809		3.585.966	(289.841)	3.296.125
Sistema de Transmissão e Conexão								
Máquinas e equipamentos	2,50	24.740	(2.481)	22.259	2,50	24.740	(1.676)	23.064
		24.740	(2.481)	22.259		24.740	(1.676)	23.064
Administração								
Máquinas e equipamentos	11,46	2.646	(764)	1.882		11.404	(2.172)	9.232
		2.646	(764)	1.882	11,46	11.404	(2.172)	9.232
Total do Imobilizado em serviço		3.616.628	(447.678)	3.168.950		3.622.110	(293.689)	3.328.421
Imobilizado em curso								
Geração		144.812		144.812		64.835		64.835
Total do Imobilizado em curso		144.812	-	144.812		64.835	-	64.835
Total Imobilizado tangível		3.761.440	(447.678)	3.313.762		3.686.945	(293.689)	3.393.256

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não houve indicação, seja por meio de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2015, a Administração julga que o valor contábil líquido dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

14.2. Mutação do imobilizado

	Valor líquido em 31/12/2014 Ajustado	Adições	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciação	Baixas	Reclas- sificação	Valor lí- quido em 31/12/2015
Imobilizado em serviço							
Edificações, obras civis e benfeitorias	201.318			(5.244)		(1.920)	194.154
Máquinas e equipamentos	3.120.650		943	(146.905)	(6.933)	6.509	2.974.264
Veículos	6.453			(1.531)		(4.390)	532
Total do Imobilizado em serviço	3.328.421	-	943	(153.680)	(6.933)	199	3.168.950
Imobilizado em curso							
Edificações, obras civis e benfeitorias		3.479				(2.330)	1.149
Máquinas e equipamentos	38.154	65.104					103.258
Adiantamento a fornecedores	25.563	8.171				(8.144)	25.590
Outros	1.118	4.166	(943)			10.474	14.815
Total do Imobilizado em curso	64.835	80.920	(943)	-	-	-	144.812
Total do Imobilizado	3.393.256	80.920	-	(153.680)	(6.933)	199	3.313.762

15. Intangível

Os intangíveis compreendem: • *Softwares* : são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização. • *Servidões permanentes*: estão registradas pelo custo de aquisição e são amortizadas pelo prazo de autorização. A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Para os intangíveis cujo o valor residual ultrapassa o prazo final de autorização, as taxas de amortização são ajustadas para que todos os intangíveis sejam amortizados dentro deste período.

15.1. Composição do intangível

	Taxa média de amor- tização %	31/12/2015			Taxa média de amor- tização %	31/12/2014		
		Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido		Custo histórico Ajustado	Amortização acumulada Ajustado	Valor líquido Ajustado
Intangível em serviço								
Sistema de Transmissão de Conexão								
Servidão permanente	3,30	2.796	(930)	1.866	3,30	9.257	(627)	8.630
		2.796	(930)	1.866		9.257	(627)	8.630
Administração								
Software	20,00	1.135	(700)	435	20,00	1.135	(473)	662
		1.135	(700)	435		1.135	(473)	662
Total do Intangível em serviço		3.931	(1.630)	2.301		10.392	(1.100)	9.292
Total Intangível		3.931	(1.630)	2.301		10.392	(1.100)	9.292

15.2. Mutação do intangível

	Valor líquido em 31/12/2014 Ajustado	Adições	Amortizações	Baixas	Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2015
Intangível em serviço						
Software	837	58			(460)	435
Servidão permanente	8.455		(387)	(6.463)	261	1.866
Total do Intangível em serviço	9.292	58	(387)	(6.463)	(199)	2.301
Total Intangível	9.292	58	(387)	(6.463)	(199)	2.301

16. Fornecedores

	Nota	Circulante		Não circulante	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Suprimento de energia elétrica		62.503	45.914	221.618	272.257
Energia livre		1.688			
Encargos de uso da rede elétrica		8.035			
Materiais e serviços	16.1	99.494	166.929		180.509
Total		171.720	212.843	221.618	452.766

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

16.1. Materiais e serviços - O saldo em 31 de dezembro de 2014 de R\$180.509 referia-se a saldos a pagar a ENEVA S.A. e foram integralizados ao capital social da Companhia, conforme descrito na nota 21.1.





17. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas
17.1. Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Moeda nacional	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Utilização	Condições de pagamento	Garantias	31/12/2015				31/12/2014			
								Encargos		Principal Não Circulante	Total	Encargos		Principal Não Circulante	Total
								Circulante	Circulante			Circulante	Circulante		
EDP - Energias do Brasil S.A.	197.872	24/09/2012		24/09/2012 a 09/12/2015	Contrato de mútuo	105% do CDI e juros com parcela única no final				212.247	212.247			181.231	181.231
Eneva S.A.	197.872	24/09/2012		24/09/2012 a 15/05/2015	Contrato de mútuo	105% do CDI e juros com parcela única no final								181.231	181.231
BNDES	1.410.000	10/06/2009	1.402.000	09/07/2009 a 15/06/2026	Implantação da usina termelétrica Pecém I	(i) índice de passivo a.a. acima da TJLP líquido máximo de 0,75 a 0,25.	(i) Penhor de ações; (ii) depósitos caucionados; (iii) cessão de direitos e contratos; (iv) notas promissórias; (v) hipoteca; (vi) alienação de ativos; e (vii) fiança bancária	4.710	118.897	1.129.521	1.253.128	4.539	118.472	1.243.954	1.366.965
(-) Custo de Transação		10/06/2009		09/07/2009 a 15/06/2026				(1.237)	(5.607)	(6.844)	(8.204)	4.539	(1.360)	(6.844)	(8.204)
Moeda estrangeira								4.710	117.660	1.336.161	1.458.531	4.539	117.112	1.599.572	1.721.223
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento	327.000	10/07/2009	319.700	10/07/2009 a 15/05/2026	Implantação da usina termelétrica Pecém I	(i) índice de passivo p/ +3% a.a. a 3,50% a.a. do máximo de 0,75 a 0,25	(i) Penhor de ações; (ii) depósitos caucionados; (iii) cessão de direitos e contratos; (iv) notas promissórias; (v) hipotecas; e (vi) alienação de ativos	4.362	91.610 (2.966)	887.261 (11.650)	983.233 (14.616)	3.148	57.984 (3.247)	665.867 (14.616)	726.999 (17.863)
(-)Custo de captação		10/07/2009		10/07/2009 a 15/05/2026				4.362	88.644	875.611	968.617	3.148	54.737	651.251	709.136
Derivativos															
Banco Citibank		16/10/2007		16/10/2007 a 01/10/2017	Hedge frente ao financiamento do BID	Swap Libor 6M para pré 5,79% e 5,82% a.a.	Fiança Corporativa	47.434		112.342	159.776	37.677		93.446	131.123

17.1. Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

17.1. Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas																	
Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Utilização	Co-venas	Custo da dívida	Forma de pagamento	31/12/2015			31/12/2014						
								Encargos		Garantias	Principal		Encargos		Total	Principal	
								Circulante	Circulante		Circulante	Não circulante	Circulante	Não Ajustado		Circulante	Não Ajustado
Banco Citibank	13/11/2014	13/11/2014 a 16/11/2016	Hedge frente ao financiamento do BID			BRL/USD 2,8395; BRL/USD 3,3529	Em parcela única no final do contrato		(78.340)	Fiança Corporativa			(18.480)	(18.480)			
Banco HSBC	15/05/2015	15/05/2015 a 16/05/2016	Hedge frente ao financiamento do BID			BRL/USD 3,3527	Em parcela única no final do contrato		(38.064)	Fiança Corporativa			(38.064)				
Goldman Sachs	15/05/2015	15/05/2015 a 16/05/2016	Hedge frente ao financiamento do BID			BRL/USD 3,3541; BRL/USD 2,6911	Em parcela única no final do contrato		(28.523)	Fiança Corporativa			(15.358)	(15.358)			
BTG Pactual	13/11/2015	13/11/2015 a 16/11/2016	Hedge frente ao financiamento do BID			BRL/USD 2,8395; BRL/USD 3,3529	Em parcela única no final do contrato		(39.252)	Fiança Corporativa			(31.554)	(31.554)			
Total								- (136.745) 9.072	69.559			112.342 2.324.114	93.446 2.344.269	(27.715) 144.134 65.731 2.496.090			

Os empréstimos e financiamentos são mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

17.2. Mutação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício

Circulante	Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	Valor líquido em 31/12/2014	Pagamentos		Juros provisionados		Transferências	Ajuste a valor de mercado	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2015
Principal		176.456	(193.011)		142.253	164.149				62.913		210.507
Juros		7.687	(143.000)							2.132		9.072
Custo de transação		(4.607)				(4.203)			4.607			(4.203)
Swap		(27.715)	112.236					(221.266)				(136.745)
Não circulante		151.821	(223.775)		142.253	159.946		(221.266)	4.607	65.045		78.631
Principal		2.272.283	(194.530)		34.355	(164.149)				271.064	10.006	2.229.029
Custo de transação		(21.460)				4.203						(17.257)
Swap		93.446						18.896				112.342
		2.344.269	(194.530)		34.355	(159.946)		18.896	-	271.064	10.006	2.324.114

O pagamento no Não circulante de R\$194.530, no montante líquido de IRRF de R\$188.281, refere-se a capitalização do saldo de mútuo com a ENEVA S.A. (Nota 4.4).

17.3. Vencimento das parcelas do Circulante

Vencimento Circulante	2016	Nacional		Estrangeira		Total
Principal		122.370		(43.739)		78.631
Custo de transação		122.370		(43.739)		78.631
Não circulante						
2017		117.504		131.827		249.331
2018		330.432		132.203		462.635
2019		118.029		134.245		252.274
2020		118.153		137.892		256.045
2021 até 2025		592.611		418.702		1.011.313
2026 até 2030		59.432		33.084		92.516
Total		1.336.161		987.953		2.324.114
		1.458.531		944.214		2.402.745

17.4. Garantias e obrigações

A Companhia celebrou o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos e Créditos onde cede e transfere de forma irrevogável, irretratável e em caráter fiduciário ao BNDES e BID, na medida em que permitido na lei aplicável, a propriedade fiduciária e a posse indireta de: (i) Todos os direitos e créditos da Devedora oriundos de cada instrumento, bem como quaisquer direitos de indenização decorrentes do término da Autorização para Geração e Comercialização; (ii) A totalidade dos direitos e créditos de que os Acionistas sejam titulares com relação aos Contratos de Empréstimos Subordinados; (iii) Os direitos da Devedora sobre todas as Propriedades Intelectuais necessárias para o Projeto, de que venha a ser, a qualquer tempo, titular; (iv) Todos os instrumentos, certificados, cartas de crédito, cartas de fiança e documentos de cobrança que evidenciem, representem, assegurem ou, por qualquer forma, garantam o pagamento de quaisquer Direitos Creditórios, que deles decorram ou a eles sejam relativos, incluindo, sem qualquer limitação, notas promissórias, faturas, duplicatas, letras de câmbio, títulos de crédito e contratos de câmbio; e (v) Todos os direitos e créditos, atuais e futuros, da Devedora, em decorrência das Contas do Projeto, com exceção da Conta Local da Devedora, inclusive, sem limitação, todos os direitos de crédito da Devedora, em virtude dos valores depositados nas Contas do Projeto, bem como investimentos feitos com valores ali depositados e ganhos e rendimentos deles oriundos, e respectivos certificados e documentos representativos de tais investimentos. Demais garantias atreladas aos empréstimos e financiamentos da Companhia, estão relacionadas na nota 28.2. Os financiamentos do BNDES e do BID possuem cláusulas restritivas (*covenants*). Em 31 de dezembro de 2015 todas as cláusulas foram integralmente atendidas.

18. Encargos Setoriais

	<u>Nota</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Atualização</u> <u>monetária</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2015</u>
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	18.1	9.092	12.514	1.121	(11.128)	11.599
Outros encargos		-	833		(555)	278
Total		9.092	13.347	1.121	(11.683)	11.877
Circulante		9.092				11.877
Total		9.092				11.877

18.1. Pesquisa e desenvolvimento - P&D - Referem-se às obrigações a aplicar no programa de P&D registrado pela Companhia apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. O programa de P&D é regulamentado por meio da Resolução Normativa nº 504/12. O saldo líquido contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes ao programa.

19. Obrigações Sociais e Trabalhistas

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Folha de pagamento	19.1	4.659	6.954
INSS e FGTS		801	1.104
Total		5.460	8.058

19.1. Folha de pagamento - Na rubrica Folha de pagamento estão contempladas provisões de férias e respectivos encargos sociais e a provisão para participação nos lucros e resultados do exercício.

20. Provisões

	<u>Nota</u>	<u>Circulante</u> <u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>Não circulante</u> <u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	20.1		106	152	
Licenças ambientais	20.2	125	2.767		
Desmantelamento	20.3			7.885	4.941
Ressarcimento por indisponibilidade	20.4	153.605	222.023	130.996	158.267
Total		153.730	224.896	139.033	163.208

As Provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido. **20.1. Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas** - A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente, por diversos índices de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso. **20.1.1. Risco de perda possível** - A Companhia possui processos de naturezas trabalhista e civil em andamento cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

	<u>Nota</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>Ativo</u> <u>Depósito judicial (Nota 12)</u> <u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Trabalhistas		6.195	4.324		
Cíveis		2.277	2.612	332	320
Fiscais	20.1.1.1	70.256	54.644		
Outros			17.589		
Total		78.728	79.169	332	320

20.1.1.1 Fiscais - Refere-se em sua maioria a discussão judicial decorrente de Execução Fiscal nº 000.153777.2015.405.8100, que envolve o montante atualizado de R\$70.010 em 31 de dezembro de 2015 (R\$54.644 em 31 de dezembro de 2014), ajuizada pela União Federal, objetivando a cobrança de débitos de IRPJ e CSLL decorrentes da glosa de exclusões de determinadas receitas financeiras e variações cambiais ativas auferidas nos meses de janeiro, fevereiro e dezembro de 2009. **20.2 Licenças Ambientais** - As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE da ANEEL, e depreciadas pela vida útil das instalações e equipamentos. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação dos empreendimentos, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é provisionado e é registrado um ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença. O montante de R\$125 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 2.767 em 31 de dezembro de 2014) refere-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UTE Pecém I, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O reconhecimento desses custos ocorre contra a rubrica de Imobilizado, por estarem associados ao Projeto Básico Ambiental sendo, portanto, tratados como custo da usina. O saldo desta provisão foi reconhecido pela melhor estimativa e a atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida em resultados.

	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização</u> <u>monetária</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2015</u>
Licenças Ambientais					
Circulante	2.767	391	(3.078)	45	125
Total	2.767	391	(3.078)	45	125

20.3 Desmantelamento - O montante em 31 de dezembro de 2015 de R\$7.885 (R\$4.991 em 31 de dezembro de 2014) refere-se à provisão de desmantelamento que é constituída quando existe uma obrigação legal ou contratual no final da outorga de autorização. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza para fazer face às respectivas responsabilidades relativas as despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas em contrapartida do Imobilizado. Anualmente, as provisões são sujeitas a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. **20.4 Ressarcimento por indisponibilidade** - O saldo refere-se a valores registrados conforme relatórios mensais de faturamento emitidos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, devido a períodos de indisponibilidade da usina enquanto estava despachada pela ONS - Operador Nacional do Sistema. A metodologia de apuração destes valores vinha sendo questionada pela Companhia

junto a ANEEL, o que ocasionou ação judicial para interrupção da sistemática de cobrança pelo fator horário, e em 24 de janeiro de 2014, a Companhia obteve a Tutela Antecipada que suspendeu a aplicação do cálculo de indisponibilidade da UTE Porto do Pecém I em base horária e determinou que fossem efetuados com base na média dos últimos 60 meses. Desde então, a Companhia passou a reconhecer como provisão em seu balanço do montante estimado referente à expectativa futura de ressarcimento ao sistema, com base na média móvel dos últimos 60 meses incorridos.

	Saldo em 31/12/2014	Provisão/ (Reversão)	Pagamentos	Saldo em 31/12/2015
Ressarcimento por Indisponibilidade				
Circulante	222.023	24.704	(93.122)	153.605
Não circulante	158.267	(27.271)		130.996
	380.290	(2.567)	(93.122)	284.601

21. Patrimônio Líquido - 21.1. Capital social - O Capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2015 é de R\$2.286.193 representado por 2.286.193.207 ações ordinárias e em 31 de dezembro de 2014 é de R\$1.886.872, representado por 1.886.872.262 ações ordinárias, totalmente subscrito e integralizado, todas nominativas e sem valor nominal. Foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 15 de maio de 2015, o aumento de capital da Companhia no valor de R\$399.321, com a emissão de 399.320.945 ações, totalmente integralizados pela ex acionista ENEVA S.A. e subsidiárias, mediante a créditos detidos pelas mesmas relativos à saldos de Fornecedores no montante de R\$ 211.040 e Empréstimos a pagar (mútuo) no valor de R\$188.281. Conforme mencionando na nota 4.4 foi concluída a aquisição dos 50,0% do capital total e votante da Companhia detido pela ENEVA S.A., desta forma a EDP - Energias do Brasil passou a deter 100% da Companhia. As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável. **21.2. Reservas de Lucros** - O montante de reservas de lucros em 31 de dezembro de 2014 de R\$71.312, conforme artigo 189 da Lei nº 6.404/76, foi absorvido pelos Prejuízos acumulados. **21.3. Outros resultados abrangentes** - Representados pelas alterações no valor justo dos instrumentos derivativos de proteção designados como *hedges* de fluxo de caixa e impostos incidentes. São reconhecidas diretamente no patrimônio líquido em conta específica de ajuste de avaliação patrimonial. Em 2013, conforme a política de *hedge* da Companhia, durante os testes de efetividade executados periodicamente verificou-se que, a partir de abril de 2013 para o *Swap Tranche B* e a partir de julho de 2013 para o *Swap Tranche A*, os *hedges* tornaram-se inefetivos devido ao comportamento das curvas futuras de mercado, sendo os efeitos destas operações registrados no resultado a partir das respectivas datas (Nota 27.3).

	Saldo em 31/12/2014	Perdas	Provisão IRPJ/CSLL	Saldo em 31/12/2015
<i>Hedge</i> de fluxos de caixa	(111.700)	21.958		(89.742)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	37.978		(7.466)	30.512
	(73.722)	21.958	(7.466)	(59.230)

21.4. Dividendos - A distribuição de dividendos é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. O estatuto da Companhia dispõe que o dividendo é obrigatório e não poderá ser inferior a 25% do lucro líquido ajustado pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76, incisos I, II e III deste artigo. A Companhia não distribuiu dividendos no exercício de 2015, devido a cláusulas restritivas dos contratos de financiamento e à existência de Prejuízos acumulados. **22. Receita** - O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir: (i) A receita de geração de energia é reconhecida quando a energia é entregue ao cliente ou quando é disponibilizada conforme previsões contratuais; (ii) A energia fornecida e não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do balanço, é estimada e reconhecida como receita não faturada; e (iii) O faturamento de suprimento de energia para todas as concessionárias é efetuado mensalmente, de acordo com os contratos de disponibilidade.

	R\$	
	2015	2014
Suprimento de energia elétrica	1.133.711	1.017.710
Energia de curto prazo	261.347	278.654
Outras receitas operacionais	1.495	
Receita operacional bruta	1.396.553	1.296.364
(-) Deduções à receita operacional		
Tributos sobre a receita		
ICMS	(12.954)	(11.241)
PIS/COFINS	(119.661)	(119.914)
	(132.615)	(131.155)
Encargos do consumidor		
P&D	(12.514)	(11.537)
Outros encargos	(1.818)	
	(14.332)	(11.537)
	1.249.606	1.153.672

Receita

23. Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros. A Companhia apresenta os Gastos operacionais por função na Demonstração de resultados. É apresentado a seguir o detalhamento por natureza do gasto, conforme requerido pelo CPC 26.

		2015				2014	
		Custo da produção e do serviço		Despesas operacionais			
				Gerais e Adminis- trativas			
	Nota	Com energia elétrica	Da produção	De operação	Outras	Total	Total
Não gerenciáveis							
Energia elétrica comprada para revenda							
Moeda nacional		103.914				103.914	253.578
Encargos de uso da rede elétrica		63.149				63.149	58.672
Taxa de fiscalização						-	1.719
Custo da matéria prima consumida			556.403			556.403	397.851
Ressarcimento por indisponibilidade	20.4			(137.871)		(137.871)	232.733
		167.063	556.403	(137.871)	-	585.595	944.553
Gerenciáveis							
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada				32.957	6.235	39.192	40.661
Material				13.128	178	13.306	22.595
Serviços de terceiros				45.619	5.260	50.879	96.765
Depreciação				153.445	235	153.680	136.616
Amortização				320	67	387	192
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas				25	12	37	-
Aluguéis e arrendamentos				5.901	218	6.119	8.253
Outras				7.783	7.489	16.639	(5.139)
		-	-	259.178	19.694	295.511	299.943
Total		167.063	556.403	121.307	19.694	881.106	1.244.496



24. Resultado financeiro

	2015	2014
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	15.752	9.472
Variação monetária e acréscimo moratório da energia vendida	240	
Operações de swap e hedge	180.413	
Juros e multa sobre impostos (-) PIS/COFINS sobre	91	
Receitas financeiras	(676)	
Atualização monetária - Ressarcimento por indisponibilidade	11.865	16.942
Outras receitas financeiras	1.809	1.094
	209.494	27.508
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	(146.955)	(137.420)
Variações monetárias moeda nacional	(21.617)	(1.564)
Variações monetárias moeda estrangeira	(319.877)	(85.828)
Operações de swap e hedge		(22.494)
Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais, trabalhistas e outros	(9)	
Atualização monetária contratos de mútuo	(34.355)	(38.088)
Outras despesas financeiras	(9.458)	(23.483)
	(532.271)	(308.877)
	(322.777)	(281.369)

25. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de renda corrente é calculado com base nos resultados tributáveis, às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente de 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais e a contribuição social corrente é calculada com base nos resultados tributáveis, através da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

	2015	2014
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	45.723	(372.193)
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	(15.546)	126.546
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
Outras	1.399	9.397
Outros		
Ajustes na DIPJ	(9.422)	
Despesa de IRPJ e CSLL	(23.569)	135.943
Alíquota efetiva	52%	37%

26. Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia para os exercícios apresentados é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas. No exercício de 2015, a Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2015	2014
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	22.154	(236.250)
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	2.119.809	1.886.872
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	0,01045	(0,12521)

27. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas substanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos associados a estas operações são realizadas por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

27.1. Instrumentos financeiros - Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação. A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento ou quando os títulos expirarem.

27.1.1. Classificação dos instrumentos financeiros - Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo: • **Instrumentos mantidos até o vencimento** - Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável. • **Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado** - Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial, e se a Companhia gerencia os investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. • **Empréstimos e recebíveis** - São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custo de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. • **Outros ao custo amortizado** - São designados para essa categoria os ativos e passivos financeiros cujo o registro é o montante pelo qual os mesmos são mensurados em seu reconhecimento inicial, menos as amortizações de principal, mais os juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva menos qualquer redução por ajuste ao valor recuperável ou impossibilidade de recebimento.

	Nota	Níveis	31/12/2015 Valor justo Ajustado	31/12/2014 Valor justo Ajustado	31/12/2015 Valor contábil Ajustado	31/12/2014 Valor contábil Ajustado
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa	5					
Aplicações financeiras		Nível 2	95.273	118.308	95.273	118.308
Ativos mantidos até o vencimento						
Cauções e depósitos vinculados	12		20.375	60.547	20.375	60.547
Empréstimos e recebíveis						
Caixa e equivalentes de caixa	5					
Bancos conta movimento			27.801	33.382	27.801	33.382
Concessionárias	6		403.570	206.565	403.570	206.565
Outros créditos - Partes relacionadas	13		1.495	3.084	1.495	3.084
			548.514	421.886	548.514	421.886

Nota	Níveis	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
		Valor justo	Valor justo	Valor contábil	Valor contábil
		Ajustado	Ajustado	Ajustado	Ajustado
Passivos financeiros					
Outros ao custo amortizado					
Fornecedores	16	393.338	665.609	393.338	665.609
Ressarcimento por indisponibilidade	20.4	284.601	380.290	284.601	380.290
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	17				
Moeda nacional		1.246.284	1.358.761	1.246.284	1.358.761
Moeda estrangeira		968.617	709.136	968.617	709.136
Contratos de mútuo		212.247	362.462	212.247	362.462
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	13	8.039	2.060	8.039	2.060
Valor justo por meio do resultado					
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	17				
Derivativos	Nível 2	(24.403)	65.731	(24.403)	65.731
		3.088.723	3.544.049	3.088.723	3.544.049

27.1.2. Valor justo - Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. Algumas operações com instrumentos financeiros da Companhia apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo em função desses valores possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No caso dos Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, de acordo com o CPC 12, não é aplicável a técnica de ajuste a valor presente a contratos com o BNDES decorrente destes contratos possuírem características próprias. Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela BM&FBovespa, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo. Essas diferenças ocorrem principalmente em virtude desses instrumentos apresentarem prazos de liquidação. **27.1.3.**

Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros - A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia: (a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; (b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado. A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia classificados como valor justo por meio do resultado e disponíveis para venda, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício. **27.2. Gestão de riscos** - A política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil abrange todas as suas unidades de negócios e está alinhada à estratégia do Grupo EDP em suas operações no mundo. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão. **27.2.1.**

Risco de mercado - O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Os empréstimos e financiamentos e encargos de dívidas captados pela Companhia apresentados na nota 17, possuem como contraparte o BNDES e o BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia possui um risco de mercado associado a TJLP, ao Dólar e a Libor. Deve-se considerar que a Companhia está exposta a oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia possui exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira, entretanto, possui derivativos de swaps com o objetivo de hedge econômico, para controlar todas as exposições à variação cambial e juros para essas obrigações. Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil.

27.2.1.1. Análise de sensibilidade - As análises de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado. No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Aging cenário provável			Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
		Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Cauções e depósitos vinculados	CDI	9.261			9.261	2.315	4.631	(2.315)	(4.631)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	9.261	-	-	9.261	2.315	4.631	(2.315)	(4.631)
Empréstimos e financiamentos - BNDES	TJLP	(101.959)	(305.208)	(153.842)	(561.009)	(68.559)	(170.387)	68.559	170.387
Instrumentos financeiros passivos	TJLP	(101.959)	(305.208)	(153.842)	(561.009)	(68.559)	(170.387)	68.559	170.387
BID									
Principal	Dólar	(97.337)	(480.795)	(470.463)	(1.048.595)	(262.149)	(524.298)	262.149	524.298
Encargos	Dólar	(36.747)	(160.460)	(77.712)	(274.919)	(68.790)	(137.459)	68.730	137.459
Instrumentos financeiros passivos	Dólar	(134.084)	(641.255)	(548.175)	(1.323.514)	(330.939)	(661.757)	330.879	661.757
Swap - Ponta Passiva	Dólar	128.965	(99.881)	(17.850)	11.234	419.505	660.370	(62.226)	(303.091)
Instrumentos financeiros derivativos	Dólar	128.965	(99.881)	(17.850)	11.234	419.505	660.370	(62.226)	(303.091)
	Dólar	(5.119)	(741.136)	(566.025)	(1.312.280)	88.566	(1.387)	268.653	358.666
BID									
Encargos	Libor-6M	(34.570)	(124.796)	(58.961)	(218.327)	(11.166)	(22.314)	11.166	22.314
Instrumentos financeiros passivos	Libor-6M	(34.570)	(124.796)	(58.961)	(218.327)	(11.166)	(22.314)	11.166	22.314
Swap - Resultado	Libor-6M	(49.674)	(99.881)	(17.850)	(167.405)	(3.461)	(6.921)	3.461	6.921
Instrumentos financeiros derivativos	Libor-6M	(49.674)	(99.881)	(17.850)	(167.405)	(3.461)	(6.921)	3.461	6.921
	Libor-6M	(84.244)	(224.677)	(76.811)	(385.732)	(14.627)	(29.235)	14.627	29.235



Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: TJLP em 6,00% e 7,50% a.a; Libor - 6M entre 0,22% e 0,73%; e Dólar entre R\$4,05 e R\$4,22. As curvas futuras dos indicadores TJLP, Dólar e Libor - 6M estão de acordo com o projetado pelo mercado e alinhados com a expectativa da Administração da Companhia.

27.2.2. Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na nota 17. A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observam-se as características das captações efetivadas. Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5), Concessionárias (Nota 6) e Cauções e depósitos vinculados (Nota 12). A Companhia em 31 de dezembro de 2015 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Concessionárias, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos. Os riscos de liquidez atribuídos a rubrica de Empréstimos e financiamentos referem-se a Juros futuros e, consequentemente, não contabilizados, encontram-se demonstrados na nota 28.1. A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2015, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	2015				
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Passivos Financeiros					Total
Fornecedores	47.536	1.232	122.952	221.618	393.338
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				8.039	8.039
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	9.872	29.616	175.888	1.107.943	1.103.829
Derivativos			(136.745)	112.342	(24.403)
Ressarcimento por indisponibilidade	80.392	15.143	58.070	130.996	284.601
	137.800	45.991	220.165	1.580.938	1.103.829
					3.088.723

27.2.3. Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Consumidores e concessionárias, Cauções e depósitos vinculados, entre outras. No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros e esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais. Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo, os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração. Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas. A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

27.3. Contabilidade de hedge (*hedge accounting*)

A Companhia passou a qualificar desde 2011 determinados instrumentos financeiros para a contabilidade de cobertura (*hedge accounting*). Os derivativos de cobertura são registrados ao valor justo e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo da contabilidade de cobertura adotado e, para isso, os seguintes requisitos foram atendidos: (i) para a data de início da relação, existe documentação formal da cobertura; (ii) existe a expectativa de que a cobertura seja altamente eficaz; (iii) a eficácia da cobertura possa ser mensurada de forma confiável; (iv) a cobertura é avaliada numa base contínua e efetivamente determinada como sendo altamente efetiva ao longo do período da vida útil da estrutura de *hedge accounting*; e (v) em relação a cobertura de uma transação prevista, esta deve ser altamente provável e deve apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia, em última análise, afetar o resultado. A Companhia utiliza-se de instrumentos financeiros de cobertura do risco de taxa de juros e variação cambial. Os derivativos que não se qualificam como de cobertura são registrados como para negociação. • **Cobertura de fluxos de caixa** - A parte efetiva das variações do valor justo dos derivativos designados e que se qualifiquem como cobertura de fluxos de caixa é reconhecida no Patrimônio líquido - na rubrica Outros resultados abrangentes. Os ganhos ou perdas da parcela inefetiva da relação de cobertura são reconhecidos por contrapartida no resultado do exercício, no momento em que ocorre a inefetividade. Os valores acumulados no Patrimônio líquido transitam pelo resultado nos exercícios em que o item coberto afeta o resultado, entretanto, quando a transação prevista que se encontra coberta resulta no reconhecimento de um ativo ou passivo não financeiro, os ganhos ou perdas registrados no Patrimônio líquido são reconhecidos, por contrapartida, do custo inicial do ativo ou passivo. Quando um instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os critérios para a contabilidade de cobertura, qualquer ganho ou perda acumulado registrado em Patrimônio líquido na data mantém-se em Patrimônio líquido até que a transação prevista seja reconhecida em resultado. Quando já não é esperado que a transação ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registrados por contrapartida de Patrimônio líquido são reconhecidos imediatamente no resultado. • **Efetividade** - Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal, deve ser demonstrada a sua efetividade. Assim, a Companhia executa testes prospectivos na data de início da relação de cobertura e em cada data de balanço, e retroativamente de modo a demonstrar a sua efetividade e que as alterações no valor justo do item coberto são compensadas por alterações no valor justo do instrumento de cobertura, no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefetividade apurada é reconhecida no resultado no momento em que ocorre. • **Desreconhecimento** - Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento ou entrega de caixa ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação. A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento ou quando os títulos expirarem. Em 1º de abril de 2011, a Companhia adotou metodologia de *hedge accounting*, tendo como item objeto os contratos de *swaps*. Por se tratar de *hedge accounting* classificado como de fluxo de caixa, as alterações geradas pela variação do MtM (*mark-to-market*), líquido dos juros provisionados, são reconhecidas diretamente no Patrimônio líquido em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial quando considerado efetivo. A diferença entre o valor justo e a taxa Libor é a parcela inefetiva e, por consequência, é reconhecida no resultado. Em 2013, conforme a política de *hedge* da Energia Porto do Pecém, durante os testes de efetividade executados periodicamente verificou-se que, desde abril de 2013 para o *Swap Tranche B* e desde julho de 2013 para o *Swap Tranche A*, os *swaps* tornaram-se inefetivos devido ao comportamento das curvas futuras de mercado utilizadas para o cálculo do MtM, sendo os efeitos destas operações registrados no resultado desde respectivas datas. Os impactos dos ganhos e perdas desta transação de *hedge accounting* nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foram os seguintes:

	Resultado		Patrimônio líquido	
	2015	2014	31/12/2015	31/12/2014
Derivativos com propósito de proteção				
Riscos cambiais	275.396	39.141	(6.962)	(6.962)
Riscos de taxas de juros e moeda	(94.983)	(61.635)	(14.996)	(14.809)
Total	180.413	(22.494)	(21.958)	(21.771)

Segue abaixo quadro contendo as principais informações a respeito dos derivativos da Companhia:

Descrição	Contraparte	Início Vencimento	Posição	Nacional USD		Nacional R\$		Valor Justo		Efeitos no Resultado	
				31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	2015	2014
Swap											
Ativo Passivo	Citibank	02/04/2012 01/10/2021	Libor 6M Pré 5,79% a.a.	115.407 115.407	146.826 146.826	458.500 458.500	389.999 389.999	515.040 588.068	390.245 453.568	47.949 (47.949)	29.443 (29.443)
Ativo Passivo	Citibank	02/04/2012 01/10/2024	Libor 6M Pré 5,82% a.a.	138.172 138.172	119.911 119.911	548.944 548.944	318.508 318.508	442.189 528.938	319.238 387.038	47.034 (47.034)	32.192 (32.192)
NDFs											
Compra Venda	Citibank	15/05/2015 16/05/2016	BRL/USD 3,3529	38.753		158.329		28.538		(28.538)	-
Compra Venda	Citibank	13/11/2015 16/11/2016	BRL/USD 3,2012 BRL/USD 4,2250	52.925		173.512		49.802		(6.477)	-
Compra Venda	HSBC	15/05/2015 16/05/2016	BRL/USD 3,3527	6.746		28.172		702		(702)	-
Compra Venda	HSBC	16/11/2015 03/10/2016	BRL/USD 4,1760 BRL/USD 4,0123	54.333		184.859		37.363		(37.363)	-
Compra Venda	Goldman Sachs	15/05/2015 16/05/2016	BRL/USD 3,3541	38.753		159.899		28.523		(28.523)	-
Compra Venda	BTG Pactual	13/11/2015 16/11/2016	BRL/USD 3,9610 BRL/USD 3,7540 BRL/USD 3,7541	81.059		305.765		39.252		(9.247)	-
Compra Venda	Banco Citibank	14/11/2013 15/05/2015	USD R\$	50.000	100.000	132.810	234.260	16.758		9.247	8.738
Compra Venda	Banco Citibank	13/11/2014 16/11/2015	USD R\$	45.000		119.529			6.815 1.722	8.738	1.722
Compra Venda	Goldman Sachs	13/11/2014 13/11/2015	USD R\$		89.105		236.681	15.358		(83.652)	15.538
Compra Venda	BTG Pactual	14/11/2013 15/05/2015	USD R\$		144.783		339.169	31.554		83.652	15.538
Compra Venda	HSBC	01/10/2015 15/05/2015	USD R\$		7.481		6.218	26.258		(26.258)	13.323
Total								24.403	(65.731)	180.413	(22.494)

28. Compromissos contratuais e Garantias**28.1. Compromissos contratuais**

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, que estão apresentados por maturidade de vencimento. Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP Brasil. As obrigações de compra incluem essencialmente responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia.

	31/12/2015				31/12/2014	
	2016	2017 a 2018	2019 a 2020	A partir de 2021	Total geral	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais	18.977	25.130	2.251	4.543	50.901	4.925
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	317.293	115.490	53.767	36.905	523.455	517.022
Juros vincendos de empréstimos e financiamentos	136.530	213.071	140.509	124.442	614.552	639.031
	472.800	353.691	196.527	165.890	1.188.908	1.160.978

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas de indexação na data base de 31 de dezembro de 2015, ou seja, não descontados a valor presente.

	31/12/2015				31/12/2014	
	2016	2017 a 2018	2019 a 2020	A partir de 2021	Total geral	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais	21.700	25.913	2.815	5.022	55.450	7.208
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	267.100	100.992	50.657	39.583	458.332	551.689
Juros vincendos de empréstimos e financiamentos	137.640	255.489	200.358	222.345	815.832	758.272
	426.440	382.394	253.830	266.950	1.329.614	1.317.169

28.2. Garantias

Tipo de garantia oferecida	Modalidade	31/12/2015	31/12/2014
Depósito Cauconado	Ações judiciais	332	320
	Empréstimos e financiamentos	20.375	60.547
Fiança Bancária	Empréstimos e financiamentos	120.369	60.547
Fiança corporativa	Empréstimos e financiamentos	327.468	
Recebíveis	Empréstimos e financiamentos	1.253.128	
Notas Promissórias	Empréstimos e financiamentos	2.236.362	2.137.199
Penhor de Ações	Empréstimos e financiamentos	2.286.193	1.886.872
Seguro garantia	Ações judiciais	66.566	
		6.310.793	4.145.485

29. Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP – Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e consequentemente não foram analisados pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2015		31/12/2014	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações	48.759			
Usinas	4.006.899	2.147.640	5.125.219	2.780.384
Responsabilidade civil	50.000	50.000	113.500	113.500
Transportes (materiais)	8.110	8.110	13.278	13.278
Transportes (veículos)	1.600	1.600	1.000	1.000
Acidentes pessoais	36.915	(*)		
Lucros cessantes	1.771.998	450.000	4.209.089	2.343.677

(*) Em acidentes pessoais o valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo um limite mínimo de R\$51 e o limite máximo de R\$517.

A Companhia possui seguro patrimonial da usina onde, dentre os itens segurados, destacam-se: máquinas e equipamentos de geração e transmissão de energia elétrica. A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil estendida para a Companhia com os limites conforme apresentados abaixo: (i) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$17.572; e (ii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R\$77.565.

30. Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa. No exercício, a Companhia integralizou capital social no montante de R\$399.321 por meio de créditos com a ENEVA S.A. em contrapartida da rubrica de Fornecedores no valor de R\$211.040 e Empréstimos a pagar no valor de R\$188.281. Esta atividade não envolveu movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa.

31. Eventos subsequentes**31.1. Renovação de Licença de Operação - LO**

Em 20 de janeiro de 2016 foi publicada no Diário Oficial do Estado do Ceará, a renovação da Licença de Operação referente à UTE Porto do Pecém I junto à Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE. A nova Licença de Operação (L.O. nº 1023/2015-DICOP-GECON) será válida até 16 de dezembro de 2018 (Nota 1.2).

Conselho de Administração

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
Presidente

Luiz Otavio Assis Henriques
Vice-Presidente

Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire
Conselheiro

Carlos Emanuel Baptista Andrade
Conselheiro

Miguel Celso Mateos Valles
Conselheiro

Álvaro Jorge Guerreiro de Sousa
Conselheiro

Diretoria

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor Presidente

Stella Maris Moreira Fuão
Diretora Administrativo e Financeiro

Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho
Diretor de Construção e Operação

Leonardo Nery dos Santos
Gerente de Controladoria

Francisca Monica dos Santos Gomes
Contadora – CRC 10182/O-0.

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Acionistas
Porto do Pecém Geração de Energia S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Porto do Pecém Geração de Energia S.A. (a “Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto do Pecém Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Outros assuntos**Informação suplementar - Demonstração do Valor Adicionado**

Examinamos, também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, uma vez que as IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 2 de março de 2016

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 “S” CE

Valdir Renato Coscodai
Socio Contador
CRC-1SP 165875/T-4 “S” CE



TM PECÉM**PORTO DO PECÉM TRANSPORTADORA DE MINÉRIOS S.A.**

CNPJ: 10.661.303/0001-09

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM (Em milhares de reais)				DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)		
	Nota	31/12/2015	31/12/2014		2015	2014
ATIVO				Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Circulante				Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.089	2.277
Caixa e equivalentes de caixa	3	515	1.286	Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Clientes	4	11.975	1.165	Depreciações e amortizações	19	26
Impostos e contribuições sociais	5	543	423	Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	20	
Estoques	7	384		Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	(10)	
Outros créditos	8	71	67	2.118	2.303	
Total do Ativo Circulante		13.488	2.941	(Aumento) diminuição de ativos operacionais		
Não circulante				Clientes	(10.810)	(958)
Imobilizado	9	148	186	Impostos e contribuições sociais compensáveis	(110)	(274)
Total do Ativo Não circulante		148	186	Estoques	(384)	
				Outros ativos operacionais	(4)	143
TOTAL DO ATIVO		13.636	3.127	(11.308)	(1.089)	
				Aumento (diminuição) de passivos operacionais		
PASSIVO				Fornecedores	3.636	307
Circulante				Outros tributos e contribuições sociais	2.869	(654)
Fornecedores	10	4.041	405	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.333	(174)
Impostos e contribuições sociais	5	2.891	22	Outros passivos operacionais	926	
Dividendos		496		8.764	(521)	
Obrigações sociais e trabalhistas	11	1.456	123	Caixa líquido (aplicados nas)		
Outras contas a pagar	8	926		provenientes das atividades operacionais	(426)	693
Total do Passivo Circulante		9.810	550	Fluxo de caixa das atividades de investimento		
				Adições ao Imobilizado e Intangível	(1)	(151)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento	(1)	(151)
Capital social	13.1	1.201	1.201	Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Reservas de lucros	13.3	2.625	1.376	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(344)	
Total do Patrimônio líquido		3.826	2.577	Caixa líquido (aplicados nas) provenientes das atividades de financiamento	(344)	-
				(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(771)	542
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		13.636	3.127	Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	515	1.286
				Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.286	744
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				(771)	542	
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto quando indicado)				DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)		
	Nota	2015	2014		2015	2014
Receitas	14	23.902	5.227	Geração do valor adicionado	27.877	6.092
Custo do serviço prestado a terceiros	15	(18.317)	(1.444)	Receita operacional	27.877	6.092
Lucro bruto		5.585	3.783	(-) Insumos adquiridos de terceiros	(8.130)	(1.390)
Despesas e Receitas operacionais	15			Materiais	(1.109)	(11)
Despesas gerais e administrativas		(2.560)	(1.543)	Serviços de terceiros	(6.392)	(1.083)
Depreciações e amortizações		(19)	(26)	Outros custos operacionais	(629)	(296)
Outras despesas e receitas operacionais		(20)		Valor adicionado bruto	19.747	4.702
		(2.599)	(1.569)	Retenções		
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		2.986	2.214	Depreciações e amortizações	(19)	(26)
Resultado financeiro	16			Valor adicionado líquido produzido em transferência	19.728	4.676
Receitas financeiras		163	67	Receitas financeiras	167	66
Despesas financeiras		(21)	(4)	Valor adicionado total a distribuir	19.895	4.742
		142	63	Distribuição do valor adicionado		
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		3.128	2.277	Pessoal		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(1.039)	(599)	Remuneração direta	6.982	487
		(1.039)	(599)	Benefícios	1.222	288
Resultado líquido do exercício		2.089	1.678	FGTS	620	40
Resultado por ação atribuível aos acionistas	18			Impostos, taxas e contribuições		
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)				Federais	5.288	1.163
				Estaduais	28	1
ON		1,73938	1,39717	Municipais	1.397	301
				Remuneração de capitais de terceiros		
A Companhia não divulgou a demonstração de resultados abrangentes, uma vez que não existem efeitos referentes a essa demonstração registrados nas demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.				Juros	21	
				Aluguéis	2.248	784
				Remuneração de capital próprio		
				Dividendos	496	
				18.302	3.064	
				Lucros retidos	1.593	1.678
				19.895	4.742	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		



DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Reservas de lucros</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.201	-	(302)	899
Lucro líquido do exercício			1.678	1.678
Destinação do lucro				
Constituição de reserva legal		69	(69)	-
Reserva de retenção de lucros		1.307	(1.307)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.201	1.376	-	2.577
	<u>Capital social</u>	<u>Reservas de lucros</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.201	1.376	-	2.577
Integralização de capital social				
Dividendo adicional aprovado - AGE - 18/05/2015		(344)		(344)
Lucro líquido do exercício			2.089	2.089
Destinação do lucro				
Constituição de reserva legal		104	(104)	-
Dividendos propostos			(496)	(496)
Dividendo adicional proposto		1.489	(1.489)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.201	2.625	-	3.826

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional - A Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A. (Companhia ou PPTM) é uma companhia fechada constituída em 2008, controlada em conjunto pela EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil) e ENEVA S.A., tem por objeto o transporte de minérios dutoviário utilizando correia(s) transportadora(s) no Complexo Industrial Porto do Pecém, incluindo operação e manutenção de um sistema de descarregamento de graneis sólidos. A PPTM está autorizada pela Companhia de Integração Portuária do Ceará - CEARÁPORTOS - a desenvolver atividades de prestador de serviço operacional, categoria 9.2.4.3.b.4, operando exclusivamente com graneis sólidos, sob a modalidade de uso privativo misto. **2. Base de preparação - 2.1. Declaração de conformidade** - As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. O Conselho de Administração da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 02 de fevereiro de 2016. **2.2. Práticas contábeis** - As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem. **2.3. Base de mensuração** - As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo. **2.4. Uso de estimativa e julgamento** - Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas por menos trimestralmente. A principal estimativa que representa risco significativo com probabilidade de causar ajustes às demonstrações financeiras, refere-se ao registro do efeito decorrente de: Recuperação dos ativos (*impairment*) (Nota 2.6). **2.5. Moeda funcional e moeda de apresentação** - A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.6. Redução ao valor recuperável - Ativo financeiro** - São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. - **Ativo não financeiro** - Se a Administração da Companhia observar que houve indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização no valor contábil líquido do imobilizado e ativos intangíveis, ou que ocorreram eventos ou alterações nas

circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável, a Companhia procede o teste de recuperabilidade dos ativos. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **2.7. Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) novas e revisadas - 2.7.1. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia - IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)** - A IFRS 9 foi emitida em novembro de 2009. Em outubro de 2010 foi revisada para incluir requerimentos de classificação e mensuração de passivos financeiros e para desreconhecimento. Outra revisão da IFRS 9 emitida em julho de 2014 incluiu principalmente: (i) requerimentos de *impairment* para ativos financeiros passando para o modelo de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; (ii) novos critérios de classificação de ativos financeiros; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção. **IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)** - Em maio de 2014 foi emitida a IFRS 15 que introduziu um modelo simplificado para o reconhecimento de receitas provenientes dos contratos com clientes. A norma enfatiza o reconhecimento da receita como transferência ou promessa de bens ou serviços a clientes que reflete sua consideração de qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços e quando ela deve ser reconhecida. A IFRS 15 substituirá o CPC 30 (R1) - Receitas (IAS18), o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (IAS11) e as interpretações relacionadas. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção. A Administração da Companhia acredita que as IFRS 9 e 15 possam gerar efeitos nos montantes reportados nas demonstrações financeiras, no entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que a Companhia efetue uma revisão detalhada desses impactos. **2.7.2. Normas e interpretações revisadas, já emitidas pelo CPC, adotadas pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2015** - A Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2015, passou a adotar novas normas e interpretações conforme Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 06/2014, emitidos pelo CPC. As seguintes normas revisadas não refletiram impactos nas demonstrações financeiras: (i) CPC 04 (R1) - Ativo Intangível (IAS38); (ii) CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas (IAS24); (iii) CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações (IFRS 2); (iv) CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios (IFRS 3); (v) CPC 22 - Informações por Segmento (IFRS 8); (vi) CPC 25 - Provisões, Passivos e Ativos Contingentes (IAS37); (vii) CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS1); (viii) CPC 27 - Ativo Imobilizado (IAS16); (ix) CPC 28 - Propriedade para Investimento (IAS 40); (x) CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados (IAS19); (xi) CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração: Novação de derivados e contabilidade de cobertura (IAS39); e (xii) CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação: Compensação de ativos e passivos financeiros (IAS 32).

	31/12/2015	31/12/2014
Bancos conta movimento	515	75
Aplicações financeiras - renda fixa		1.211
Total	515	1.286

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. **4. Clientes** - O saldo a receber em 31 de dezembro de 2015 de R\$11.975 (R\$1.165 em 31 de dezembro de 2014) refere-se a contratos de prestação de serviços de operações portuárias de descarga de minérios. Conforme requerido pelo CPC 38, é efetuada uma análise criteriosa do

saldo de Clientes e, quando necessário, é constituída uma Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Não há saldo de PCLD na Companhia em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014.

5. Impostos e contribuições sociais

	Saldo em 31/12/2014	Adições	Atualização monetária	Adianta- mentos/ Paga- mentos	Compen- sação de tributos	Saldo em 31/12/2015
Ativos - Compensáveis						
Imposto de renda e contribuição social	173	166	10			349
PIS e COFINS	10	206			(216)	-
IRRF sobre aplicações financeiras	4	31				35
Outros	236	274			(351)	159
Total	423	677	10	-	(567)	543
Circulante	423					543
Total	423					543
	Saldo em 31/12/2014	Adições	Atualização monetária	Adianta- mentos/ Paga- mentos	Compen- sação de tributos	Saldo em 31/12/2015
Passivo - a recolher						
Imposto de renda e contribuição social	-	1.039				1.039
ICMS	-	15				15
PIS e COFINS	-	2.583		(1.041)	(216)	1.326
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	9	540		(483)		66
Outros	13	3.281		(2.498)	(351)	445
Total	22	7.458	-	(4.022)	(567)	2.891
Circulante	22					2.891
Total	22					2.891

6. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas Controladoras em conjunto, que influenciaram o resultado do exercício, relativos a operações com partes relacionadas, são apresentados como segue:

Relacionamento	Preço praticado (R\$)	Duração	Ativo		Passivo	Receitas (Despesas)	
			Circulante		Circulante	Operacionais	
			31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	2015	2014
Clientes							
Serviço de Operação							
Portuária							
Serviços entre partes relacionadas							
Porto do Pecém	Operação Portuária - Preço Fixo e 01/11/2011 a						
	Descarga Carvão variado 16/06/2016		8.013	1.052		18.773	3.765
Pecém II	Operação Portuária - Preço Fixo 01/01/2012 a						
	Descarga Carvão e variado 30/06/2016		3.959	113		9.024	2.274
			11.972	1.165	-	27.797	6.039
Outras contas a pagar							
Prestação de serviços							
- Backoffice							
Porto do Pecém	Serviço de consultoria intercompany				834	(834)	
			-	-	834	(834)	-
			11.972	1.165	834	26.963	6.039

7. Estoques

Refere-se aos materiais utilizados na operação e manutenção da correia transportadora utilizada no transporte de minérios entre o Complexo Portuário do Ceará e as usinas termoeletricas. Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

8. Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Circulante	
	31/12/2015	31/12/2014
Outros créditos - Ativo		
Despesas pagas antecipadamente	66	45
Outros	5	22
Total	71	67
Outras contas a pagar - Passivo		
Débitos com partes relacionadas	834	
Outros	92	
Total	926	-

9. Imobilizado

Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada. A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada ativo, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

		31/12/2015				31/12/2014		
	Taxa média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxa média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Administração								
Máquinas e equipamentos	10	166	(30)	136	10	166	(14)	152
Veículos						80	(59)	21
Móveis e utensílios	10	17	(6)	11	10	17	(4)	13
		183	(36)	147		263	(77)	186
Total do Imobilizado em serviço		183	(36)	147		263	(77)	186
Imobilizado em curso								
Geração		1		1				
Total do Imobilizado em curso		1	-	1		-	-	-
Total Imobilizado tangível		184	(36)	148		263	(77)	186
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não houve indicação, seja por meio de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2015, a Administração julga que o valor contábil líquido dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.								
9.1. Mutações do imobilizado								
		Valor líquido em 31/12/2014		Ingressos	Depreciação	Baixas	Valor líquido em 31/12/2015	
Imobilizado em serviço								
Máquinas e equipamentos			152		(16)			136
Veículos			21		(1)	(20)		-
Móveis e utensílios			13		(2)			11
Total do Imobilizado em serviço			186		(19)	(20)		147
Imobilizado em curso								
Outros				1				1
Total do Imobilizado em curso			-	1	-	-		1
Total do Imobilizado			186	1	(19)	(20)		148
10. Fornecedores - O saldo em 31 de dezembro de 2015 de R\$4.041 (R\$405 em 31 de dezembro de 2014), é composto de valores a pagar de compras de materiais e serviços relativos ao serviço prestado pela Companhia. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.								
11. Obrigações sociais e trabalhistas								
	Nota	31/12/2015	31/12/2014					
Folha de pagamento	11.1	1.177	123					
INSS e FGTS		279						
Total		1.456	123					
11.1. Folha de pagamento - Na rubrica Folha de pagamento estão contempladas provisões de férias e respectivos encargos sociais e a provisão para participação nos lucros e resultados do exercício. 12. Provisões - As Provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido. 12.1. Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas - A Companhia não possui demandas judiciais de natureza cível, fiscal e trabalhista avaliadas pelos assessores jurídicos com expectativa de perda provável, não havendo, portanto, valores provisionados. Quando aplicável, as obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das informações contábeis intermediárias. São atualizadas monetariamente mensalmente, por diversos índices de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia. 12.1.1. Risco de perda possível - Existem processos de naturezas trabalhistas em 31 de dezembro de 2015 no montante de R\$622 (R\$500 em 31 de dezembro de 2014), cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerem								
13. Fornecedores - O saldo em 31 de dezembro de 2015 de R\$1.201 representado por 1.201.000 ações ordinárias, totalmente subscrito e integralizado, todas nominativas e sem valor nominal. As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável. A composição do Capital social em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é a seguinte:								
		Valor líquido em 31/12/2014		Ingressos	Depreciação	Baixas	Valor líquido em 31/12/2015	
Acionistas								
EDP - Energias do Brasil S.A.			600.500					50,00
ENEVA S.A.			600.500					50,00
Total			1.201.000					100,00
13.2. Destinação do lucro - As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.								
13.3. Reservas de lucros								
		31/12/2014	Dividendos propostos	Dividendo adicional aprovado	Pagamentos	31/12/2015		
ENEVA S.A.		-	248	172	(172)	248		
EDP - Energias do Brasil		-	248	172	(172)	248		
		-	496	344	(344)	496		
13.3.1. Reserva de retenção de lucros - A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias. 13.3.2. Dividendo adicional proposto - Refere-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório deliberada em assembleia geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e pode ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital. 14. Receita - A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a medição das etapas de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço em função da sua competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.								
		2015	2014					
Receita de prestação de serviços		27.878	6.092					
Receita operacional bruta		27.878	6.092					
(-) Deduções à receita operacional								
Tributos sobre a receita								
PIS/COFINS		(2.579)	(564)					
ISS		(1.397)	(301)					
		(3.976)	(865)					
Receita		23.902	5.227					



15. Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros. A Companhia apresenta os Gastos operacionais por função na Demonstração de resultados. É apresentado a seguir o detalhamento por natureza do gasto, conforme requerido pelo CPC 26.

	2015				2014
	Custo do serviço prestado a terceiros	Despesas e Receitas operacionais			Total
		Gerais e Administrativas	Outras	Total	
Gerenciáveis					
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	10.320	171		10.491	814
Material	959	150		1.109	11
Serviços de terceiros	4.832	1.560		6.392	1.083
Depreciação		19		19	26
Aluguéis e arrendamentos	1.822	425		2.247	786
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens			20	20	
Outras	384	254		638	293
Total	18.317	2.579	20	20.916	3.013
	18.317	2.579	20	20.916	3.013

16. Resultado financeiro

	2015	2014
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	157	63
Juros e multa sobre impostos	10	
(-) PIS/COFINS sobre Receitas financeiras	(4)	
Outras receitas financeiras		4
	163	67
Despesas financeiras		
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(7)	
Outras despesas financeiras	(14)	(4)
	(21)	(4)
	142	63

17. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda corrente é calculado com base nos resultados tributáveis, às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente de 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais e a contribuição social corrente é calculada com base nos resultados tributáveis, através da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

	IRPJ / CSLL	
	2015	2014
Lucro antes do IRPJ e CSLL	3.128	2.277
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	(1.064)	(774)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
Outras	25	175
Despesa de IRPJ e CSLL	(1.039)	(599)
Alíquota efetiva	33%	26%

18. Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia para os exercícios apresentados é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas. No exercício de 2015, a Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2015	2014
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	2.089	1.678
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	1.201	1.201
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	1,73938	1,39717

19. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A

administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

19.1. Instrumentos financeiros - Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação. A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento ou quando os títulos expirarem.

19.1.1. Classificação dos instrumentos financeiros - Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo: • **Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado** - Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial, e se a Companhia gerencia os investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. • **Empréstimos e recebíveis** - São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custo de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. • **Outros ao custo amortizado** - São designados para essa categoria os ativos e passivos financeiros cujo o registro é o montante pelo qual os mesmos são mensurados em seu reconhecimento inicial, menos as amortizações de principal, mais os juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva menos qualquer redução por ajuste ao valor recuperável ou impossibilidade de recebimento.

			31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
	Nota	Níveis	Valor Justo		Valor Contábil	
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa	3	Nível 2		1.211		1.211
Aplicações financeiras						
Empréstimos e recebíveis						
Caixa e equivalentes de caixa	3		515	75	515	75
Bancos conta movimento						
Clientes	4		11.975	1.165	11.975	1.165
			12.490	2.451	12.490	2.451
Passivos financeiros						
Outros ao custo amortizado						
Fornecedores	10		4.041	405	4.041	405
			4.041	405	4.041	405

19.1.2. Valor justo - Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. As operações com instrumentos financeiros da Companhia apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo em função desses valores possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela BM&FBovespa, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo. Essas diferenças ocorrem principalmente em virtude desses instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

19.1.2.1. Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros - A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia: (a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; (b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado. A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício. **19.2. Gestão de risco** - A política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil abrange todas as suas unidades de negócios e está alinhada à estratégia do Grupo EDP em suas operações no mundo. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão. **19.2.1. Risco de mercado** - O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia não possui riscos de mercado associados a dívida. **19.2.2. Risco de liquidez** - O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3) e Clientes (Nota 4). A Companhia em 31 de dezembro de 2015 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata. Para Clientes, os saldos apresentados compreendem um fluxo estimado para os recebimentos. A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2015, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

		31/12/2015		31/12/2014
		De 1 a 3		
		Até 1 mês	meses	Total
				Total
Passivos Financeiros				
Fornecedores		1.949	2.092	4.041
		1.949	2.092	4.041

19.2.3. Risco de crédito - O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa e Clientes. O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo.

20. Compromissos contratuais e Garantias - **20.1. Compromissos contratuais** - Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, que estão apresentados por maturidade de vencimento. Os materiais e serviços incluem, essencialmente, responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços para as atividades de operação e manutenção da Companhia. Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP.

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
	<u>2016</u>	<u>2017 a 2018</u>
	<u>Total Geral</u>	<u>Total Geral</u>
Materiais e serviços	609	593
	609	593

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas de indexação na data base de 31 de dezembro de 2015, ou seja, não descontados a valor presente.

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
	<u>2016</u>	<u>2017 a 2018</u>
	<u>Total Geral</u>	<u>Total Geral</u>
Materiais e serviços	513	512
	513	512

Fernando Pessoa Moura
Diretor Presidente

Dino Rogério Padilha
Diretor de Operações Portuárias.

VENTOS DE SANTA EFIGENIA ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. (Companhia em fase pré-operacional) - CNPJ 13.346.095/0001-41

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Submetemos ao exame de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da empresa Ventos de Santa Efigenia Energias Renováveis S.A. relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Maracanaú, 01 de Março de 2016.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em Reais)

Ativo	Notas	2015	2014	Passivo	Notas	2015	2014
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	8.244	10.912	Obrigações tributárias		6	—
Impostos a recuperar		39	9			6	—
		8.283	10.921	Patrimônio líquido			
Total do Ativo		8.283	10.921	Capital social realizado	6	18.000	18.000
				Prej. acumulados		(9.723)	(7.079)
						8.277	10.921
				Total do Passivo e Patrimônio Líquido		8.283	10.921

Demonstrações de resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em Reais)

	Notas	2015	2014
Despesas operacionais			
Despesas gerais ou administrativas	7	(2.252)	(1.503)
Prejuízo antes do result. financeiro		(2.252)	(1.503)
Resultado financeiro			
Rec. financeiras	8	54	53
Desp. financeiras	8	(446)	(347)
Prej. do exercício		(2.644)	(1.797)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 (Em Reais)

	Notas	Capital Social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013		18.000	(5.282)	12.718
Prejuízo do exercício		—	(1.797)	(1.797)
Saldos em 31 de dezembro de 2014		18.000	(7.079)	10.921
Prejuízo do exercício		—	(2.644)	(2.644)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		18.000	(9.723)	8.277

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em Reais)

1. Contexto operacional: A Companhia, com sede em Maracanaú, Estado do Ceará, foi constituída em 22 de Fevereiro de 2011 e até a presente data não entrou em fase operacional. Para entrar em fase operacional a Companhia depende de reunir todos os pré-requisitos para participação de Leilão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e se sagrar vencedora para que possa obter autorização para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica. Tem por objeto social a geração, como produtor independente, de energia elétrica, a partir de fontes alternativas, predominantemente a eólica, destinada à comercialização na modalidade de produção independente de energia; e para consecução do objeto social, a implantação, administração e operação de centrais geradoras, bem como o desenvolvimento de projetos, a prestação de serviços de consultoria. A Companhia encontra-se em fase pré-operacional e no decorrer desta fase, seus acionistas cobrem as suas necessidades de caixa.

2. Base de preparação: **a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 25 de fevereiro de 2016. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado em nota explicativa específica. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações estão incluídas nas notas explicativas.

3. Principais políticas contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. **a. Instrumentos financeiros:** **(i) Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos. **(ii) Passivos**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em Reais)

	2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prej. do exercício	(2.644)	(1.797)
Variações nos ativos e passivos		
Aumento em impostos a recuperar	(30)	(9)
Redução das obrigações tributárias	6	—
Caixa liq. gerado nas ativ. operac.	(2.668)	(1.806)
Redução do caixa e equiv. de caixa	(2.668)	(1.806)
Demonstração da red. do caixa e equiv. de caixa		
No início do exercício	10.912	12.718
No fim do exercício	8.244	10.912
Redução do caixa e equiv. de caixa	(2.668)	(1.806)

financeiros não derivativos: Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, obrigações fiscais e créditos com pessoas ligadas. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **b. Ativo imobilizado:** Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção. O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. **Depreciações:** A depreciação será calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. Considerando que a empresa encontra-se em fase pré-operacional nenhuma depreciação foi contabilizada. A depreciação será reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não serão depreciados. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas

contábeis. **c. Redução ao valor recuperável:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor a receber sobre condições que não seriam consideradas em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia não identificou evidências de perdas que resultem em "impairment". Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas e despesas financeiras são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras referem-se basicamente às tarifas bancárias. As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e demais juros recebidos, quando aplicáveis. **d. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social são apurados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, sendo o imposto de renda calculado sobre a presunção de 32% da receita bruta pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240, enquanto que a contribuição social foi computada sobre a presunção de 32% sobre a alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. **e. Novas normas ainda não adotadas:** Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia está mencionada abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada. **IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros):** A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração)*. A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de

instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a esta norma. **4. Gerenciamento de riscos:** A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. **(i) Risco operacional:** O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimentos esperado relacionado ao parque eólico. A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais. **(ii) Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contra-parte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente do caixa e equivalentes de caixa e demais instrumentos financeiros apresentados na demonstração financeira. A Companhia está sujeita ao risco de crédito de seus fornecedores até a entrega dos benefícios esperados. **(iii) Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. **Garantias:** A Companhia não tem ativos dados em garantia em 31 de dezembro de 2015 e 2014. **Instrumentos financeiros e depósitos bancários:** O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro

no caso de potencial falência de uma contraparte. **(iv) Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

5. Caixas e equivalentes de caixa

	2015	2014
Banco conta movimento	89	136
Aplicação financeira	8.155	10.776
	8.244	10.912

6. Patrimônio líquido: O capital social autorizado é de R\$ 20.000 e está representado por 20.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O capital social integralizado é de R\$ 18.000 e está representado por 18.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. **a. Dividendos:** Dentre as principais determinações do contrato social, estão destacadas: (i) em cada exercício será realizada distribuição de um dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, quando aplicável. **b. Reserva legal:** Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

7. Despesas operacionais

	2015	2014
Taxas e emolumentos	(443)	(203)
Serviços de consultoria	(1.535)	(1.300)
Despesas com cartórios	(274)	—
	(2.252)	(1.503)

8. Resultado financeiro

	2015	2014
Receita financeira		
Rendimentos aplicações financeiras	54	53
Despesas financeiras		
Tarifas bancárias	(446)	(347)
	(392)	(294)

9. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social são apurados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, sendo o imposto de renda calculado sobre a presunção de 32% da receita bruta pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240, enquanto que a contribuição social foi computada sobre a presunção de 32% sobre a alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Em 31 de dezembro de 2014 não há saldos de impostos correntes registrados pela Companhia. **10. Provisões para demandas judiciais:** Não há registro de demandas judiciais ou extras judiciais. **11. Cobertura dos seguros:** Não há registro de seguros.

A Diretoria

Contador responsável - Eugênio Pacelli
Mendonça Dupin - CRC-SP 201976/O-1 T-CE

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Ventos de Santa Efigenia Energias Renováveis S.A. (Companhia em fase pré-operacional). Maracanaú - CE. **Introdução:** Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de Santa Efigenia Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Auditores Independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima



referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira Ventos de Santa Efigenia Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfase:** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1 (contexto operacional), a Companhia está em fase pré-operacional e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas e foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas atividades. Dessa forma, a continuidade operacional está condicionada ao fato da Companhia vir a lograr êxito nos processos de obtenção da licença de operação junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para estabelecer-se como produtora independente de energia elétrica, das licenças de instalação e ambiental para exploração de geração de energia elétrica, a serem emitidas pelos órgãos ambientais competentes, bem como os reflexos a serem propiciados por esta liberação e na obtenção de aportes de recursos na forma de capital ou adiantamentos para permitir a liquidação de obrigações futuras. Curitiba, 25 de fevereiro de 2016. KPMG Auditores Independentes - CRC SP-014428/O-6. Marcello Palamartchuk - Contador CRC 1PR049038/O-9.

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Ocará - Edital de Convocação Nº 001/2016 - Edital de Concurso nº 001/2011. A Prefeitura Municipal de Ocará, Ceará, no uso de suas atribuições legais e, **Considerando** o resultado final do concurso público realizado no ano de 2012, conforme o Edital nº 001/2011, de 15 de dezembro de 2011; publicado no Diário Oficial do Estado em 19 de junho de 2012 e no Diário do Nordeste em 19 de junho de 2012; **Considerando** a homologação do concurso, através do Decreto Municipal nº 019/2012, de 13 de junho de 2012; **Considerando** a prorrogação do prazo de validade do concurso público conforme o decreto n.º 013/2014, de 12 de junho de 2014; **Considerando** ainda, o que preceitua o Estatuto dos Servidores do Município de Ocará; **Considerando** o não comparecimento de alguns profissionais convocados através dos editais de convocação n.º 007/2012, n.º 001/2013, n.º 002/2013 e 001/2014; **CONVOCA:** Os candidatos aprovados e classificados na forma do **Anexo I**, parte integrante e inseparável deste Edital. Os candidatos convocados devem comparecer junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Ocará, na Secretaria de Administração e Planejamento, sito na Av. Coronel João Felipe, nº 239, Centro, Ocará, Ceará, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de publicação do presente Edital, no horário de 08:00h às 12:00h e das 14:00h às 17:00h, para cumprirem as demais exigências legais necessárias à investidura no cargo, munidos dos seguintes documentos abaixo descritos, devidamente autenticados, conforme disposto determina o item 6.1, do Capítulo VI, do Edital de Concurso nº 001/2011. O candidato que não comparecer no dia, local e hora marcada por este Edital de Convocação perderá os direitos decorrentes do Concurso, possibilitando a convocação do candidato remanescente: **1. Documentos Pessoais:** - Diploma ou Certificado de Escolaridade exigido para o cargo, conforme a qualificação indicada no **Anexo I** do Edital de Concurso nº 001/2011; - Cédula de Identidade; - CPF; - Título de Eleitor (com o comprovante da última votação); - CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social; - Cartão do PIS/PASEP; - Certificado de Reservista; - Certidão de Nascimento ou Casamento; - Certidão de nascimento dos dependentes; - Cartão de Vacina dos dependentes; - 02 (duas) fotos 3 x 4, recentes e coloridas; - Comprovante de Endereço; - Declaração de Bens (modelo Prefeitura); - Declaração de não existência de impedimento para o exercício das funções (modelo Prefeitura); - Registro Profissional no Órgão de Classe, caso seja necessário para o exercício das funções; - Certidão Negativa de Antecedentes Criminais. **2. Exames Médicos a Serem Apresentados:** - Hemograma completo com plaquetas; - Coagulograma completo com tempo de tromboplastina; - Uréia; - Creatinina; - AST; - ALT; - Ácido Úrico; - Glicemia em jejum; - Sumário de Urina; - Raio X do Tórax em PA com laudo; - Eletrocardiograma com laudo; - Eletroencefalograma com laudo; - Laudo de sanidade mental emitido por um Psiquiatra; - Laudo oftalmológico com acuidade visual, fundo de olho, biomicroscopia senso cromático e tonometria; - Audiometria com laudo (Professor); - Laringoscopia direta com laudo (Professor); **3. Certidão do órgão de classe** a que pertence que comprove a inexistência de impedimento, em relação ao exercício da profissão. **Gabinete da Prefeita Municipal de Ocará, em 03 de março de 2016. Vânia Clementino Lopes - Prefeita Municipal. Anexo I do Edital de Convocação Nº 001/2016 - Nível Superior - Professor de Educação Básica II - Educação Física - 40/HS - Relação por: Classificação - Nome:** 1º Classificável - Antonio Alanio Pereira dos Santos - 2º Classificável - Francisco Weyber Cosme de Oliveira - 3º Classificável - Hendsen Queiroz da Silva - 4º Classificável - Rayssa Alves Barbosa. **Fisioterapeuta - 20/HS - Relação por: Classificação - Nome:** 4º Classificado - Maria Gloria Fernandes Vieira. **Nível Médio Completo - Auxiliar Administrativo - 40/HS - Relação por: Classificação - Nome:** 3º Classificado - Daniel Madson de Medeiros de Amorim - 4º Classificado - Valdenia Maria Leandro de Lima - 5º Classificado - Josineudo Souza Facó - 6º Classificado - Nalria Oliveira Ferreira. **Técnico em Enfermagem - 40/HS - Relação por: Classificação - Nome:** 9º Classificado - Patricia Felipe do Nascimento - 10º Classificado - Daiana Aparecida da Silva - 11º Classificado - Dayane de Lima Silva - 12º Classificado - Iclaudina de Oliveira de Queiroz - 13º Classificado - Aldelane Martins Ramos de Araújo - 14º Classificado - Adelita de Souza Lima - 15º Classificado - Mayara Freire - 16º Classificado - Maria Lima Pereira - Classificado em 6º lugar com reclassificação - Maria Josélia de Souza Silva - Classificado em 8º lugar com reclassificação - Francisca Shirley de Sousa Freitas. **Agente de Endemias - 40/HS - Relação por: Classificação - Nome:** 7º Classificado - Thiago Alexandre Costa - 8º Classificado - Antonio Ferreira Alves Correia - 9º Classificado - Jonathan Silva Santos - 10º Classificado - Isaque Samuel Facó - 11º Classificado - Jhones Teófilo da Silva. **Técnico em Saúde Bucal - 40/HS - Relação por: Classificação - Nome:** 2º Classificado - Antonia Jorgiania Lopes. **Técnico Agropecuário - 40/HS - Relação por: Classificação - Nome:** 1º Classificado - Jardel Alves Monteiro. **Nível Fundamental Completo - Auxiliar de Serviços Gerais AA-1 - 40/HS - Relação por: Classificação - Nome:** 16º Classificado - Paulo Henrique Batista de Amorim - 17º Classificado - Rosileia Cruz de Souza - 18º Classificado - José Evilazio dos Santos - 19º Classificado - Maria Rogelania da Silva - 20º Classificado - José Humberto Ruffo Camurça - 21º Classificado - Rosileny Moreira Campos - 22º Classificado - Davila Brena Correia - 23º Classificado - Euziete Nascimento Silva - 24º Classificado - Jose Joelio Cavalcante - 25º Classificado - João Paulo Silva de Oliveira - 26º Classificado - Andrea Pereira Candido - 27º Classificado - Antonio Marcos dos Santos - 28º Classificado - Evileno Alves da Silva - 29º Classificado - Francisco Pinheiro Maciel - 30º Classificado - Evilane da Silva Maciel - 31º Classificado - Danilo Uchoa Costa. **Gabinete da Prefeita Municipal de Ocará, em 03 de março de 2016. Vânia Clementino Lopes - Prefeita Municipal.**

*** **

DUCOCO PRODUTOS ALIMENTÍCIOS S.A. CNPJ nº 09.426.032/0001-28 NIRE 23.300.005.678. ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 2015. 1. DATA, HORÁRIO E LOCAL: Aos 04 (quatro) dias do mês de dezembro do ano de 2015, às 09:30hs, na sede da Ducoco Produtos Alimentícios S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de Itapipoca, Estado do Ceará, na Avenida Anastácio Braga, nº 2.776, Bairro Cacimbas, CEP 62500-000. **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Edital de Convocação publicado no Diário Oficial do Estado do Ceará, páginas 121; 160 e 71 e no Jornal "O Estado", páginas 4; 3 e 4, nas edições dos dias 25, 26 e 27 de novembro de 2015. Compareceu a totalidade dos membros do Conselho de Administração: Sr. Nelson Nogueira Pinheiro, Sra. Marta Maria Rosa Pinheiro e Sr. Eduardo Rosa Pinheiro. Presente, ainda, o Presidente da Companhia, o Sr. Flavio Nelson Fernandes, que não possui ações da Companhia. **3. MESA:** Eduardo Rosa Pinheiro - Presidente; Flavio Nelson Fernandes - Secretário. **4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a eleição do Sr. **Cristiano Pellegrini Rolim** para o cargo de Diretor Comercial da Companhia. **5. DELIBERAÇÕES:** Os membros do Conselho de Administração, por unanimidade de votos, deliberaram o quanto segue: **(i)** Foi aprovada a eleição do Sr. **Cristiano Pellegrini Rolim**, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 390895091-SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob nº 748.605.185-00, residente e domiciliado na Rua Ernesto de Oliveira, nº 400, apto. 71-B, Chácara Klabin, São Paulo/SP, para o cargo, que ora se encontra vago, de Diretor Comercial da Companhia, conforme termo de posse assinado e arquivado na sede social, para cumprir o restante do mandato unificado de 03 (três) anos fixado à Diretoria da Companhia, com prazo final em 12 de maio de 2018 de acordo com a Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de maio de 2015, e nos termos do Artigo 15, b, do Estatuto Social. **(ii)** Os cargos de **Diretor Agrícola** e **Diretor de Logística e Abastecimento** permanecerão vagos, e suas atribuições e atos ficarão sob responsabilidade do Diretor Presidente Executivo. **(iii)** O Diretor ora eleito, neste ato declara para todos os fins legais, inclusive aqueles do Artigo 147 da Lei 6.404/1976, que não está impedido por lei especial, nem condenados à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. **DISSIDÊNCIAS:** Não houve dissidências, nem votos em contrário. **6. ENCERRAMENTO E LAVRATURA DA ATA:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Reunião, da qual se lavrou a presente ata em forma de sumário, nos termos do §1º do Artigo 130 da Lei das S.A., a qual lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes. **Mesa:** Eduardo Rosa Pinheiro - Presidente; Flavio Nelson Fernandes - Secretário. **Conselheiros Presentes:** Nelson Nogueira Pinheiro, Eduardo Rosa Pinheiro e Marta Maria Rosa Pinheiro. Itapipoca, 04 de dezembro de 2015. **CONFERE COM O ORIGINAL LAVRADO EM LIVRO PRÓPRIO. Mesa:** Eduardo Rosa Pinheiro - Presidente, Flavio Nelson Fernandes - Secretário. **JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ - SEDE - Certifico o registro em:** 25/02/2016, sob Nº: 20152984682, Protocolo: 15/298468-2, DE 18/12/2015, Empresa: 23 3 0000567 8. Haroldo Fernandes Moreira - Secretário-Geral.

*** **

VENTOS DE SANTO GREGÓRIO ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. (Companhia em fase pré-operacional) - CNPJ 13.346.161/0001-83

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Submetemos ao exame de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da empresa Ventos de Santo Gregório Energias Renováveis S.A. relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Maracanaú, 01 de Março de 2016.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em Reais)

Ativo	Notas	2015	2014	Passivo	Notas	2015	2014
Circulante				Patrimônio líquido			
Caixa e equivalentes de caixa	5	10.559	9.021	Capital social realizado	6	22.000	18.000
Impostos a recuperar		18	7	Prej. acumulados		(11.424)	(8.972)
		10.576	9.028			10.576	9.028
Total do Ativo		10.576	9.028	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		10.576	9.028

Demonstrações de resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em Reais)

	Notas	2015	2014
Despesas operacionais			
Despesas gerais ou administrativas	7	(2.073)	(1.503)
Prejuízo antes do result. financeiro		(2.073)	(1.503)
Resultado financeiro			
Rec. financeiras	8	52	44
Desp. financeiras	8	(431)	(347)
Prej. do exercício		(2.452)	(1.806)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 (Em Reais)

	Notas	Capital Social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013		18.000	(7.166)	10.834
Prejuízo do exercício		-	(1.806)	(1.806)
Saldos em 31 de dezembro de 2014		18.000	(8.972)	9.028
Integralização de capital	6.a	4.000	-	4.000
Prejuízo do exercício		-	(2.452)	(2.452)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		22.000	(11.424)	10.576

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em Reais)

1. Contexto operacional: A Companhia, com sede em Maracanaú, Estado do Ceará, foi constituída em 22 de Fevereiro de 2011 e até a presente data não entrou em fase operacional. Para entrar em fase operacional a Companhia depende de reunir todos os pré-requisitos para participação de Leilão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e se sagrar vencedora para que possa obter autorização para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica. Tem por objeto social a geração, como produtor independente, de energia elétrica, a partir de fontes alternativas, predominantemente a eólica, destinada à comercialização na modalidade de produção independente de energia; e para consecução do objeto social, a implantação, administração e operação de centrais geradoras, bem como o desenvolvimento de projetos, a prestação de serviços de consultoria. A Companhia encontra-se em fase pré-operacional e no decorrer desta fase, seus acionistas cobrem as suas necessidades de caixa.

2. Base de preparação: a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 25 de fevereiro de 2015. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado em nota explicativa específica. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações estão incluídas nas notas explicativas.

3. Principais políticas contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. **a. Instrumentos financeiros: (i) Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos. **(ii) Passivos financeiros não derivativos:** Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em Reais)

	2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(2.452)	(1.806)
Variações nos ativos e passivos		
Aumento em impostos a recuperar	(10)	(7)
Caixa líq. aplicado nas ativ. operac.	(2.462)	(1.813)
Caixa líq. originado nas ativ. de financiamento		
Integralização de capital	4.000	-
Caixa líq. originado nas ativ. de financiamento	4.000	-
Aum. (redução) do caixa e equiv. de caixa	1.538	(1.813)
Demonstração do aum. (redução) do caixa e equiv. de caixa		
No início do exercício	9.021	10.834
No fim do exercício	10.559	9.021
Aum. (redução) do caixa e equiv. de caixa	1.538	(1.813)

Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, obrigações fiscais e créditos com pessoas ligadas. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **b. Ativo imobilizado:** Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção. O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. **Depreciações:** A depreciação será calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. Considerando que a empresa encontra-se em fase pré-operacional nenhuma depreciação foi contabilizada. A depreciação será reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não serão depreciados. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **c. Redução ao valor recuperável:**



Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor a receber sobre condições que não seriam consideradas em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia não identificou evidências de perdas que resultem em "impairment". Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas e despesas financeiras são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras referem-se basicamente às tarifas bancárias. As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e demais juros recebidos, quando aplicáveis. **d. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social são apurados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, sendo o imposto de renda calculado sobre a presunção de 32% da receita bruta pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240, enquanto que a contribuição social foi computada sobre a presunção de 32% sobre a alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. **e. Novas normas ainda não adotadas:** Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionada abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada. **IFRS 9 Financeal Instruments (Instrumentos Financeiros):** A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração)*. A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de

ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a esta norma. **4. Gerenciamento de riscos:** A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. **(i) Risco operacional:** O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimentos esperado relacionado ao parque eólico. A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais. **(ii) Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contra-parte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente do caixa e equivalentes de caixa e demais instrumentos financeiros apresentados na demonstração financeira. A Companhia está sujeita ao risco de crédito de seus fornecedores até a entrega dos benefícios esperados. **(iii) Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integrações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. **Garantias:** A Companhia não tem ativos dados em garantia em 31 de dezembro de 2015 e 2014. **Instrumentos financeiros e depósitos bancários:** O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. **(iv) Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no

valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

5. Caixas e equivalentes de caixa

	2015	2014
Banco conta movimento	1	136
Aplicação financeira	10.558	8.885
	10.559	9.021

6. Patrimônio líquido: O capital social autorizado é de R\$ 30.000 e está representado por 30.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O capital social integralizado é de R\$ 22.000,00 e está representado por 22.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. **a. Aumento de Capital:** De acordo com AGE de 17 de agosto de 2015 foi integralizado capital no montante de R\$ 1.000,00 em sua totalizada com moeda funcional da empresa com entrada em caixa e equivalente de caixa. Esta AGE está devidamente registrada na junta comercial. **b. Dividendos:** Dentre as principais determinações do contrato social, estão destacadas: (i) em cada exercício será realizada distribuição de um dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, quando aplicável. **c. Reserva legal:** Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

	2015	2014
7. Despesas operacionais	(859)	(203)
Taxas e emolumentos	(1.152)	(1.300)
Serviços de consultoria	(62)	-
Despesas com cartórios	(2.073)	(1.503)

	2015	2014
8. Resultado financeiro		
Receita financeira		
Rendimentos aplicações financeiras	52	44
Despesas financeiras		
Tarifas bancárias	(431)	(347)
	(379)	(315)

9. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social são apurados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, sendo o imposto de renda calculado sobre a presunção de 32% da receita bruta pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240, enquanto que a contribuição social foi computada sobre a presunção de 32% sobre a alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Em 31 de dezembro de 2014 não há saldos de impostos correntes registrados pela Companhia. **10. Provisões para demandas judiciais:** Não há registro de demandas judiciais ou extras judiciais. **11. Cobertura dos seguros:** Não há registro de seguros.

A Diretoria

Contador responsável - Eugênio Pacelli
Mendonça Dupin - CRC-SP 201976/O-1 T-CE

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Ventos de Santo Gregório Energias Renováveis S.A. (Companhia em fase pré-operacional). Maracanaú - CE. **Introdução:** Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de Santo Gregório Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Auditores Independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela

Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira Ventos de Santo Gregório Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfase:** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1 (contexto operacional), a Companhia está em fase pré-operacional e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas e foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas atividades. Dessa forma, a continuidade operacional está condicionada ao fato da Companhia vir a lograr êxito nos processos de obtenção da licença de operação junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para estabelecer-se como produtora independente de energia elétrica, das licenças de instalação e ambiental para exploração de geração de energia elétrica, a serem emitidas pelos órgãos ambientais competentes, bem como os reflexos a serem propiciados por esta liberação e na obtenção de aportes de recursos na forma de capital ou adiantamentos para permitir a liquidação de obrigações futuras. Curitiba, 25 de fevereiro de 2016. KPMG Auditores Independentes - CRC SP-014428/O-6. Marcello Palamartchuk - Contador CRC 1PR049038/O-9.

*** **

Estado do Ceará – Câmara Municipal de Miraíma - A Câmara de Miraíma, torna público o Extrato do 2º Aditivo Contratual resultante do Pregão Presencial nº 002/2013. Objeto: Prestação dos serviços de assessorias e consultorias diversas junto à Câmara Municipal de Miraíma. Fundamentação: Art. 57, inc. II da Lei nº 8.666/93. Dot. Orçamentária: 0000.01.031.0001.2.001 - 3.3.90.39.00/3.3.90.35.00. Vigência: 31.12.2016. Assinatura: 30.12.2015. Contratada: E2 Controladoria Governamental Eireli ME - Valor R\$: 53.300,00 (cinquenta e três mil e trezentos reais) e 19.200,00 (dezenove mil e duzentos reais); R & A Assessoria Contábil e Informática S/S Ltda ME - Valor R\$: 25.200,00 (vinte e cinco mil e duzentos reais) e Valentim - Serviços Técnicos em Gestão Pública e Consultoria Municipal Ltda - Valor R\$: 22.800,00 (vinte e dois mil e oitocentos reais). Assina p/ Contratada: Erivaldo Teodósio Dutra; Anastácio Feitosa V. Júnior e Kellen Damasceno Aragão. Assina p/ Contratante: Cristiano Teixeira de Sousa. **Miraíma/CE, 30 de dezembro de 2016. A Comissão.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Potiretama - Aviso de Licitação - Modalidade: Tomada de Preços Nº TP-001/2016-SEAD. **Objeto:** Contratação de Serviços Jurídicos Técnicos Especializados para a Auditoria em Precatórios, bem como Propositura de Ação e Acompanhamento Processual em todas as Instâncias com Interposição de Recursos e Atos Cabíveis, Promoção de Ações e Formalidades Legais necessárias para Analisar os Valores Pagos a Título de Precatórios, Restituindo o que for Excedente, bem como Analisar e Recuperar Créditos Tributários à Prefeitura Municipal de Potiretama, de Responsabilidade da Secretaria de Administração, de acordo com as Especificações Constantes do Anexo I deste Edital. **Tipo:** Menor Valor Percentual sobre a Recuperação de Crédito. A Comissão de Licitação comunica aos interessados que no **dia 21 de Março de 2016, às 10:00 horas**, na Sala da Comissão de Licitação, estará recebendo os Envelopes de Habilitação e Proposta de Preços. Maiores Informações através do Fone (88-3435.1289) das 08:00 às 11:30 horas. A Comissão.

*** **

Estado do Ceará - Câmara Municipal de Itapipoca - Extrato do 2º Aditivo ao Instrumento Contratual - Pregão Presencial nº PP-001/2016-CMI. Fundamentação Legal: Art. 57, inc. IV e art. 65, inc. I, alínea "b", § 1º da Lei nº 8.666/93. Objeto: Licenciamento e concessão de direitos de uso de um conjunto de sistemas informatizados, com os módulos de Contabilidade Pública, Licitação, Patrimônio, Tesouraria Online, Almoxarifado e Sistema para Publicação e Hospedagem de dados visando atender as Leis nº 12.527/2011 e 131/2009 de interesse da Câmara Municipal de Itapipoca. Dot. Orçamentária: 1701.01.031. 0001.2.086 - 3.3.90.39.00. Vigência: 31.12.2016. Assinatura: 30.12.2015. Contratada: ASP Automação, Serv. e Produtos de Informática Ltda. Valor R\$: 20.295,12 (vinte mil, duzentos e noventa e cinco reais e doze centavos). Assina p/ Contratada: Raimundo Freire de Brito Neto. Assina p/ Contratante: Ana Paula B. Veras. **Itapipoca-CE, 26 de Fevereiro de 2016. À Pregoeira.**

*** **

Estado do Ceará – Câmara Municipal de Tamboril – Aviso de Pregão Presencial Nº 002/2016–CMT. A Pregoeira da Câmara Municipal de Tamboril torna público para conhecimento dos interessados, que no próximo dia 15 de Março de 2016, às 16h00min, na sua sala de reuniões, localizada à Rua Jesuíta Adeodato, nº 210, Centro, Tamboril-Ce, estará recebendo as Propostas de Preços e Documentação de Habilitação para o **Pregão Presencial Nº 002/2016-CMT** – Prestação dos serviços técnicos especializados de assessoria ao departamento de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Tamboril-Ce. O edital e seus anexos poderão ser obtidos no site www.tcm.ce.gov.br/licitacoes e junto à comissão, no endereço supracitado nos dias úteis, das 08h00min às 12h00min. **Tamboril – Ce, 03 de Março de 2016. Maria da Paz Alves Teixeira Barros - Pregoeira.**

*** **

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Limoeiro do Norte – Aviso de Licitação. O Presidente da Comissão de Licitação do Município de Limoeiro do Norte, comunica aos interessados que no próximo dia 16 de março de 2016, às 10:00 h, estará abrindo licitação na modalidade **Pregão Presencial nº 002/2016-GAPRE**, cujo objeto é a manutenção de todo o equipamento envolvido na sinalização semaforica existente no Município incluída a troca de equipamentos avariados (controladores, lâmpadas, cabos, lentes, grupos focais, conjunto de suportes, etc). O edital completo estará a disposição dos interessados nos dias úteis após esta publicação no horário de 07:00 às 12:00 h, no endereço da Prefeitura na Avenida Coronel Antonio Joaquim, 2121, Centro, Limoeiro do Norte, e no site: www.tcm.ce.gov.br/licitacoes. **Limoeiro do Norte - CE, 01 de março de 2016. Thiago Chaves Nogueira, Presidente da Comissão de Licitação.**

*** **

Estado do Ceará – Município de Iguatu – Serviço Autônomo de Água e Esgoto - Aviso de Licitação - Pregão Eletrônico nº - PE-002/2016-SAAE. Objeto: aquisição de equipamentos de informática (impressoras, aparelhos telefônicos e outros), para atender as necessidades do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Iguatu – CE, conforme especificações técnicas e quantidades constantes no Termo de Referência, convertido em Anexo I do edital. Tipo: Menor Preço por Lote. A Comissão de Pregão comunica aos interessados que a abertura de análise das propostas de preços e documentos de habilitação dar-se-á no dia: 16 de março de 2016 às 09:00 horas. O edital e seus anexos estarão disponíveis através dos sites: www.bll.org.br e www.tcm.ce.gov.br. Maiores informações através do fone (88) 3566-7700 das 08:00 às 11:30 horas. **Iguatu-CE, 02 de março de 2016. Alisson Araújo de C. Holanda – Pregoeiro Oficial.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ARATUBA - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/16-PP-SOU. A Pregoeira da Prefeitura do Município de ARATUBA-CE, torna público para conhecimento dos interessados, que no próximo dia 16 de Março de 2016, às 14:30h, na Sede da Prefeitura, localizada à Rua Júlio Pereira, Nº 304, Centro, estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, critério de julgamento menor preço por Item, tombado sob o nº 001/16-PP-SOU, com o seguinte objeto: **Aquisição de Fardamento e Equipamentos de Proteção para os Garis do Município, atendendo as necessidades da Secretaria de Obras e Urbanismo do Município de Aratuba/CE, conforme especificações em Anexo do Edital**, o qual encontra-se na íntegra na Sede da Comissão de 0..85-998710095, no horário de 08:00h às 11:30h. Maria Regina Santos Nunes - Pregoeira.

*** **

TEBASA S/A. CNPJ/MF. N.º 07.298.995/0001-68-NIRE 23.300.015.088-Aviso Aos Acionistas- Comunicamos aos Srs. Acionistas que se encontram à sua disposição, na sede da Companhia-na Rua Teodomiro de Castro, nº 4585, Álvaro Weyne, Fortaleza-CE, onde poderão obter cópias, os documentos enumerados do Art.133 da LEI nº. 6.404/76. **Fortaleza -CE, 26/02/2016. Paulo Roberto Otoch Baquit - Diretor Presidente.**



VENTOS DE SÃO LAZARO ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. (Companhia em fase pré-operacional) - CNPJ 13.346.039/0001-07

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Submetemos ao exame de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da empresa Ventos de São Lazaro Energias Renováveis S.A. relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Maracanaú, 01 de Março de 2016.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em Reais)

Ativo	Notas	2015	2014	Passivo	Notas	2015	2014
Circulante				Patrimônio líquido			
Caixa e equivalentes de caixa	5	8.754	11.200	Capital social realizado	6	18.000	18.000
Impostos a recuperar		22	9	Prej. acumulados		(9.225)	(6.791)
		8.775	11.209			8.775	11.209
Total do Ativo		8.775	11.209	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		8.775	11.209

Demonstrações de resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em Reais)

	Notas	2015	2014
Despesas operacionais			
Despesas gerais ou administrativas	7	(2.078)	(1.203)
Prejuízo antes do result. financeiro		(2.078)	(1.203)
Resultado financeiro			
Rec. financeiras	8	58	54
Desp. financeiras	8	(413)	(340)
Prej. do exercício		(2.433)	(1.489)

Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em Reais)

	2015	2014
Resultado do exercício	(2.433)	(1.489)
Resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	(2.433)	(1.489)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 (Em Reais)

	Notas	Capital Social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013		18.000	(5.302)	12.698
Prejuízo do exercício		-	(1.489)	(1.489)
Saldos em 31 de dezembro de 2014		18.000	(6.791)	11.209
Prejuízo do exercício		-	(2.433)	(2.433)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		18.000	(9.224)	8.776

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em Reais)

1. Contexto operacional: A Companhia, com sede em Maracanaú, Estado do Ceará, foi constituída em 21 de Fevereiro de 2011 e até a presente data não entrou em fase operacional. Para entrar em fase operacional a Companhia depende de reunir todos os pré-requisitos para participação de Leilão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e se sagrar vencedora para que possa obter autorização para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica. Tem por objeto social a geração, como produtor independente, de energia elétrica, a partir de fontes alternativas, predominantemente a eólica, destinada à comercialização na modalidade de produção independente de energia; e para consecução do objeto social, a implantação, administração e operação de centrais geradoras, bem como o desenvolvimento de projetos, a prestação de serviços de consultoria. A Companhia encontra-se em fase pré-operacional e no decorrer desta fase, seus acionistas cobrem as suas necessidades de caixa.

2. Base de preparação: **a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 25 de fevereiro de 2016. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado em nota explicativa específica. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações estão incluídas nas notas explicativas.

3. Principais políticas contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. **a. Instrumentos financeiros:** **(i) Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos. **(ii) Passivos financeiros não derivativos:** Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em Reais)

	2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(2.433)	(1.489)
Variação nos ativos e passivos		
Aumento em impostos a recuperar	(13)	-
Caixa líq. aplicado nas ativ. operacionais	(2.446)	(1.489)
Redução do caixa e equiv. de caixa	(2.446)	(1.489)
Demonstração da red. do caixa e equiv. de caixa		
No início do exercício	11.200	12.698
No fim do exercício	8.754	11.200
Redução do caixa e equiv. de caixa	(2.446)	(1.498)

um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, obrigações fiscais e créditos com pessoas ligadas. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **b. Ativo imobilizado:** Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção. O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. **Depreciações:** A depreciação será calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. Considerando que a empresa encontra-se em fase pré-operacional nenhuma depreciação foi contabilizada. A depreciação será reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não serão depreciados. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **c. Redução ao valor recuperável:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um

efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor a receber sobre condições que não seriam consideradas em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia não identificou evidências de perdas que resultem em "impairment". Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas e despesas financeiras são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras referem-se basicamente às tarifas bancárias. As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e demais juros recebidos, quando aplicáveis. **d. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social são apurados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, sendo o imposto de renda calculado sobre a presunção de 32% da receita bruta pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240, enquanto que a contribuição social foi computada sobre a presunção de 32% sobre a alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. **e. Novas normas ainda não adotadas:** Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia está mencionada abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada. **IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros):** A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração)*. A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos

financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a esta norma. **4. Gerenciamento de riscos:** A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. **(i) Risco operacional:** O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico. A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais. **(ii) Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contra-parte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente do caixa e equivalentes de caixa e demais instrumentos financeiros apresentados na demonstração financeira. A Companhia está sujeita ao risco de crédito de seus fornecedores até a entrega dos benefícios esperados. **(iii) Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. **Garantias:** A Companhia não tem ativos dados em garantia em 31 de dezembro de 2015 e 2014. **Instrumentos financeiros e depósitos bancários:** O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. **(iv) Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no

valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

5. Caixas e equivalentes de caixa

	2015	2014
Banco conta movimento	171	194
Aplicação financeira	8.583	11.006
	<u>8.754</u>	<u>11.200</u>

6. Patrimônio líquido: O capital social autorizado é de R\$ 20.000 e está representado por 20.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O capital social integralizado é de R\$ 18.000 e está representado por 18.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. **a. Dividendos:** Dentre as principais determinações do contrato social, estão destacadas: (i) em cada exercício será realizada distribuição de um dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, quando aplicável. **b. Reserva legal:** Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

	2015	2014
Taxas e emolumentos	(443)	(203)
Serviços de consultoria	(1.151)	(1.000)
Despesas com cartórios	(117)	-
Serviços de Manutenção	(367)	-
Outras despesas	-	-
	<u>(2.078)</u>	<u>(1.203)</u>

8. Resultado financeiro

	2015	2014
Receita financeira		
Rendimentos aplicações financeiras	58	54
Despesas financeiras		
Tarifas bancárias	(413)	(340)
	<u>(355)</u>	<u>(286)</u>

9. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social são apurados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, sendo o imposto de renda calculado sobre a presunção de 32% da receita bruta pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240, enquanto que a contribuição social foi computada sobre a presunção de 32% sobre a alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Em 31 de dezembro de 2014 não há saldo de impostos correntes registrados na Companhia. **10. Provisões para demandas judiciais:** Não há registro de demandas judiciais ou extras judiciais. **11. Cobertura dos seguros:** Não há registro de seguros.

A Diretoria.
Contador responsável
Eugênio Pacelli Mendonça Dupin
CRC-SP 201976/O-1 T-CE

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Ventos de São Lázaro Energias Renováveis S.A. (Companhia em fase pré-operacional). Maracanaú - CE. **Introdução:** Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de São Lázaro Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Auditores Independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira Ventos de São Lázaro Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de



acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfase:** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1 (contexto operacional), a Companhia está em fase pré-operacional e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas e foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas atividades. Dessa forma, a continuidade operacional está condicionada ao fato da Companhia vir a lograr êxito nos processos de obtenção da licença de operação junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para estabelecer-se como produtora independente de energia elétrica, das licenças de instalação e ambiental para exploração de geração de energia elétrica, a serem emitidas pelos órgãos ambientais competentes, bem como os reflexos a serem propiciados por esta liberação e na obtenção de aportes de recursos na forma de capital ou adiantamentos para permitir a liquidação de obrigações futuras. Curitiba, 25 de fevereiro de 2016. KPMG Auditores Independentes - CRC SP-014428/O-6 - Marcello Palamartchuk - Contador CRC 1PR049038/O-9.

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ARATUBA - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/16-PP-SAS. A Pregoeira da Prefeitura do Município de ARATUBA-CE torna público para conhecimento dos interessados, que no próximo dia 16 de Março de 2016, às 09h30min, na Sala da Comissão de Licitação, localizada à Rua Júlio Pereira, Nº 304, Centro, Aratuba-CE, estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, critério de julgamento menor preço por lote, tombado sob o nº 001/16-PP-SAS, com o seguinte objeto: **Aquisição de Cestas Básicas, Kit Bebê e Material de Construção para atender os Programas do Município de Aratuba-CE, através da Secretaria de Assistência Social, conforme especificações em Anexo do Edital**, o qual encontra-se na íntegra na Sede da Comissão de Pregões, localizada à Rua Júlio Pereira, Nº 304, Centro, ARATUBA-CE, fone: 0.85-3329.1132, no horário de 08:00h às 11:30h. Maria Regina Santos Nunes - Pregoeira.

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MULUNGU - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2016. A Pregoeira da Prefeitura do Município de MULUNGU-CE, torna público para conhecimento dos interessados, que no próximo dia 17 de Março de 2016, às 09h00min, na Sede da Prefeitura, localizada à Rua Cel. Justino Café, Nº 136, Centro, estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tombado sob o nº 015/2016, com o seguinte objeto: **Aquisição de Oxigênio Medicinal Condicionado em Cilindros m³, para atendimento das necessidades do Hospital e Maternidade Dr. Waldemar de Alcântara junto a Secretaria de Saúde do Município de Mulungu/CE**, o qual encontra-se na íntegra na Sede da Comissão de Pregões, localizada à Rua Cel. Justino Café, Nº 136, Centro, MULUNGU-CE, fone: 0.85-3328.1130, no horário de 08h00min às 14h00min. Sulamita da Silva de Abreu - Pregoeira.

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO SANTO - AVISO DE CANCELAMENTO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 2016.02.01-01CP. A Presidente da Comissão de Licitação da Prefeitura do Município de ALTO SANTO/CE - torna público, para conhecimento dos interessados que a sessão pública do dia 08 de Março de 2016, às 09:00 (nove horas), na sede da Prefeitura de ALTO SANTO, localizada à RUA CEL. SIMPLÍCIO BEZERRA, 198 - CENTRO - ALTO SANTO/CE, referente a Concorrência Pública, sob o nº 2016.02.01-01 CP, com fins a Contratação de empresa para executar Serviços de Recuperação de Estradas de Terra em Diversas Localidades no Município de Alto Santo, conforme Projeto Básico Anexo I do Edital. FOI CANCELADA, por motivos de falhas no Projeto Básico e por interesse público. Maiores informações na Prefeitura com a Comissão de Licitações ou pelo fone: 0XX(88) 3429.2080, no horário de 08:00h às 11:00h. Daniela Bezerra Lima - A Presidente.

*** **

ESTADO DO CEARÁ - MUNICÍPIO DE BATURITÉ - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº PP-014/2016. O Pregoeiro Oficial de Baturité/CE, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 17 de março de 2016, às 14h00min, na sala da Comissão Permanente de Licitação e Pregão, localizada à Travessa 14 de Abril, s/nº - Centro, Baturité/CE, a sessão credenciamento, abertura, formulação de lances, e julgamento das propostas de preços e documentos de habilitação referentes a **Contratação de Serviços Profissional de Música (Sanfoneiro) com Equipamento de Som, para atender as necessidades da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, do Município de Baturité/CE.** A documentação do Edital e seus anexos, poderá ser adquirida junto a Comissão de Pregão, a partir da publicação deste aviso, de segunda à sexta-feira no horário de 08h às 12h. Baturité/CE, 03 de março de 2016. José Estelita de Aquino Filho - Pregoeiro Oficial.

*** **

Edital de Convocação - Assembleia de Sócios - Ficam convocados os sócios de **EXPANSION IV PARTICIPAÇÕES LTDA.**, sociedade empresária registrada na Junta Comercial do Estado do Ceará sob o NIRE 23.2.0142128-2, para participar da Assembleia de Sócios, a se realizar na Av.Dom Luís, n.º 1.200, Sala 2105, Edifício Pátio Dom Luís, Meireles, Fortaleza, Ceará, CEP. 60.160-230, ao dia 10/03/2016, às 09hs, em primeira convocação, instalando-se com a presença de titulares das quotas representativas de no mínimo 3/4 do capital social, a fim de se deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (1)a transformação da Sociedade do tipo sociedade empresária limitada para sociedade anônima, com a consequente alteração da sua denominação social; (2)a conversão das quotas do capital social em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; (3) a aprovação da proposta de Estatuto Social; e (4)a eleição dos membros da Diretoria. Fortaleza, 24/02/2016. Ignasi Alemany Del Castillo - Administrador.

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE URUOCA - AVISO DE LICITAÇÃO. O Município de Uruoca, através do Pregoeiro e equipe de apoio, torna público o PREGÃO PRESENCIAL 0031702.2016, cujo objeto é a Prestação de Serviços de Assessoria na Área de Recursos Humanos (Serviços Técnicos Especializados no Setor Pessoal, Fechamento na Folha de Pagamento, Elaboração de GFIP, DRIF, RAIS E DCTF) e Serviços de Desenvolvimento e Implantação de Sistemas de Protocolo e Tributos bem como Acompanhamento de Procedimentos na Coordenadoria de Arrecadação Fiscalização e Tributação junto a Secretaria de Administração e Finanças do Município de Uruoca-CE. Abertura dia 15/03/2016, às 09h30min, na sala da CPL, na Prefeitura Municipal. Informações: Rua João Rodrigues, 135 - Centro - CEP: 62.460-000. Uruoca/CE. Fone: (88) 3648-1078. E-mail: pmulicitacao@hotmail.com. Antonio Diniz Tabosa Neto - Pregoeiro.

*** **

Estado do Ceará - Câmara Municipal de Aquiraz - Aviso de Licitação. A Câmara Municipal de Aquiraz, torna público que realizará as 08:30 hs do dia 18/03/2016, em sua sede na Rua Flávio Roque, 183 - Centro, **Pregão Presencial nº PP003/2016.** Objeto: aquisição e instalação de aparelhos de ar condicionado, tipo split, para a Câmara Municipal de Aquiraz, localizada na Av. Santos Dumont, 30 - Centro - Aquiraz - Ceará, incluindo todos os serviços necessários para a instalação e funcionamento dos aparelhos. Edital à disposição na Câmara Municipal de Aquiraz e no portal de licitações do TCM/CE. informações pelo telefone (85) 3361 2748. **Aquiraz/CE, 03 de março de 2016. Francisco Hugo Siebra Pereira - Pregoeiro**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE URUOCA - AVISO DE ABERTURA DE PROPOSTAS. O Município de Uruoca, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público, para conhecimento dos interessados, que no dia 07 de março de 2016, às 09:30min na sala da CPL, Prefeitura Municipal, Rua João Rodrigues, 139, Centro, será realizada a abertura dos envelopes de proposta referente a CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 0141812.2015, cujo objeto é a Contratação dos Serviços de Limpeza Pública com Varrição, Capina, Poda, Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos, Domiciliares, Comerciais e Resíduos oriundos da Limpeza de Vias e Logradouros Públicos no Município de Uruoca. Fone: (88) 3648-1078. E-mail: pmulicitacao@hotmail.com. Antonio Diniz Tabosa Neto - Presidente da CPL.

*** **



VENTOS DE SANTO SAULO ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. (Companhia em fase pré-operacional) - CNPJ 13.346.102/0001-05

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Submetemos ao exame de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da empresa Ventos de Santo Saulo Energias Renováveis S.A. relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Maracanaú, 01 de Março de 2016.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em Reais)

Ativo	Notas	2015	2014	Passivo	Notas	2015	2014
Circulante				Patrimônio líquido			
Caixa e equivalentes de caixa	5	10.358	8.717	Capital social realizado	6	22.000	18.000
Impostos a recuperar		17	7	Prej. acumulados		(11.625)	(9.276)
		10.375	8.724			10.375	8.724
Total do Ativo		10.375	8.724	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		10.375	8.724

Demonstrações de resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em Reais)

	Notas	2015	2014
Despesas operacionais			
Despesas gerais ou administrativas	7	(1.983)	(1.503)
Prejuízo antes do result. financeiro		(1.983)	(1.503)
Resultado financeiro			
Rec. financeiras	8	51	43
Desp. financeiras	8	(416)	(340)
Prej. do exercício		(2.349)	(1.800)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 (Em Reais)

	Notas	Capital Social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013		18.000	(7.476)	10.524
Prejuízo do exercício		-	(1.800)	(1.800)
Saldos em 31 de dezembro de 2014		18.000	(9.276)	8.724
Integralização de capital	6.a	4.000	-	4.000
Prejuízo do exercício		-	(2.349)	(2.349)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		22.000	(11.625)	10.375

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em Reais)

1. Contexto operacional: A Companhia, com sede em Maracanaú, Estado do Ceará, foi constituída em 22 de Fevereiro de 2011 e até a presente data não entrou em fase operacional. Para entrar em fase operacional a Companhia depende de reunir todos os pré-requisitos para participação de Leilão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e se sagrar vencedora para que possa obter autorização para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica. Tem por objeto social a geração, como produtor independente, de energia elétrica, a partir de fontes alternativas, predominantemente a eólica, destinada à comercialização na modalidade de produção independente de energia; e para consecução do objeto social, a implantação, administração e operação de centrais geradoras, bem como o desenvolvimento de projetos, a prestação de serviços de consultoria. A Companhia encontra-se em fase pré-operacional e no decorrer desta fase, seus acionistas cobrem as suas necessidades de caixa.

2. Base de preparação: a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 25 de fevereiro de 2016. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado em nota explicativa específica. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações estão incluídas nas notas explicativas.

3. Principais políticas contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. **a. Instrumentos financeiros: (i) Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos. **(ii) Passivos financeiros não derivativos:** Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em Reais)

	2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(2.349)	(1.800)
Variações nos ativos e passivos		
Aumento em impostos a recuperar	(10)	(7)
Redução das despesas antecipadas	-	-
Caixa líq. aplicado nas ativ. operac.	(2.359)	(1.807)
Caixa líq. originado nas ativ. de financiamento		
Integralização de capital	4.000	-
Caixa líq. originado nas ativ. de financiamento	4.000	-
Aum. (redução) do caixa e equiv. de caixa	1.641	(1.807)
Demonstração do aum. (redução) do caixa e equiv. de caixa		
No início do exercício	8.717	10.524
No fim do exercício	10.358	8.717
Aum. (redução) do caixa e equiv. de caixa	1.641	(1.807)

Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, obrigações fiscais e créditos com pessoas ligadas. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **b. Ativo imobilizado:** Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção. O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. **Depreciações:** A depreciação será calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. Considerando que a empresa encontra-se em fase pré-operacional nenhuma depreciação foi contabilizada. A depreciação será reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não serão depreciados. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão



reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **c. Redução ao valor recuperável:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor a receber sobre condições que não seriam consideradas em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia não identificou evidências de perdas que resultem em "impairment". Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas e despesas financeiras são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras referem-se basicamente às tarifas bancárias. As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e demais juros recebidos, quando aplicáveis. **d. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social são apurados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, sendo o imposto de renda calculado sobre a presunção de 32% da receita bruta pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240, enquanto que a contribuição social foi computada sobre a presunção de 32% sobre a alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. **e. Novas normas ainda não adotadas:** Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia está mencionada abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada. **IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros):** A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração)*. A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos

requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a esta norma. **4. Gerenciamento de riscos:** A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. **(i) Risco operacional:** O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico. A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais. **(ii) Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contra-parte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente do caixa e equivalentes de caixa e demais instrumentos financeiros apresentados na demonstração financeira. A Companhia está sujeita ao risco de crédito de seus fornecedores até a entrega dos benefícios esperados. **(iii) Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. **Garantias:** A Companhia não tem ativos dados em garantia em 31 de dezembro de 2015 e 2014. **Instrumentos financeiros e depósitos bancários:** O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. **(iv) Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos

financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

5. Caixas e equivalentes de caixa

	2015	2014
Banco conta movimento	1	144
Aplicação financeira	10.357	8.573
	10.358	8.717

6. Patrimônio líquido: O capital social autorizado é de R\$ 30.000 e está representado por 30.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O capital social integralizado é de R\$ 22.000,00 e está representado por 22.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. **a. Aumento de Capital:** De acordo com AGE de 17 de agosto de 2015 foi integralizado capital no montante de R\$ 1.000,00 em sua totalizada com moeda funcional da empresa com entrada em caixa e equivalente de caixa. Esta AGE está devidamente registrada na junta comercial. **b. Dividendos:** Dentre as principais determinações do contrato social, estão destacadas: (i) em cada exercício será realizada distribuição de um dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, quando aplicável. **c. Reserva legal:** Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

	2015	2014
7. Despesas operacionais		
Taxas e emolumentos	(762)	(203)
Serviços de consultoria	(1.152)	(1.300)
Despesas com cartório	(69)	
	(1.983)	(5.070)

	2015	2014
8. Resultado financeiro		
Receita financeira		
Rendimentos aplicações financeiras	50	43
Despesas financeiras		
Tarifas bancárias	(416)	(340)
	(366)	(297)

9. Imposto de renda e contribuição social O imposto de renda e a contribuição social são apurados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, sendo o imposto de renda calculado sobre a presunção de 32% da receita bruta pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240, enquanto que a contribuição social foi computada sobre a presunção de 32% sobre a alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Em 31 de dezembro de 2014 não há saldos de impostos correntes registrados pela Companhia. **10. Provisões para demandas judiciais:** Não há registro de demandas judiciais ou extras judiciais. **11. Cobertura dos seguros:** Não há registro de seguros.

A Diretoria
Contador responsável
Eugênio Pacelli Mendonça Dupin
CRC-SP 201976/O-1 T-CE

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Ventos de Santo Saulo Energias Renováveis S.A. (Companhia em fase pré-operacional). Maracanaú - CE. **Introdução:** Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de Santo Saulo Energias Renováveis S.A.. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Auditores Independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela

Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira Ventos de Santo Saulo Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfase:** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1 (contexto operacional), a Companhia está em fase pré-operacional e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas e foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas atividades. Dessa forma, a continuidade operacional está condicionada ao fato da Companhia vir a lograr êxito nos processos de obtenção da licença de operação junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para estabelecer-se como produtora independente de energia elétrica, das licenças de instalação e ambiental para exploração de geração de energia elétrica, a serem emitidas pelos órgãos ambientais competentes, bem como os reflexos a serem propiciados por esta liberação e na obtenção de aportes de recursos na forma de capital ou adiantamentos para permitir a liquidação de obrigações futuras. Curitiba, 25 de fevereiro de 2016 - KPMG Auditores Independentes - CRC SP-014428/O-6. Marcello Palamartchuk - Contador CRC 1PR049038/O-9.

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Milagres - Aviso de Licitação - Pregão Presencial nº 0103.01/2016. Objeto: Contratação dos Serviços de Manutenção Mecânica, Preventiva e Corretiva, incluindo a reposição de peças, nos veículos pertencentes às diversas Secretarias do Município de Milagres/CE, conforme especificações constantes do Anexo I do Edital. Data, horário e local para recebimento dos envelopes dos interessados: 16/03/2016 às 09:00h na sala da Comissão de Licitação, na Rua Presidente Vargas, s/nº, Centro, Milagres/CE. Edital poderá ser adquirido no mesmo endereço ou através do portal de licitações no site www.tcm.ce.gov.br. Maiores informações pelo telefone/fax (88) 3553-1255. Milagres/CE, 01 de março de 2016. José Israel dos Santos - Pregoeiro.

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Cruz - Aviso de Licitação. A Comissão de Licitação deste Município torna público que no dia 21 de Março de 2016, às 09:00h, estará abrindo licitação na modalidade **Pregão Presencial Nº 012/2016-AS**, cujo objeto: Aquisição de material de expediente destinados aos programas assistenciais, junto à Secretaria de Assistência Social, Trabalho, Cidadania e Defesa Civil do Município de Cruz. O Edital estará disponível nos dias úteis após esta publicação, no horário de atendimento ao público, de 08:00 às 12:00h, no endereço à Praça Três Poderes Aningas - Cruz - Ce. ou através do site www.tcm.ce.gov.br/licitacoes. **Francisca Neuza da Cunha Ribeiro- Pregoeira-Cruz-Ce, 01 de Março de 2016.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Eusébio - Aviso de Revogação - Tomada de Preços n.º 2016.02.16.0001. A Prefeitura Municipal de Eusébio, através da sua Pregoeira, nomeada por meio da Portaria n.º 56/2016, de 01 de fevereiro de 2016, considerando a aplicação do princípio da legalidade, em razão da solicitação do senhor Gestor, com supedâneo na supremacia do interesse público, torna público a revogação da Tomada de Preços n.º 2016.02.16.0001, cujo objeto é a ampliação da Escola de Ensino Fundamental do Largão, com fundamento no artigo 49 da Lei n.º 8.666/93 e item 14.2 do edital. Desde já, fica assegurado a todos os interessados, a aplicabilidade dos termos dos artigos 109, inciso I, alínea "c" e 110 da Lei n.º 8.666/93. **Ana Carolina Cavalcante de Paula - Presidenta da CPL.**

*** **

Estado do Ceará - Pref. de S. João do Jaguaribe - Aviso de Licitação - A Sec. de Educação comunica que próximo dia 15 de março de 2016, às 09h, estará abrindo licitação Pregão Presencial Nº 01.03.01/2016. Objeto: Prestação de serviços técnicos de consultoria e assessoria pedagógica, na área de planejamento, monitoramento e acompanhamento de atividades pedagógicas do corpo docente da Sec. de Educação, deste Município. O edital completo estará à disposição (dias úteis) nos horários: 07h às 13h, na Prefeitura à Rua Cônego Climério Chaves, 307, Centro. São João do Jaguaribe - CE, 02/03/2016. José Roberlandio Alves - Secretário.

*** **

Estado do Ceará - Pref. de S. João do Jaguaribe - Aviso de Licitação - A Sec. da Assistência Social comunica a quem interessar que no período de 03 de março a 21 de março de 2016, estará recebendo inscrição para o Credenciamento para Contratação de Pessoa Física na área de Serviço Social junto ao Município de São João do Jaguaribe conforme especificações contidas no Edital da Chamada Pública nº 01.03.02/2016. O edital completo estará à disposição (dias úteis) nos horários: 07h às 13h, na Prefeitura à Rua Cônego Climério Chaves, 307, Centro. São João do Jaguaribe - CE, 02/03/2016. Ducélia Rodrigues Freire - Secretária.

*** **

Estado do Ceará - Consórcio Público de Saúde Interfederativo Vale do Curu - CISVALE - Aviso de Prosseguimento - Pregão Presencial Nº.001/2016 . A Pregoeira Oficial do Consórcio Público de Saúde Interfederativo Vale do Curu - CISVALE torna público para conhecimento dos interessados que, no próximo dia 04 de Março de 2016 às 10:00h, na Sede da Comissão de Pregões localizada na Rua Tobias Corrêa, 970 A ,Centro, Caucaia /CE, dará continuidade a sessão da licitação supramencionada. **Caucaia/CE, 02 de Março de 2016. Cláudia Bernarda Medeiros- Pregoeira.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE URUOCA - AVISO DE LICITAÇÃO. O MUNICÍPIO DE URUOCA, através do Pregoeiro e equipe de apoio, torna público o PREGÃO PRESENCIAL 0021502.2016, cujo objeto é a aquisição de veículo tipo ambulância zero quilômetro com escopo de atender as necessidades da Secretaria da Saúde do Município de Uruoca, de acordo com o termo de ajuste Nº 122/2014- Secretaria da Saúde do Estado do Ceará. Abertura dia 15/03/2016, às 14h30min, na sala da CPL, na Prefeitura Municipal. Informações: Rua João Rodrigues, 135 - Centro - CEP: 62.460-000. Uruoca/CE. Fone: (88) 3648-1078. E-mail: pmulicitacao@hotmail.com. Antonio Diniz Tabosa Neto - Pregoeiro.

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Pentecoste - Aviso de Licitação na Modalidade Pregão. O Município de Pentecoste, através da Comissão de Licitações, torna público que se encontra à disposição dos interessados, o Edital de licitação na modalidade **Pregão, nº 2016.02.25.10.PP.FME**, do tipo Menor preço global, visando a contratação de Instituição Educacional de Ensino Superior ou sem fins lucrativos, para a realização de um conjunto de ações do Programa Brasil Alfabetizado de acordo com a resolução nº 8/2016 visando a redução dos Índices de Analfabetismo de jovens e adultos acima de 15 anos, numa dimensão que esteja de acordo com a realidade local e o envolvimento dos alfabetizadores em ações concretas de transformação desta realidade. A realizar-se dia 16 de março de 2016 às 09:00hs maiores informações na sala da Comissão de Licitação, situada na Rua Dr. Moreira de Azevedo S/N- Centro - Pentecoste - Ceará, das 08:00 às 11:30h pelo telefone (85) 3352-2617 e nos sites: www.tcm.ce.gov.br / www.pentecoste.ce.gov.br. **Pentecoste - CE, 01 de Março de 2016. Maria Márcia Rodrigues Martins - Pregoeira.**

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERERÉ - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 1902.002/2016SME. O Pregoeiro da Prefeitura do Município de Ereré - torna público para conhecimento dos interessados, que no próximo dia **16 DE MARÇO DE 2016, ÀS 10H00MIN**, na Sede da Prefeitura, localizada à Rua Padre Miguel Xavier de Moraes, 20 - Centro - Ereré/CE estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, critério de julgamento menor preço, tombado sob o nº **1902.002/2016SME**, com o seguinte objeto: **Contratação de serviços de Locação de Veículos destinados ao Transporte Escolar da Rede Pública de Ensino Fundamental e Médio, junto a Secretaria de Educação e Desporto do Município de Ereré**, o Edital e seus anexos encontra-se na íntegra na Sede da Comissão de Licitação, localizada à Rua Padre Miguel Xavier de Moraes, 20 - Centro - Ereré/CE, fone: 0.88-34341041, no horário ao público de 08:00h às 12:00h ou no site www.tcm.ce.gov.br/licitacoes. Ereré, 02 de Março de 2016. **Josivan Fernandes de Queiroz - Pregoeiro.**



VENTOS DE SÃO LORENZO ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. (Companhia em fase pré-operacional) - CNPJ 13.346.108/0001-82

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Submetemos ao exame de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da empresa Ventos de São Lorenzo Energias Renováveis S.A. relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Maracanaú, 01 de Março de 2016.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em Reais)

Ativo	Notas	2015	2014	Passivo	Notas	2015	2014
Circulante				Patrimônio líquido			
Caixa e equivalentes de caixa	5	8.788	10.899	Capital social realizado	6	18.000	18.000
Impostos a recuperar		21	9	Prej. acumulados		(9.191)	(7.092)
		8.809	10.908			8.809	10.908
Total do Ativo		8.809	10.908	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		8.809	10.908

Demonstrações de resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em Reais)

	Notas	2015	2014
Despesas operacionais			
Despesas gerais ou administrativas	7	(1.724)	(1.503)
Prejuízo antes do result. financeiro		(1.724)	(1.503)
Resultado financeiro			
Rec. financeiras	8	56	53
Desp. financeiras	8	(431)	(340)
Prej. do exercício		(2.100)	(1.790)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 (Em Reais)

	Notas	Capital Social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013		18.000	(5.302)	12.698
Prejuízo do exercício		-	(1.790)	(1.790)
Saldos em 31 de dezembro de 2014		18.000	(7.092)	10.908
Prejuízo do exercício		-	(2.100)	(2.100)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		18.000	(9.192)	8.808

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em Reais)

1. Contexto operacional: A Companhia, com sede em Maracanaú, Estado do Ceará, foi constituída em 21 de Fevereiro de 2011 e até a presente data não entrou em fase operacional. Para entrar em fase operacional a Companhia depende de reunir todos os pré-requisitos para participação de Leilão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e se sagrar vencedora para que possa obter autorização para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica. Tem por objeto social a geração, como produtor independente, de energia elétrica, a partir de fontes alternativas, predominantemente a eólica, destinada à comercialização na modalidade de produção independente de energia; e para consecução do objeto social, a implantação, administração e operação de centrais geradoras, bem como o desenvolvimento de projetos, a prestação de serviços de consultoria. A Companhia encontra-se em fase pré-operacional e no decorrer desta fase, seus acionistas cobrem as suas necessidades de caixa.

2. Base de preparação: **a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 25 de fevereiro de 2015. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado em nota explicativa específica. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações estão incluídas nas notas explicativas.

3. Principais políticas contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. **a. Instrumentos financeiros: (i) Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos. **(ii) Passivos financeiros não derivativos:** Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em Reais)

	2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(2.100)	(1.790)
Variação nos ativos e passivos		
Aumento em impostos a recuperar	(11)	(9)
Caixa líq. gerado nas ativ. operac.	(2.111)	(1.799)
Redução do caixa e equiv. de caixa	(2.111)	(1.799)
Demonstração da red. do caixa e equiv. de caixa		
No início do exercício	10.899	12.698
No fim do exercício	8.788	10.899
Redução do caixa e equiv. de caixa	(2.111)	(1.799)

um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, obrigações fiscais e créditos com pessoas ligadas. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **b. Ativo imobilizado:** Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção. O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. **Depreciações:** A depreciação será calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. Considerando que a empresa encontra-se em fase pré-operacional nenhuma depreciação foi contabilizada. A depreciação será reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não serão depreciados. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **c. Redução ao valor recuperável:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um

efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor a receber sobre condições que não seriam consideradas em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia não identificou evidências de perdas que resultem em "impairment". Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas e despesas financeiras são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras referem-se basicamente às tarifas bancárias. As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e demais juros recebidos, quando aplicáveis. **d. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social são apurados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, sendo o imposto de renda calculado sobre a presunção de 32% da receita bruta pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240, enquanto que a contribuição social foi computada sobre a presunção de 32% sobre a alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. **e. Novas normas ainda não adotadas:** Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia está mencionada abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada. **IFRS 9 Financeal Instruments (Instrumentos Financeiros):** A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração)*. A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento

e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a esta norma. **4. Gerenciamento de riscos:** A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. **(i) Risco operacional:** O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimentos esperado relacionado ao parque eólico. A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais. **(ii) Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contra-parte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente da caixa e equivalentes de caixa e demais instrumentos financeiros apresentados na demonstração financeira. A Companhia está sujeita ao risco de crédito de seus fornecedores até a entrega dos benefícios esperados. **(iii) Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. **Garantias:** A Companhia não tem ativos dados em garantia em 31 de dezembro de 2015 e 2014. **Instrumentos financeiros e depósitos bancários:** O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. **(iv) Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais

como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

5. Caixas e equivalentes de caixa

	2015	2014
Banco conta movimento	89	144
Aplicação financeira	8.699	10.756
	8.788	10.899

6. Patrimônio líquido: O capital social autorizado é de R\$ 20.000 e está representado por 20.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O capital social integralizado é de R\$ 18.000 e está representado por 18.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. **a. Dividendos:** Dentre as principais determinações do contrato social, estão destacadas: (i) em cada exercício será realizada distribuição de um dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, quando aplicável. **b. Reserva legal:** Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

7. Despesas operacionais	2015	2014
Taxas e emolumentos	(443)	(203)
Serviços de consultoria	(1.151)	(1.300)
Despesas com cartórios	(130)	-
	(1.724)	(1.503)

8. Resultado financeiro

	2015	2014
Receita financeira		
Rendimentos aplicações financeiras	56	53
Despesas financeiras		
Tarifas bancárias	(431)	(340)
	(375)	(301)

9. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social são apurados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, sendo o imposto de renda calculado sobre a presunção de 32% da receita bruta pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240, enquanto que a contribuição social foi computada sobre a presunção de 32% sobre a alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Em 31 de dezembro de 2014 não há saldo de impostos correntes registrados na Companhia. **10. Provisões para demandas judiciais:** Não há registro de demandas judiciais ou extras judiciais. **11. Cobertura dos seguros:** Não há registro de seguros.

A Diretoria.

Contador responsável - Eugênio Pacelli Mendonça Dupin - CRC-SP 201976/O-1 T-CE



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Ventos de São Lorenzo Energias Renováveis S.A. (Companhia em fase pré-operacional). Maracanaú - CE. **Introdução:** Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de São Lorenzo Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Auditores Independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e Ventos de São Lorenzo Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfase:** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1 (contexto operacional), a Companhia está em

fase pré-operacional e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas e foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas atividades. Dessa forma, a continuidade operacional está condicionada ao fato da Companhia vir a lograr êxito nos processos de obtenção da licença de operação junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para estabelecer-se como produtora independente de energia elétrica, das licenças de instalação e ambiental para exploração de geração de energia elétrica, a serem emitidas pelos órgãos ambientais competentes, bem como os reflexos a serem propiciados por esta liberação e na obtenção de aportes de recursos na forma de capital ou adiantamentos para permitir a liquidação de obrigações futuras. Curitiba, 25 de fevereiro de 2016. KPMG Auditores Independentes - CRC SP-014428/O-6 - Marcello Palamartchuk - Contador CRC 1PR049038/O-9.

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Assaré - Extrato de Contrato. Pregão Presencial Nº: 2016.01.27.001 - FG. Objeto: Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Organização e Realização do Evento com Apresentações (Shows) Artísticos "XII Pataiva do Assaré em Arte e Cultura" que Acontecerá no Período de 03 a 05 de março de 2016. Fundamento Legal: Lei 10.520/2002 e no cøuber a Lei Federal 8.666/93 e suas Alterações posteriores. Empresa Contratada: C.F.B. Barroso ME. Contrato Nº 02.18.001.1 - FG. Valor do Contrato: Lote 01: R\$ 20.700,00 (Vinte Mil e Setecentos Reais). Lote 03: R\$ 185.150,00 (Cento e Oitenta e Cinco Mil Cento e Cinquenta Reais). Lote 04: R\$ 26.190,00 (Vinte e Seis Mil Cento e Noventa Reais). Valor Global do Contrato: R\$ 232.040,00 (Duzentos e Trinta e Dois Mil e Quarenta Reais). Empresa Contratada: P.A. Sons e Eventos EIRELI - ME. Contrato Nº 02.18.001.2 - FG. Valor do Contrato: Lote 04: R\$ 123.000,00 (Cento e Vinte e Três Mil Reais). Valor Global do Contrato: R\$ 123.000,00 (Cento e Vinte e Três Mil Reais). Dotações Orçamentárias: 1010-133920030.2.065, Elemento de Despesas Nº 3.3.90.39.00. Fonte de Recurso: Próprios do Município de Assaré/CE ou Transferidos. Vigência: Este Contrato terá vigência até 31 de Dezembro de 2016 a partir da data de sua assinatura e emissão da Ordem de Serviços, podendo ser prorrogado ou rescindido de acordo com as partes, conforme permissivo no Art. 57º parágrafo 2º da Lei Federal Nº 8.666/93 e suas alterações. Assinatura pelo Contratante: Antonio Neto Dias Alcântara. Assinatura pela Contratada: Cibele Ferreira Bezerra Barroso e Francisco Roberto de Sousa. Data da Assinatura do Contrato: 18 de Fevereiro de 2016. **Assaré - CE, 02 de Março de 2016. Antonio Neto Dias Alcântara - Gestor da Secretaria Municipal de Administração.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA. PROCESSO Nº. 001/2015

PROCESSO Nº. 001/2015

OBJETO: CASSAÇÃO DO MANDATO DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA OLINDA

DENUNCIANTE: MARIA WYLDIANE BEZERRA LOPES SAMPAIO
DENUNCIADO: FRANCISCO RONALDO SAMPAIO

Pelo presente e na melhor forma de direito fica o Senhor **FRANCISCO RONALDO SAMPAIO**, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº. 357.935.463-91, ora no exercício do cargo de Prefeito Municipal, podendo ser encontrado no Paço Municipal localizado na Avenida Perimetral Sul, S/N, centro, Nova Olinda Estado do Ceará **NOTIFICADO**, com a remessa de cópia da denúncia e documentos que a instruírem, para que, no prazo de dez dias, apresente defesa prévia, por escrito, indique as provas que pretender produzir e arrole testemunhas, até o máximo de dez.

Fica Vossa Senhoria informado que a defesa deve ser protocolada na secretaria administrativa da Câmara Municipal de Nova Olinda, no horário de 7h às 11h e de 13h às 17h.

O presente edital será publicado duas vezes, no Diário Oficial do Estado, com intervalo de três dias, pelo menos, contado o prazo da primeira publicação, nos termos do inciso III do art. 5º do Decreto-Lei 201/67. Dado e passado na Sala das comissões da Câmara Municipal de Nova Olinda em 02 de março do ano de 2016. Eu _____ (Eva Maria Pereira Veloso Rodrigues - Servidora Designada) digitei e segue assinada pela Presidente da Comissão.

José Marcos Teixeira de Alencar
Presidente

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Solonópole - Secretaria de Desenvolvimento Social, Econômico e do Trabalho - Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº 2016.02.26.01. O Pregoeiro da Prefeitura do Município de Solonópole, torna público para conhecimento dos interessados, que no próximo dia 15 de Março de 2016, às 09h30min, na Sede da Prefeitura, localizada à Rua Dr. Queiroz Lima, 330 - Centro - Solonópole/CE, estará realizando licitação na modalidade **Pregão Presencial**, critério de julgamento menor preço, tombado sob o nº **2016.02.26.01**, com o seguinte objeto: Aquisição de Bens de Consumo Diversos (Gêneros Alimentícios, Limpeza, Material para Kit Bebê e GLP (Gás de Cozinha), para atender as demandas dos Programas Sociais de interesse da Secretaria de Desenvolvimento Social, Econômico e do Trabalho do Município de Solonópole, o edital e seus anexos encontram-se na íntegra na Sede da Comissão de Licitação, localizada à Rua Dr. Queiroz Lima - 330 - Centro - Solonópole/CE, Fone: 0.88 3518 1211, no horário ao público de 08:00h às 12:00h ou no site www.tcm.ce.gov.br. **Solonópole, 02 de Março de 2016. Luciano Costa da Silva - Pregoeiro.**

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA - EXTRATO DE CONTRATO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2015.12.08.02 - PMNO. Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Olinda, através da Secretaria de Saúde. Contratada: Milfont & Milfont LTDA, CNPJ nº: 03.611.433/0001-71. Objeto: Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de combustível óleo s10, gasolina, diesel e aditivos para atender as necessidades da Prefeitura Municipal. Fundamento Legal: Lei n. 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 2015.12.08.02 - PMNO. Valor Global: R\$: 366.000,00 (trezentos e sessenta e seis mil reais). Vigência: até 31 de dezembro de 2016, Dotação Orçamentária: 02.11.11.10.301.171.239 - Manutenção das atividades da Secretaria de Saúde; 02.15.15.10.301.171.240 - Manutenção do bloco Saúde - Gestão SUS; 02.15.15.10.301.171.241 - Manutenção do bloco da Atenção Básica; 02.15.15.10.302.176.243 - Manutenção do bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar; 02.15.15.10.122.03.268 - Manutenção das atividades dos Conselhos Municipais Vinculados; 02.15.15.10.303.171 - Manutenção do bloco de Vigilância em Saúde; 02.15.15.10.301.171.274 - Manutenção do Programa de Saúde da Família; 02.15.15.10.301.171.275 - Manutenção do Programa Agente Comunitário de Saúde; 02.15.15.10.301.171.276 - Manutenção do programa de Saúde Bucal; 02.15.15.10.301.171.282 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde; 02.15.15.10.301.171.289 - Manutenção do Programa Saúde na Escola; 02.15.15.10.122.171.290 - Manutenção de outros Programas Saúde; Elemento de Despesa 3.3.90.30.00 - Material de consumo, com a utilização de recursos oriundos do próprio Município, PAB/Fixo, PAB variável SUS e outras Transferências Governamentais. Signatário, pelo Contratante: Pedro Neto de Sousa, pelo Contratado Maria Gualberto Milfont.

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA - EXTRATO DE CONTRATO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2015.12.08.02 - PMNO. Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Olinda, através da Secretaria de Educação. Contratada: Milfont & Milfont LTDA, CNPJ nº: 03.611.433/0001-71. Objeto: Contratação de Pessoa Jurídica para fornecimento de combustível óleo s10, gasolina, diesel e aditivos para atender as necessidades da Prefeitura Municipal. Fundamento Legal: Lei n. 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 2015.12.08.02 - PMNO. Valor Global: R\$: 1.015.400,00 (hum milhão, quinze mil e quatrocentos reais). Vigência: até 31 de dezembro de 2016, Dotação Orçamentária: 01.05.05.12.122.037.207 - Manutenção das atividades da Secretaria de Educação, Desporto e Lazer; 01.14.14.12.361.231.209 - Manutenção das atividades Educação Básica Fundamental 40%; 01.14.14.12.361.235.213 - Manutenção do Programa de Transporte Escolar; 01.14.14.12.361.231.214 - Manutenção de outros Programas Educacionais; 01.14.14.12.364.266.215 - Manutenção de Programas de apoio ao Ensino Superior; 01.14.14.12.365.271.258 - Manutenção das atividades Educação Básica Infantil 40%; 01.14.14.12.361.231.279 - Manutenção do programa Salário Educação; 01.14.14.12.362.244.288 - Manutenção do programa Transporte Escolar Ensino Médio; 01.14.14.12.362.251.280 - Manutenção de programa de apoio ao Ensino Médio/Profissionalizante; 01.14.14.12.122.037.281 - Manutenção do Fundo Municipal de Educação; Elemento de Despesa 3.3.90.30.00 - Material de consumo, com a utilização de recursos oriundos do próprio Município/FUNDEB 40%/Salário Educação e PNAT e outras Transferências Governamentais. Signatário, pela Contratante: Cristiane Pereira Gomes de Carvalho pelo Contratado: Maria Gualberto Milfont.

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBALHA - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 2016.03.02.1. O(A) Pregoeiro(a) Oficial do Município de Barbalha, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando, na sede da Prefeitura, certame licitatório, na modalidade Pregão nº 2016.03.02.1, do tipo presencial, cujo objeto é a aquisição de veículos automotores destinados ao atendimento das necessidades das Unidades Básicas de Saúde do Município de Barbalha/CE, por intermédio da sua Secretaria de Saúde, com a utilização de recursos do Ministério da Saúde, conforme especificações apresentadas junto ao Edital Convocatório e seus anexos, com recebimento dos envelopes contendo as propostas comerciais e a documentação de habilitação marcado para o dia 16 de março de 2016, às 14:00 horas. Maiores informações e entrega de editais, na sede da Comissão Permanente de Licitação, sito no Loteamento Jardim dos Ipês, s/nº - Alto da Alegria, Barbalha/CE, no horário de 07:30 às 11:30 horas. Informações poderão ser obtidas ainda pelo telefone (88) 2101-1919. **Barbalha/CE, 29 de fevereiro de 2016. Maria Aparecida de Brito - Pregoeiro(a) Oficial do Município.**

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA – EXTRATO DE CONTRATO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2015.12.08.02 – PMNO. Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Olinda, através do Fundo Geral. Contratada: Milfont & Milfont LTDA, CNPJ nº: 03.611.433/0001-71. Objeto: Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de combustível óleo s10, gasolina, diesel e aditivos para atender as necessidades da Prefeitura Municipal. Fundamento Legal: Lei n. 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 2015.12.08.02 – PMNO. Valor Global: R\$: 1.013.740,00 (hum milhão, treze mil e setecentos e quarenta reais). Vigência: até 31 de dezembro de 2016, Dotação Orçamentária: 01.02.02.04.122.037.202 – Manutenção das atividades do Gabinete do Prefeito; 01.03.03.04.122.037.203 – Manutenção das atividades da Secretaria de Administração; 01.03.03.04.422.317.204 – Manutenção das atividades do Pro-Cidadania; 01.04.04.04.122.037.205 – Manutenção das atividades da Secretaria de Finanças; 01.07.07.04.122.037.222 – Manutenção das atividades da Secretaria de Urbanismo e Obras; 01.09.09.04.122.037.235 – Manutenção das atividades da Secretaria de Serviços Públicos; 01.10.10.04.122.037.237 – Manutenção das atividades da Secretaria de Desenvolvimento Rural; 01.10.10.20.606.441.238 – Programa de apoio ao Pequeno Produtor Rural; 01.13.13.18.541.401.250 – Manutenção das atividades da Secretaria de Meio Ambiente, Elemento de Despesa 3.3.90.30.00 – Material de consumo, com a utilização de recursos oriundos do próprio Município e outras Transferências Governamentais. Signatário, pela Contratante: Francisca Vera Lucia Pereira Sampaio, pelo Contratado: Maria Gualberto Milfont.

*** **

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte - Extrato de Aditivo Contratual de Reequilíbrio Econômico Financeiro. A Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte/CE, torna público o Extrato do 1º Aditivo aos Contratos Nº: 2016.01.06.01; 2016.01.06.02; 2016.01.06.03; 2016.01.06.04; 2016.01.06.05; 2016.01.06.06; 2016.01.06.07; 2016.01.06.08; 2016.01.06.09; 2016.01.06.10; 2016.01.06.11; 2016.01.06.12; 2016.01.06.13; 2016.01.06.14; 2016.01.06.15, Resultante do Pregão Eletrônico Nº 2015.09.29.01: Contratantes: Gabinete do Prefeito; Secretaria de Planejamento; Autarquia Municipal de Meio Ambiente; Secretaria da Cidade; Secretaria de Esporte e Juventude; Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turístico; Fundação Guarda Municipal; Departamento Municipal de Trânsito; Secretaria de Cultura e Romaria; Secretaria de Gestão; Secretaria de Infraestrutura; Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Públicos; Secretaria de Educação; Secretaria de Desenvolvimento Social e do Trabalho. Contratada: FP Petroleo LTDA. Objeto: aquisições de combustíveis e derivados, para atender as diversas Secretarias do Município de Juazeiro do Norte/CE. Valor Global: Reequilíbrio Econômico Financeiro. Relação por: Discriminação - Valor Unitário Contratado - Valor Unitário - Reajustado. Gasolina Comum - R\$ 3,53 - R\$ 4,048; Gasolina Aditivada - R\$ 3,62 - R\$ 4,117; Diesel S-500 - R\$ 2,95 - R\$ 3,269; Diesel S-10 - R\$ 3,06 - R\$ 3,299; Etanol Hidratado - R\$ 2,65 - R\$ 2,975. Data da Assinatura: 18 de Fevereiro de 2016.

*** **

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Trairi - Aviso de Licitação - Tomada de Preços Nº 2016.03.01.001. A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Trairi, localizada na Av. Miguel Pinto Ferreira, 145 - Planalto Norte, torna público que se encontra à disposição dos interessados o Edital de **Tomada de Preços Nº 2016.03.01.001**, cujo objeto é a Contratação da prestação de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria, no apoio à gestão e operacionalização do Fundo Municipal de Saúde/Secretaria Municipal de Saúde, nos diversos programas e sistemas vinculados ao Sistema Único de Saúde - SUS, Ministério da Saúde e Secretaria Estadual de Saúde - SESA, junto a Secretaria de Saúde do Município de Trairi/CE, conforme especificações constantes do anexo I, parte integrante deste processo, que se realizará no dia 18 de março de 2016 (18/03/2016), às 08:00hs. Referido Edital poderá ser adquirido no endereço acima, a partir da data desta publicação, no horário de expediente ao público. **Trairi/CE, 02 de março de 2016. CPL.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Acarape - Concorrência Pública Nº 2902.01/2016. A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura do Município de Acarape-CE torna público, para conhecimento dos interessados que no próximo dia 04 de abril de 2016, às 09:30 horas, na Sede da Comissão Permanente de Licitação, localizada à Rua José Cristino, S/N - Centro, estará realizando licitação, na modalidade Concorrência Pública, critério de julgamento menor preço global, sob o nº **2902.01/2016**, com o seguinte objeto: contratação de empresa para construção de uma creche Proinfância Tipo 1, junto à Secretaria de Educação do Município de Acarape-CE, o qual encontra-se na íntegra na Sede da Comissão Permanente de Licitação, no endereço acima mencionado no horário de 08:00h às 12:00h e no site do Tribunal de Contas dos Municípios www.tcm.ce.gov.br/licitacoes. **Janaina Souza Rodrigues - Presidente da Comissão - Acarape-CE, 03 de março de 2016.**

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Itapajé - Extrato de Saldo da Ata de Registro de Preço de Nº 20150381, através das Secretarias de Educação, Saúde, Trabalho e Assistência Social e Infra Estrutura e Urbanismo. Objeto: registro de preços visando a aquisição de peças, pneus, acessórios e baterias automotivas para a frota de veículos das diversas Secretarias do Município de Itapajé. Fundamentação Legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei n.º 8.666/93, de 21.06.93, alterada pela Lei n.º 8.883/94 de 08.06.94 e legislação complementar em vigor. Bem como os ditames da Lei Complementar 123/2006 alterada Pela Lei Complementar 147/2014 – Estatuto das ME e EPP. Proponente Detentora desta Ata: Haroldo Auto Peças LTDA - ME, CNPJ nº 16.864.325/0001-52. Dos Preços Registrados: Os preços registrados são os saldos globais por Secretaria do Pregão Presencial, conforme Contratos da proponente Detentora desta Ata: Secretaria de Educação, com saldo de R\$ 1.213.294,73 (hum milhão duzentos e treze mil, duzentos e noventa e quatro reais e setenta e três centavos); Secretaria de Saúde, com saldo de R\$ 650.431,64 (seiscentos e cinquenta mil, quatrocentos e trinta e um reais e sessenta e quatro centavos); Secretaria do Trabalho e Assistência Social, com saldo de R\$ 141.098,39 (cento e quarenta e um mil, noventa e oito reais e trinta e nove centavos) e Secretaria de Infra Estrutura e Urbanismo, com saldo de R\$ 266.709,32 (duzentos e sessenta e seis mil, setecentos e nove reais e trinta e dois centavos). Vigência: 30 de Dezembro. **Itapajé – Ce, em 03 de Março de 2016.**

*** **

Estado do Ceará – Prefeitura. Municipal de Fortim – Extrato Contratual – Concorrência Pública nº 1712.01/2015-PMF: Objeto: locação de veículos para atender as necessidades das unidades administrativas do Município de Fortim – CE. Contratante: Secretaria de Educação, Juventude, Desporto e Lazer; Gabinete da Prefeita; Administração Geral e Finanças; Turismo e Cultura; Assistência Social Trabalho e Cidadania; Agricultura; Desenvolvimento Urbano; Pesca; Meio ambiente: Contratado: JRBX – Serviços e Locação de Veículos EIRELI - ME; Data da Assinatura do Contrato: 29 de Fevereiro de 2016. Valor Global: R\$ 800.350,00 (Oitocentos mil trezentos e cinquenta reais); Prazo de Execução: Até 31(trinta e um) de Dezembro de 2016: Dotações Orçamentárias: 0201.04.122.0003.2.002; 0501.04.122.0004.2.008; 2001.23.122.0002.2.072; 0901.08.122.0002.2.015; 0903.08.244.0018.2.020; 1701.20.122.0002.2.067; 0601.15.122.0002.2.010; 1501.20.122.0002.2.048; 1601.12.122.0002.2.049; 1601.12.361.0008.2.052; 1001.10.122.0002.2.028; 1001.10.302.0016.2.036; 1901.18.541.0028.2.069; Elemento de Despesas: 33.90.39.00; Assinam pelas Contratantes: Maria Luiza Oliveira da Costa; Everardo Paula da Silva; Silvana Rodrigues Silva Nunes: Assina pela Contratada: Roquelany Batista Maranhão. Fortim – CE, 02 de Março de 2016. Everardo Paula da Silva (Ordenador de Despesas das demais secretarias) - Maria Luiza Oliveira da Costa (Secretária de Educação, Juventude, Desporto e Lazer) – Silvana Rodrigues Silva Nunes (Secretária de Assistência Social Trabalho e Cidadania).

*** **

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIRAZ – RESULTADO DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 2016.01.06.002 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2016.01.06.002 – OBJETO: Construção de Quadra Poliesportiva Coberta na localidade de Batoque, Construção de Quadra Coberta com Vestiário na localidade de Novo Iguaçu e Construção de Cobertura de Quadra na localidade de Lagoa do Ramo. **EMPRESAS HABILITADAS:** LORISO ENGENHARIA LTDA – EPP, CNPJ 13.225.231/0001-45; **ICONE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA – ME**, CNPJ 20.549.056/0001-07; e **SALINAS EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA – ME**, CNPJ 73.694.788/0001-57, por atenderem aos requisitos do Edital. **EMPRESAS INABILITADAS:** CAMOL CONSTRUÇÃO E MONTAGEM INDUSTRIAL LTDA, CNPJ 08.828.445/0001-76, por não atender ao Item 4.2.1 e 4.2, Inciso III, alínea “b”; e **CAPA CONSTRUÇÕES EVENTOS E EMPREENDIMENTOS EIRELI – ME**, CNPJ 15.544.385/0001-25, por não atender ao Item 4.2, Inciso II, Alínea “c”. Fica Aberto o Prazo Recursal previsto em Lei. **Aquiraz-CE, 17 de Fevereiro de 2016. Ana Paula Lima Marques – Presidente da Comissão Permanente de Licitação.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBE – AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 25.02.02/2016. A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Jaguaribe, localizada na Praça Senador Fernandes Távora, S/N, Centro, torna público que se encontra à disposição dos interessados o edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 25.02.02/2016**, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO PARA ATENDER A NECESSIDADE DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBE/CE. Que se realizará no dia **15/03/2016, às 08:00hs.** Referido EDITAL poderá ser adquirido no endereço acima, a partir da data desta publicação, no horário de expediente ao público ou pelo portal do TCM-CE: <http://www.tcm.ce.gov.br/licitacoes>. **Jaguaribe/CE, 29 de Fevereiro de 2016. Leilane Kércia Barreto Soares – Pregoeira Oficial do Município.**



Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Jati – Extrato de Contratos - Pregão Presencial nº 2016.01.15.01 – Gabinete do Prefeito / Secretária Municipal de Finanças / Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo / Fundo Municipal de Educação / Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Ação Social. Objeto: aquisição de combustíveis para manutenção da frota de veículos do Município de Jati/Ce. Contratada: Auto Posto Jatiense Ltda – CNPJ nº 03.202.767/0001-91; Assina pela contratada: Romualdo de Carvalho Falcão - CPF nº 038.907.344-05. Contratantes: 01: Gabinete da Prefeitura, Secretaria Municipal de Finanças, Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo, Fundo Municipal de Educação, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Ação Social. Duração dos contratos: até 31 de dezembro de 2016. Dotações orçamentárias: Gabinete do Prefeito - 0201 - 04.122.0043.2.002, Secretaria Municipal de Finanças - 0501 - 04.123.0001.2.010; Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo - 1201 - 15.122.0001.2.081; Fundo Municipal de Educação - 0801 - 12.122.0035.2.021; Fundo Municipal de Saúde - 1001 - 10.301.0041.2.059 e Fundo Municipal de Ação Social - 1101 - 08.244.0040.2.072. Elemento de despesa nº 3390.30.00. Fonte de recursos: Recursos Próprios. Data de assinatura dos contratos: 01 de Fevereiro de 2016. **Jati/CE, 01 de Março de 2016. Maria de Jesus Diniz Nogueira – Prefeita Municipal.**

*** **

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal do Juazeiro do Norte – Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico N.º 2016.02.05.01/2016-PE, Processo Licitatório N.º 620637. A Pregoeira Oficial do Município do Juazeiro do Norte/CE torna público para conhecimento dos interessados seleção de melhor proposta para registro de preços visando futuras e eventuais contratações para aquisição de gêneros alimentícios para composição de cestas básicas destinadas a auxílio aos pacientes atendidos pelo Programa DST/AIDS de responsabilidade da Secretaria de Saúde do Município de Juazeiro do Norte/CE, que a partir do dia 03 de Março de 2016, às 09:00 horas(horário de Brasília), através do endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br – “Acesso Identificado no link específico”, em sessão pública por meio de comunicação via internet, iniciará os procedimentos de recebimento das propostas de preço e que no dia 23 de Março de 2016 às 09:00 horas(horário de Brasília) encerra o procedimento de recebimento de proposta. E a partir das 09:30 horas dará início a abertura das mesmas, em seguida a partir das 10:00 horas iniciará a formalização de lances e documentos de habilitação da licitação. A íntegra do Edital poderá ser obtida junto ao site www.tcm.ce.gov.br e www.licitacoes-e.com.br, ou no seguinte endereço na Praça Dirceu de Figueiredo, s/n, Bairro Centro, Juazeiro do Norte/CE. As referências de tempo obedecerão ao horário de Brasília. Informações pelo fone: (88) 3566-1023.

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBALHA - AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 2016.02.29.3. O(A) Pregoeiro(a) Oficial do Município de Barbalha, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando, na sede da Prefeitura, certame licitatório, na modalidade Pregão nº 2016.02.29.3, do tipo presencial, cujo objeto é a aquisição de gás oxigênio medicinal destinado ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Barbalha/CE, conforme especificações apresentadas junto ao Edital Convocatório e seus anexos, com recebimento dos envelopes contendo as propostas comerciais e a documentação de habilitação marcado para o dia 16 de março de 2016, às 09:00 horas. Maiores informações e entrega de editais, na sede da Comissão Permanente de Licitação, sito no Loteamento Jardim dos Ipês, s/nº - Alto da Alegria, Barbalha/CE, no horário de 07:30 às 11:30 horas. Informações poderão ser obtidas ainda pelo telefone (88) 2101-1919. **Barbalha/CE, 29 de fevereiro de 2016. Maria Aparecida de Brito – Pregoeiro(a) Oficial do Município.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante - Aviso de Licitação - Modalidade: Pregão Presencial - Tipo: Menor Preço - Edital Nº 2016.02.18.001P. O Município de São Gonçalo do Amarante, através da(o) Secretaria de Infraestrutura por intermédio do(a) Pregoeiro(a), torna público que às 10:00 horas do dia 16 de Março de 2016, fará realizar licitação na modalidade Pregão, tipo menor preço, registro de preços para aquisição de manilhas destinados a atender as necessidades da Secretaria de Infraestrutura, de acordo com o que determina a legislação vigente, a realizar-se na sala da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante. O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores que lhe foram introduzidas. O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na sala da Comissão de Licitação, na Rua Ivete Alcantara, 120, Centro, a partir da publicação deste Aviso, no horário de expediente. **São Gonçalo do Amarante - CE, 29 de Fevereiro de 2016. Julia Santiago de Andrade - Pregoeiro(a).**

*** **

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA – EXTRATO DE CONTRATO – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2016.01.11.01- SMS. Contratante: Secretaria Municipal de Saúde. Contratada: Antonio Idamar Bandeira Luna-ME. Objeto: Contratação de empresa especializada para Contratação de serviços de Laboratório de Prótese Dentária para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Nova Olinda/CE, conforme especificações contidas no anexo I deste edital. Fundamento Legal: Lei n. 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 2016.01.11.01-SMS. Valor Global do Contrato R\$ 112.500,00 (cento e doze mil e quinhentos reais). Vigência: até 31 de dezembro de 2016. Dotação Orçamentária: 02.15.10.302.176-243 – Manutenção do bloco de Atendimento de Média e Alta complexidade Ambulatorial e Hospitalar. Elemento de Despesa: 3.3.90.32.00 – Material de distribuição gratuita, com a utilização de recursos oriundos do próprio Fundo Municipal de Saúde e SUS. Signatário, pelo Contratante: Pedro Neto de Sousa. Pela Contratada: Antonio Idamar Bandeira Luna.

*** **

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA – EXTRATO DE CONTRATO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2015.12.08.02 - PMNO. Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Olinda, através da Secretaria de Assistência Social. Contratada: Milfont & Milfont LTDA, CNPJ nº: 03.611.433/0001-71. Objeto: Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de combustível óleo s10, gasolina, diesel e aditivos para atender as necessidades da Prefeitura Municipal. Fundamento Legal: Lei n. 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 2015.12.08.02 - PMNO. Valor Global: R\$: 65.880,00 (sessenta e cinco mil oitocentos e oitenta reais). Vigência: até 31 de dezembro de 2016, Dotação Orçamentária: 02.08.08.08.122.037.223 – Manutenção das atividades da Secretaria de Assistência Social, 02.16.16.08.122.037.283 – Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Assistência Social; Elemento de Despesa 3.3.90.30.00 – Material de consumo, com a utilização de recursos oriundos do próprio Município e outras Transferências Governamentais. Signatário, pela Contratante: Silviane de Souza Sampaio, pelo Contratado: Maria Gualberto Milfont.

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Jati – Extrato de Contrato - Pregão Presencial nº 2016.01.26.02 – Secretaria Municipal de Administração e Fundo Municipal de Saúde. Objeto: Contratação de serviço de locação de som volante para atender as necessidades de divulgação das ações e atividades do Fundo Geral durante o corrente ano e Contratação de serviço de locação de som volante para atender as necessidades de divulgação das ações e atividades do Fundo Municipal de Saúde durante o corrente ano. Contratado: Eliezio Leobino de Sousa - CPF nº 276.247.063-34. Contratantes: Secretaria Municipal de Administração e Fundo Municipal de Saúde. Duração dos contratos: até 31 de dezembro de 2016. Dotações orçamentárias: 0401 - 04.122.0001.2.005 e 1001 - 10.301.0041.2.059. Elemento de despesas nº 3390.36.00. Fonte de recursos: Recursos Próprios. Data de assinatura dos contratos: 16 de Fevereiro de 2016. **Jati/CE, 01 de março de 2016. Cícero José Diniz Carvalho – Secretário Municipal de Administração.**

*** **

Prefeitura Municipal de Quixeramobim – Extrato de Contrato - Extrato resumido do processo de licitação na modalidade Pregão Presencial nº. 13.022/2015 Objeto: Registro de Preços para Futuras e Eventuais Aquisições de Equipamentos Permanentes, através da Secretaria da Saúde. Contratados: Elaine Silva Marinho – ME; Eletromóveis Comércio de Móveis e Eletros Ltda – ME; Maximilliana Assunção da Silva – ME e Quimifort Comércio de Produtos Químicos e Laboratorial Ltda. Vigência: Até 31/12/2016. Assina pela Contratante: A Sra. Secretária de Saúde Ana Cláudia Pimenta Felício Saldanha. Valor Global R\$ 104.390,50 (cento e quatro mil, trezentos e noventa reais e cinquenta centavos). Assinam pelas Contratadas: Anderson de Sousa Vieira (Quimifort Comércio de Produtos Químicos e Laboratorial Ltda), Max Jefferson Assunção da Silva (Maximilliana Assunção da Silva – ME), Francisca Jayana Vieira Nunes (Eletromóveis Comércio de Móveis e Eletros Ltda – ME) e Jonathan Ferreira Vieira (Marinho Soares Comércio e Serviços Ltda – ME). Data da Assinatura: 23/02/2016.

*** **

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DO CRATO – AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 2016.02.02.2 – EXCLUSIVO PARA ME E EPP. O Pregoeiro do Município do Crato/CE torna público para conhecimento dos interessados que, neste dia 16 de março de 2016 às 14:00 horas, na Sede da Comissão de Licitações localizada no Largo Júlio Saraiva, s/n Bairro Centro, Crato/CE, estará realizando sessão para recebimento e abertura dos envelopes com documentos de habilitação e propostas de preços para o objeto: **AQUISIÇÃO DE BLOQUEADOR SOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CRATO/CE.** O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no endereço acima, das 08:00 às 14:00 horas. **Crato/CE, 02 de março de 2016. Gilberto Dumar Pinheiro Filho – Pregoeiro.**

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE MADALENA – AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 2016.02.29.02 – A Comissão de Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Madalena-CE, localizada na Av. Antonio Costa Vieira, Nº 305, Pinhos, torna público que se encontra à disposição dos interessados o Edital da Tomada de Preços Nº 2016.02.29.02, do Tipo Menor Preço por Lote, cujo Objeto é a **Contratação de prestação de serviços de pintura de meio fio, capinação de sarjetas e roçagem de terrenos na Sede, São José da Macaoca, Cajazeiras, União, Cacimba Nova e Paus Brancos no Município de Madalena-CE**, que realizar-se-á no dia **21 de Março de 2016, às 14h**. O referido Edital poderá ser adquirido no endereço acima, a partir da data desta Publicação, no horário de expediente ao público das 08h às 12h, ou no Sítio Virtual: www.tcm.ce.gov.br/licitacoes. **Madalena-CE, 02 de Março de 2016.** **Lucas William Sousa Bittencourt – Presidente da Comissão Permanente de Licitação.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIPOCA – RESULTADO DO JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO E ABERTURA DE PRAZO RECURSAL – TOMADA DE PREÇOS Nº 16.09.03/TP – OBJETO: Prestação de serviços na operação tapa buraco em concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ) na Sede do Município de Itapipoca-CE. **EMPRESAS HABILITADAS: 1. W.R. LOCAÇÕES, SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES EIRELI - ME**, inscrita no CNPJ Nº 18.640.470/0001-85; **2. CMGCON CONSTRUTORA E SERVIÇOS EIRELI**, inscrita no CNPJ Nº 19.726.451/0001-39. **EMPRESA INABILITADA: MITZ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA-ME**, inscrita no CNPJ Nº 21.919.236/0001-04. O Presidente da Comissão de Licitação abriu Prazo Recursal previsto no Art. 109, Inciso I, Alínea “a”. Caso não haja interposição de Recurso, fica marcada para o dia **11 de Março de 2016, às 09h**. **Itapipoca-CE, 02 de Março de 2016.** **José Wanley A. Braga – Presidente da Comissão Permanente de Licitação.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBE – AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 26.02.01/2016. A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Jaguaribe, localizada na Praça Senador Fernandes Távora, S/N, Centro, torna público que se encontra à disposição dos interessados o edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 26.02.01/2016**, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DOS APARELHOS DE REFRIGERAÇÃO E CLIMATIZAÇÃO E LIMPEZA DE CAIXAS D'ÁGUA JUNTO AS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBE/CE**. Que se realizará no dia **16/03/2016, às 08:00hs**. Referido EDITAL poderá ser adquirido no endereço acima, a partir da data desta publicação, no horário de expediente ao público ou pelo portal do TCM-CE: <http://www.tcm.ce.gov.br/licitacoes>. **Jaguaribe/CE, 01 de Março de 2016.** **Leilane Kércia Barreto Soares – Pregoeira Oficial do Município.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAMBU – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Parambu, localizada na Rua Juscelino Kubitschek, 85, Centro, torna público aos interessados que no dia **15 de março de 2016, às 09:00 horas**, realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 2016.03.03.001-SEINFRA**, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA A FROTA DE MÁQUINAS À DISPOSIÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE PARAMBU-CE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO**. Referido EDITAL poderá ser adquirido no endereço acima, a partir da data desta publicação, no horário de expediente ao público, de 08:00 às 12:00 hs, ou pelo portal do TCM-CE: <http://www.tcm.ce.gov.br/licitacoes>. **Parambu-Ce, 03 de março de 2016.** **Sandra de Menezes Noronha - Presidente da CPL.**

*** **

Estado do Ceará - Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Crato - CPSMC - Aviso de Licitação. O Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Crato - CPSMC, por meio da Comissão de Licitação, torna público aos interessados do Município de Crato – Ceará, a realização do **Pregão Presencial nº 2016.02.23.001 – CPSMC**. Objeto: contratação de pessoa jurídica para fornecimento de combustíveis e derivados para atender as necessidades do Sistema de Transporte de Pacientes Eletivos – STPE – equipamentos de saúde administrado pelo Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Crato - CPSMC, com utilização de recursos próprios. Edital disponível a partir de 03/03/2016 no site: www.cpsmc.org, bem como no endereço: Rua José Marrocos, 959, bairro Pinto Madeira, Crato – CE. Data de abertura marcada para o dia 16 de Março de 2016 às 14:00 horas, na sala da Comissão de Licitação. **Crato-CE, 02 de Março de 2016.** **Flaviana de Sousa Gomes - Pregoeira.**

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Brejo Santo – Secretaria de Infraestrutura e Urbanismo – Convocação para Abertura das Propostas de Preços - Processo: tomada de preços nº. TP-12.09.002/2015-SEINFRA. Objeto: contratação de obras e serviços de engenharia para executar a recomposição de pavimentação asfáltica sobre base de picarra em trechos da estrada de acesso ao Distrito de São Felipe e Vila Baixo do Boi, sede e zona rural do Município de Brejo Santo-CE. A Comissão Permanente de Licitação convoca as empresas licitantes habilitadas e demais interessados no referido certame, para abertura dos envelopes de propostas de preços, que acontecerá no dia 07 de março de 2016, às 16h:00m. Na sala da Comissão de Licitação, situada na Rua José Matias Sampaio, nº. 234, Centro, Brejo Santo, Ceará. Maiores informações no endereço acima e/ou através do fone (88) 3531-1042, das 08h:00m. Às 12h:00m. **Ériton George Sales Bernardo – Presidente da CPL/PMBS.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Quixelô - Aviso de Julgamento – Pregão nº 2016.02.16.2. O Pregoeiro Oficial do Município de Quixelô/CE, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados, que concluiu o julgamento do Certame Licitatório, na modalidade **Pregão**, do tipo **Presencial**, tombado sob nº **2016.02.16.2**, sendo o seguinte: a empresa Louzan - ATP Assessoria Técnica Pedagógica Ltda, vencedora junto ao Lote 1, por apresentar preços compatíveis com o orçamento da Prefeitura. A empresa vencedora fora declarada habilitada, por cumprir integralmente as exigências do Edital Convocatório, no que se refere aos documentos de habilitação. Maiores informações, na sede da Comissão de Licitação, sito na Rua Pedro Gomes de Araújo, S/N, Centro, na Cidade de Quixelô/CE, de segunda à sexta-feira, no horário de 08:00h às 12:00h ou pelo telefone (88) 3579 - 1193. **Quixelô/CE, 01 de março de 2016.** **Vlaudemir Alves Ribeiro – Pregoeiro Oficial.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE MADALENA – AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 2016.02.29.01 – A Comissão de Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Madalena-CE, localizada na Av. Antonio Costa Vieira, Nº 305, Pinhos, torna público que se encontra à disposição dos interessados o Edital da Tomada de Preços Nº 2016.02.29.01, do Tipo Menor Preço por Lote, cujo Objeto é a **Contratação de prestação de serviços de Reforma das Escolas 25 de Maio I e II e da Escola Margarida Alves em Paus Brancos no Município de Madalena-CE**, que realizar-se-á no dia **18 de Março de 2016, às 09h**. O referido Edital poderá ser adquirido no endereço acima, a partir da data desta Publicação, no horário de expediente ao público das 08h às 12h, ou no Sítio Virtual: www.tcm.ce.gov.br/licitacoes. **Madalena-CE, 02 de Março de 2016.** **Lucas William Sousa Bittencourt – Presidente da Comissão Permanente de Licitação.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Viçosa do Ceará - Secretaria de Educação - Aviso de Concorrência Pública Nº 01/2016-SEDUC. A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Viçosa do Ceará comunica aos interessados que estará recebendo até às 09:00h do dia 07 de Abril de 2016, na sala de reuniões da Comissão de Licitação, sito à Rua José Siqueira nº 1.240, Bairro Fátima – Viçosa do Ceará-Ce., a documentação de habilitação e propostas de preços para a **Concorrência Pública nº 01/2016-SEDUC – Construção de 01 (uma) Unidade de Educação Infantil – Creche Proinfância – Tipo I**, na sede do município. O edital poderá ser obtido junto a Comissão, no endereço acima, das 8:00h às 12:00h e das 14:00h às 17:00h, de segunda à sexta-feira. Informações pelo telefone (88) 3632.1448. **Viçosa do Ceará, 03 de Março de 2016.** **João Paulo Pereira Vieira – Presidente da Comissão Permanente de Licitação.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAIPABA – AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 2016.02.11.01 – A Prefeitura Municipal de Paraipaba-CE comunica aos interessados que realizará Licitação na Modalidade Pregão Presencial, do Tipo Maior Desconto para **Serviços de manutenção preventiva e corretiva com aquisição de peças automotivas novas, originais ou de linha de montagem, com respectivas garantias, destinadas a frota de veículos das diversas do Secretarias Município de Paraipaba-CE**, com Data de Abertura para o dia **17 de Março de 2016, às 09h**, na Sede da Prefeitura Municipal de Paraipaba-CE, no Setor de Licitações. O Edital está disponível na Sede da Prefeitura Municipal de Paraipaba-CE, na Sala da Comissão de Licitação, na Rua Joaquim Braga, Nº 296, Centro, bem como no Portal de Licitações do TCM-CE. **Paraipaba-CE, 01 de Março de 2016.** **Francisco Fabrício Marques Gomes – Pregoeiro.**

*** **



ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA – EXTRATO DE CONTRATO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2016.01.11.02 – PMNO. Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Olinda, através da Secretaria Municipal de Educação. Contratada: PP Moreira Alencar - ME. Objeto: Contratação de prestação de serviços de locação de máquina copiadoras para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Nova Olinda. Fundamento Legal: Lei n. 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 2016.01.11.02 – PMNO. Valor Global: R\$ 57.750,00 (cinquenta e sete mil setecentos e cinquenta reais). Vigência: até 31 de dezembro de 2016, Dotação Orçamentária: 01.05.05.12.122.037.2.07 - Manutenção das atividades da Secretaria de Educação, Desporto e Lazer. Elemento de Despesas: 3.3.90.39.00 - Outros serviços de terceiros pessoa jurídica, com recursos oriundos do FME. Signatário, pela contratante: Cristiane Pereira Gomes de Carvalho, pelo Contratado: Marcos Aurélio Alves de Alencar.

*** **

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA – EXTRATO DE CONTRATO – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2016.01.11.02 – PMNO. Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Olinda, através da Secretaria Municipal de Saúde. Contratada: PP Moreira Alencar - ME. Objeto: Contratação de prestação de serviços de locação de máquina copiadoras para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Nova Olinda. Fundamento Legal: Lei n. 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 2016.01.11.02 – PMNO. Valor Global: R\$ 28.600,00 (vinte e oito mil e seiscentos reais). Vigência: até 31 de dezembro de 2016, Dotação Orçamentária: 02.11.11.10.301.171.2.39 - Manutenção das atividades da Secretaria de Saúde. Elemento de Despesas: 3.3.90.39.00 - Outros serviços de terceiros pessoa jurídica, com recursos oriundos do FMS. Signatário, pelo Contratante: Pedro Neto de Sousa, pelo Contratado: Marcos Aurélio Alves de Alencar.

*** **

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DO CRATO – AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 2016.02.11.1 – COM COTA PARA ME E EPP. O Pregoeiro do Município do Crato/CE torna público para conhecimento dos interessados que, neste dia 16 de março de 2016 às 08:00 horas, na Sede da Comissão de Licitações localizada no Largo Júlio Saraiva, s/n Bairro Centro, Crato/CE, estará realizando sessão para recebimento e abertura dos envelopes com documentos de habilitação e propostas de preços para o objeto: **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA DESTINADO AOS PROGRAMAS ASSISTIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CRATO/CE.** O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no endereço acima, das 08:00 às 14:00 horas. **Crato/CE, 02 de março de 2016. Gilberto Dumar Pinheiro Filho – Pregoeiro.**

*** **

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Granjeiro – Aviso de Licitação. O Pregoeiro da Prefeitura municipal comunica aos interessados que no próximo dia 17 de Março de 2016, às 09:00hs, estará abrindo licitação na modalidade **Pregão Presencial Nº 2016.02.17.01**, cujo o objeto é a aquisição de gêneros alimentícios para atender as necessidades dos Programas, SCFV, CRAS e da Secretaria de Assistência Social do Município de Granjeiro/CE. O edital completo estará à disposição dos interessados nos dias úteis após esta publicação no horário de 08:00 às 11:00h, no endereço da Prefeitura na Rua: David Granjeiro, 104, Centro. **Granjeiro/CE, Em 03 de Março de 2016. José Lenos Bessa Batista – Pregoeiro.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE CRATEÚS – AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2016-SAS – O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Crateús-CE torna público aos interessados, que no dia 16 de Março de 2016, às 09h, estará realizando Licitação na Modalidade Pregão Presencial Nº 05/2016-SAS, Tipo Menor Preço, cujo Objeto: Aquisição de Material para composição de Kit's Natalidade. O Edital poderá ser obtido na Sala da Comissão de Licitação localizada à Av. Edilberto Frota, Nº 1821, Planalto, no horário das 07h30min às 17h30min nos dias úteis, mais informações com a Comissão. **Crateús-CE, 03 de Março de 2016. Paulo Sérgio Andrade Bonfim – Pregoeiro.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Ipaporanga - Aviso de Licitação - Edital de Pregão Presencial Nº 009/16/PP-INF. O Pregoeiro da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Ipaporanga/CE, torna público que no dia 16 de março de 2016, às 10:00 horas, na sala da Comissão de Licitação, na Rua Franklin José Vieira nº 02, Centro, Ipaporanga, Ce., receberá propostas e documentos de habilitação para a aquisição de peças e acessórios para manutenção de máquinas pesadas, conforme Anexo I - Termo de Referência do Edital. **Modalidade: Pregão Presencial Nº 009/16/PP-INF. Ipaporanga/CE, 02 de março de 2016. Estefânio Lopes Neto - Pregoeiro Oficial.**

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAIPABA – AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 2016.02.26.01 – A Prefeitura Municipal de Paraipaba-CE comunica aos interessados que realizará Licitação na Modalidade Tomada de Preços, do Tipo Menor Preço, para a Contratação de empresa especializada em Reforma de Praça Pública, na localidade de Camboas de responsabilidade da Secretaria de Infraestrutura do Município de Paraipaba-CE, com Data de Abertura para o dia 21 de Março de 2016, às 10h, na Sede da Prefeitura Municipal de Paraipaba-CE, no Setor de Licitações. O Edital está disponível na Sede da Prefeitura Municipal de Paraipaba-CE, na Sala da Comissão de Licitação, na Rua Joaquim Braga, Nº 296, Centro, bem como no Portal de Licitações do TCM-CE. **Paraipaba-CE, 02 de Março de 2016. Elisângela Mônica Dapont – Presidente da Comissão Permanente de Licitação.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Jaguaruana - Aviso de Adiantamento de Licitação. A Comissão de Licitações do Município de Jaguaruana torna público que foi adiado para o dia 15 de março de 2016 às 09:00 horas na sala da Comissão de Licitações, a licitação na modalidade **Pregão, nº 2016.02.23.12-PP-FME**, do tipo Menor preço por lote, cujo objeto é a contratação de serviços de frete de veículo, destinado ao transporte de estudantes do Município de Jaguaruana/CE. Motivo do adiamento: alteração na quantidade de quilômetro do item 01 do lote 03, e alteração no item 7.2.5.3, que trata da visita. Maiores informações na sala da Comissão de Licitação, situada na Praça Adolfo Francisco da Rocha 404 - Jaguaruana - CE, das 08:00 às 12:00h, ou pelo telefone (88) 3418 1288, e no site: www.tcm.ce.gov.br. **Jaguaruana (CE), 01 de março de 2016. Lorena Maia Lima Machado - Pregoeira.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Tururu - Aviso de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 005/2016-03. A Pregoeira Oficial da Prefeitura de Tururu, torna público que se encontra a disposição dos interessados o Edital de **Pregão Eletrônico Nº 005/2016-03**, cujo objeto é a aquisição de gêneros alimentícios destinados a merenda escolar da rede pública de ensino do município de Tururu. Data de Cadastramento das Propostas até o dia 14 de março de 2016, às 10:00h, Abertura das Propostas no dia 15 de março de 2016, a partir das 10:00h e a Fase de Disputa de Lances no dia 16 de março de 2016, a partir das 9:00h. Os horários referem-se ao horário de Brasília. Referido Edital poderá ser adquirido no Endereço Eletrônico: www.bll.org.br, e pelo Portal do TCM-CE: http://www.tcm.ce.gov.br/licitacoes/index.php/licitacao/por_municipios, a partir da data desta Publicação. **Tururu-CE, 03 de março de 2016. Eurilene Barbosa de Sousa – Pregoeira.**

*** **

Prefeitura Municipal de Quixeramobim – Extrato de Contrato – Extrato resumido do processo de licitação na modalidade Pregão Presencial nº. 12.002/2016 Objeto: Registro de Preços para Futuras e Eventuais Aquisições de Material de Limpeza, Higiene, Elétrico e Lavanderia, para atender as necessidades do Hospital Regional Dr. Pontes Neto, através da Secretaria de Gestão Hospitalar. **Contratado: D&M Distribuidora de Produtos de Limpeza e Serviços Ltda. Vigência: Até 31/12/2016.** Assina pela Contratante: A Sra. Secretária da Gestão Hospitalar – Rejane de Sousa Bastos. Valor Global R\$ 251.037,30 (duzentos e cinquenta e um mil trinta e sete reais e trinta centavos). Assinam pelas Contratadas: Werekson de Carvalho Bravo. Data da Assinatura: 29/02/2016.

*** **

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Trairi - Aviso de Licitação - Tomada de Preços Nº 2016.03.01.002. A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Trairi, localizada na Av. Miguel Pinto Ferreira, 145 - Planalto Norte, torna público que se encontra à disposição dos interessados o Edital de **Tomada de Preços Nº 2016.03.01.002**, cujo objeto é a Execução dos Serviços de Reforma da Quadra do CRAS - Sede, junto à Secretaria de Assistência Social e Trabalho do Município de Trairi/CE, que se realizará no dia 18 de março de 2016 (18/03/2016), às 10:00hs. Referido Edital poderá ser adquirido no endereço acima, a partir da data desta publicação, no horário de expediente ao público. **Trairi/CE, 02 de março de 2016. CPL.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAÍMA - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2016 - A Prefeitura de Miraíma, através da Comissão de Licitação, localizada na Esplanada da Estação, 433 - Centro - MIRAÍMA/CE, torna público aos interessados o edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2016, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A REALIZAÇÃO DE CURSOS E SEMINÁRIOS DESTINADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE MIRAÍMA,CE, que se realizará no dia 16 de MARÇO de 2016 às 15:00. Referido Edital poderá ser adquirido no endereço acima, a partir da data desta publicação, no horário de expediente ao público. **MIRAÍMA/CE, 02 de Março de 2016. O Pregoeiro.**

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Guaiúba. A Comissão Permanente de Licitação do Município de Guaiúba - CE, torna público – Julgamento da proposta de Preço, da **Concorrência Pública Nº 1011.01/2015** cujo objeto: Contratação de empresa para construção de Creche Proinfância Tipo 1, junto à Secretaria de Educação do Município de Guaiúba-CE. Proposta Desclassificadas : CNN Construtora Neves Nogueira LTDA; CAMOL – Construção e Montagem Industrial LTDA; Proposta Classificada : WU Construções e Serviços LTDA – EPP no valor global R\$ 1.765,728,40(hum milhão setecentos e sessenta e cinco mil setecentos e vinte e oito reais e quarenta centavos) declarada como vencedora. A Comissão de Licitação divulgou o resultado do julgamento das propostas, fica aberto o prazo recursal fulcro no art. 109, inciso I, alínea “b. **Guaiúba – Ce, 02 de Março de 2016. Reny Sousa Leitão – Presidente CPL**

*** **

Prefeitura Municipal de Quixeramobim – Extrato de Contrato - Extrato resumido do processo de licitação na modalidade Pregão Presencial nº 007/2015. Objeto: Registro de Preços para Futuras e Eventuais Aquisições de Açúcar e Café, através das diversas Secretarias deste Município. Contratado: Paulo Tércio Fernandes dos Santos - ME. Vigência: até 31/12/2016. Assinam pelas Contratantes: Francisco Edson Nogueira Lima (Secretaria de Cidadania), Gabrielle Silva Severo (Gabinete), Márcio Carneiro Barros (Ouvidoria Geral), Aécio Vieira de Holanda (Secretaria de Esporte), Euclides Pimenta Neto (Controladoria Geral), (Administração e Finanças) Antonio Celio de Oliveira (Agricultura e Recursos Hídricos), José Helan Sebastião Nobre (Governo e Desenvolvimento). Valor Global: R\$ 16.216,20 (dezesseis mil, duzentos e dezesseis reais e vinte centavos). Assina pela Contratada: Abdon Pinheiro Alves. Data da Assinatura: 25/01/2016.

*** **

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Itaitinga – Aviso Julgamento das Propostas - Tomada de Preço Nº 2101.01/2016/TP. Objeto: Execução de obra de pavimentação em pedra tosca em diversas ruas no Bairro Caracanga município de Itaitinga/CE. A Comissão Permanente de Licitação comunica aos interessados Habilitados, e a quem interessar o resultado de julgamento na fase de proposta de preços, com o seguinte resultado: Desclassificadas: Construtora Pinheiro Maia LTDA, Ícone Construções e Serviços LTDA. Os motivos encontram-se junto à CPL e no Portal de Licitações TCM. Classificada: Construtora Jatiúca LTDA, e declarada vencedora com o valor global de R\$ 821.014,07. Fica estabelecido o prazo do art. 109, inciso I, “b” da Lei nº. 8.666/93, para as contra razões, a partir da presente data. **Itaitinga – Ce, 03 de Março de 2016. Maria Leonez Miranda Serpa – Presidente da CPL.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura de Itaiçaba - Secretaria Municipal de Ação Social, Trabalho, Juventude e Empreendedorismo - Pregão Presencial Nº 012/2016-PP - Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº 012/2016-PP. Objeto: Aquisição de Benefícios Eventuais de Auxílio Natalidade, denominados Kit Bebê, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Ação Social, Trabalho, Juventude e Empreendedorismo de Itaiçaba, Estado do Ceará. Local do Edital: Sala da Comissão Permanente de Licitações, situada à Av. Coronel João Correia nº 298, Centro, Itaiçaba, Ceará, CEP 62820-000, de 8h às 12h e de 14h às 17h. Data de Abertura das Propostas: 17 de Março de 2016, às 09:00h, na Sala Comissão Permanente de Licitações. Informações: (88) 3410-1112.

*** **

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA – AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2016.03.01.01 - SME. A Prefeitura Municipal de Nova Olinda, através do Pregoeiro, torna público, que fará realizar licitação, na modalidade de Pregão Presencial, autuada sob o N. 2016.03.01.01 - SME, cujo objeto é contratação de empresa para aquisição de fardamentos destinados aos alunos da rede Municipal de Ensino do Município de Nova Olinda/CE, tipo menor preço, com data de abertura marcada para o dia 16 de março de 2016, às 08:00 horas, na sala da comissão de licitação na sede da prefeitura municipal de nova olinda. **Nova Olinda - CE, 02 de Março de 2016. Roberto Salviano de Matos – Pregoeiro.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOROZINHO - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2016.02.29.002 - O Pregoeiro Oficial do Município de Chorozinho torna público recebimento das propostas virtuais no endereço www.bll.org.br, até o dia 21 de Março de 2016 às 9:h00min (horário de Brasília - DF), cujo objeto é aquisição de gêneros alimentícios para os alunos da Rede Pública do Município de Chorozinho, conforme termo de referência. Maiores informações no endereço eletrônico acima ou junto à Comissão de 08h00 às 12h00min, sito a Av. Raimundo Simplicio de Carvalho, S/N - Vila Requeijão - Chorozinho - CE, 01.03.2016. Cosmo Vital Lino - Pregoeiro.

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Santa Quitéria - Aviso de Credenciamento Nº 001/2016-CD. A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Santa Quitéria torna público para conhecimento de todos os interessados que no período de 04 de Março de 2016 à 21 de Março de 2016, na sede da Comissão, localizada à Rua Professora Ernestina Catunda, Nº 50 – Piracicaba - CEP: 62.280-000 – Santa Quitéria, estará realizando, credenciamento para contratação de pessoa física para desenvolver ações continuadas dos programas, projetos e serviços (SCFV, CRAS, CREAS, ACESSUAS, IGD-BF e Equipe Volante) no Município de Santa Quitéria-CE, o edital encontra-se na íntegra na Sede da Comissão, situada a Rua Professora Ernestina Catunda, Nº 50 – Piracicaba - CEP 62.280-000 – Santa Quitéria – CE. Maiores informações no endereço citado ou pelo Fone: 0XX(88) 3628.0161, no horário de 08:00h às 12:00h. **A Comissão.**

*** **

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Fortim – Extrato Contratual – Concorrência Pública nº 1612.01/2015-SME. Objeto: locação de veículos destinados ao transporte escolar dos alunos da Rede Pública de Ensino do Município de Fortim - CE. Contratante: Secretaria de Educação, juventude, Desporto e Lazer; Contratado: JV Car Serviços e Locações LTDA - ME; Data da Assinatura do Contrato: 29 de Fevereiro de 2016. Valor Global: R\$ 1.029.600,00 (Hum milhão vinte e nove mil e seiscentos reais); Prazo de Execução: Até 31(trinta e um) de Dezembro de 2016; Dotações Orçamentárias: 1601.12.368.0009.2.063; 1601.12.362.0009.2.055; Elemento de Despesas: 33.90.39.00; Assina pela Contratante: Maria Luiza Oliveira da Costa: Assina pela Contratada: José Valdir Ferreira . **Fortim – CE, 02 de Março de 2016. Maria Luiza Oliveira da Costa – Secretária de Educação, Juventude, Desporto e Lazer.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIRAZ – AVISO DE NOTIFICAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 2016.01.28.001 – O Município de Aquiraz-CE, através da Secretaria de Educação e Desporto, **NOTIFICA** a Empresa **KLERIDIANE DE OLIVEIRA LIMA – ME**, que foi Indeferido o pedido formulado na data 18/02/2016, visando a Desistência no fornecimento dos Itens 40 e 41, constante do Processo de Licitação, torna público o **INDEFERIMENTO** pertinente ao Pregão Presencial Nº 2016.01.28.001, realizado em 17/02/16. Portanto, por intermédio de seu Pregoeiro, **CONVOCA** a Empresa citada, Vencedora dos referidos Itens, para Apresentação de sua Proposta Readequada, que Ratifique os últimos lances ofertados para os itens mencionados. Fica Notificada a partir desta Publicação pelo Prazo de 24 (Vinte e Quatro) horas. **Aquiraz-CE, 02 de Março de 2016. Raimundo Alex Barroso Ferreira – Pregoeiro.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBALHA – AVISO DE RESCISÃO - DISPENSA Nº. 2014.08.28.02. O Município de Barbalha, pessoa jurídica de direito publico interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 06.740.278/0001-81, com sede na Av. Domingos Sampaio, Miranda, nº. 715, Lot. Jardins dos Ipês, Alto da Alegria, Barbalha/CE, nos moldes do Termo de Rescisão Unilateral de 25 de fevereiro de 2016 e com fulcro no art. 79, inciso I c/c art. 78, inciso I, ambos da Lei 8.666/93, **RESOLVE RESCINDIR UNILATERALMENTE** o CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS firmado entre o MUNICÍPIO DE BARBALHA e a empresa CONSTRUTORA E ADMINISTRADORA VERDE VALE LTDA - ME, por ocasião da Dispensa nº. 2014.08.28.02, a partir da data de publicação deste. **Barbalha/CE, 01 de março de 2016.**

*** **

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Ibiapina – Aviso de Licitação. A Pregoeira comunica aos interessados que no próximo dia 15 de Março de 2016, às 14h30min, estará abrindo licitação na modalidade **Pregão Presencial nº 06/2016-SEFIN**, cujo objeto é a aquisição de equipamentos e suprimentos de informática destinados à Secretaria de Administração e Finanças do Município de Ibiapina-CE. O edital estará à disposição dos interessados nos dias úteis após esta publicação no horário de 08h00min às 12h00min, no endereço da Prefeitura Municipal desta cidade na Rua Moisés Aarão, s/n, Centro. **Ibiapina-CE, 03 de Março de 2016. Flávia Maria Carneiro da Costa – Pregoeira.**

*** **

Estado do Ceará - Câmara Municipal de Quixeramobim - Extrato de Contrato. Contratante: Câmara Municipal de Quixeramobim. Contratada: Francisco Neuto Fernandes. Objeto: aquisição de peças para veículos, no intuito de atender a demanda da Câmara Municipal de Quixeramobim - CE. **Pregão Presencial Nº 03/2016 – PP.** Valor Global: R\$ 47.786,00 (quarenta e sete mil, setecentos e oitenta e seis reais). Vigência: 31 de dezembro de 2016. Dotação Orçamentária: 1901.010311901.2.089. Elemento de Despesa: 33.90.30.00. Signatários: Everardo André de Sousa Júnior e Daniel Junior Braz Pimentel. Data da Assinatura: 29.02.2016. **Everardo André de Sousa Júnior – Presidente da Câmara Municipal.**



ESTADO DO CEARÁ - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE QUIXERAMOBIM - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 0103.01/2016. A Pregoeira do SAAE de Quixeramobim, torna público para conhecimento dos interessados que, no próximo dia 15 de Março de 2016 às 09:00h, na sede da Comissão de Licitações, localizada na Av. Dr. Joaquim Fernandes, 570, Centro, estará realizando licitação, cujo objeto é o **Registro de Preços para Futuras e Eventuais Aquisições de material de construção, postes, anéis e manilhas de concreto, conforme especificações prescritas no Anexo I - Termo de Referência do Edital**, o qual se encontra disponível no endereço acima, no horário de 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30h, bem como no endereço eletrônico: www.tcm.ce.gov.br/licitacoes. Quixeramobim-Ce, 01 de Março de 2016. Cláudia Valéria Dantas da Silva - Pregoeira.

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA - EXTRATO DE CONTRATO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2016.01.04.01-SME. Contratante: Secretaria Municipal de Educação. Contratada: **Cene-Central de Negócios Editoriais e Comercio de Livros e Revistas LTDA.** Objeto: Aquisição de livros destinados aos professores do Município de Nova Olinda. Fundamento Legal: Lei n. 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 2016.01.04.01-SME. Valor Global do Contrato R\$: 43.175,00 (quarenta e três mil cento e setenta e cinco reais). Vigência: até 31 de dezembro de 2015. Dotação Orçamentária: 01.14.14.12.361.231.279-Manutenção de programa Salário Educação; Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de consumo, com a utilização de recursos oriundos FNDE e Salário Educação. Signatário, pelo Contratante: Cristiane Pereira Gomes de Carvalho. Pelo Contratado: Edmilson Alves Junior.

*** **

ESTADO DO CEARÁ - CÂMARA MUNICIPAL DE PINDORETAMA - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/16-CMP - O Pregoeiro da Câmara Municipal de Pindoretama-CE torna público que se encontra a disposição dos interessados o Edital do Pregão Presencial Nº 001/16-CMP, que será realizado dia **16 de Março de 2016, às 08h**, cujo Objeto é a **Contratação de serviços especializados em assessoramento e planejamento administrativo junto a Câmara Municipal de Pindoretama, Estado do Ceará.** Outras informações e aquisição do Edital, os interessados deverão dirigir-se à Câmara Municipal de Pindoretama-CE, sito a Rua Pe. Antônio Nepomuceno, Nº 56, Centro, no horário de 08h às 12h. **Pindoretama-CE, 02 de Março de 2016. Claudio Henrique Castelo Branco - Pregoeiro.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANJA - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 2016.03.03.01 - O Município de Granja-CE, através de sua Comissão Permanente de Licitação torna público que se encontra a disposição dos interessados o Edital na Modalidade Pregão Presencial Nº 2016.03.03.01, Sessão Pública marcada para o dia **15 de Março de 2016, às 09h**, cujo Objeto é a **Contratação de prestação de serviços na realização da encenação da Paixão de Cristo no Município de Granja-CE.** O referido Edital poderá ser adquirido no Site: www.tcm.ce.gov.br/licitacoes conforme IN- 01/2011 e na Sala da Comissão de Licitação, localizada na Praça da Matriz, S/Nº, Centro, Granja-CE, no horário de 08h às 12h. **Granja-CE, 03 de Março de 2016. José Mauricio Magalhães Junior - Pregoeiro.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Russas - Aviso de Licitação. Modalidade: Pregão Presencial n.º PP-0124022016-SEMUS. Objeto: aquisição de material médico hospitalar, medicamentos, material de laboratório, material permanente e outros materiais de consumo, destinados ao funcionamento do Sistema de Saúde do Município de Russas, de responsabilidade da Secretaria de Saúde, de acordo com as especificações e quantidade constantes do Termo de Referência, do edital. Tipo: Menor Preço por Lote. A Comissão de Pregão comunica aos interessados que no dia 16 de março de 2016, às 09:00 horas, na Sala da Comissão de Licitação, estará recebendo os envelopes de proposta de preços e habilitação. Maiores informações através do fone (883411.8414) das 08:00 às 11:30 horas. **A Comissão.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Jati - Extrato de Contrato - Tomada de Preços Nº 2016.01.25.01 - Fundo Municipal de Educação. Objeto: Construção de creche proinfância tipo 02 na rua sem denominação oficial I na cidade de Jati/CE. Contratada: Construtora Andaluz LTDA - ME - CNPJ nº 18.668.167/0001-90; Assina pela Contratada: Sergio Carlos Pageú - CPF nº 222.620.378-84. Contratante: Fundo Municipal de Educação. Duração do Contrato: Até 31 de Dezembro de 2016. Dotação Orçamentária: 0801 - 12.365.0039.1.017. Elemento de Despesas Nº 4490.51.00. Fonte de Recursos: PMJ / Convênio com FNDE. Data de Assinatura do Contrato: 17 de Fevereiro de 2016. **Jati/CE, 01 de Março de 2016. Josival Nogueira Vidal - Secretário Municipal de Educação.**

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Tauá - Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano. Extrato do Instrumento Contratual nº 2602.01/2016 - INFRA, origem da **Concorrência Pública nº 2210.01/2015 - INFRA**, cujo objeto é a contratação de empresa para execução de passagem molhada em diversas localidades no Município de Tauá-Ce. Contratada: Roberto Dias Neto - ME, pelo valor de R\$ 2.493.005,16 (dois milhões quatrocentos e noventa e três mil, cinco reais e dezesseis centavos), sob a Dotação Orçamentária nº 12.1201.18.544.1804.1.019 e Elemento de Despesas nº 44.90.51.00. Assina pela Contratante: Edson Araújo de Sousa. Assina pela Contratada: Roberto Dias Neto. **Tauá-CE, 02 de março de 2016. Edson Araújo de Sousa, Ordenador de Despesas da Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Itaipaba - Aviso de Cancelamento - Processo Administrativo 01.05-002/2016 - Pregão Presencial Nº 010/2016-PP. Venho, pelo presente, comunicar o **CANCELAMENTO** da Licitação Modalidade Pregão, de forma Presencial, nº 010/2016-PP, constante do Processo Administrativo nº 01.05-002/2016, que tem com objeto a Contratação de Empresa especializada em prestação de serviços de administração de rede Wi-Fi, junto aos Órgãos da Prefeitura Municipal de Itaipaba, cuja data de abertura seria no dia 4 de março de 2016, às 09:00 AM, na Sala da Comissão Permanente de Licitação, situada à Av. Coronel João Correia nº 298, Centro, Itaipaba, Ceará, CEP 62820-000. **Itaipaba, Estado do Ceará, 2 de março de 2016. Francisca Meire Gomes da Silva. Secretária Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBALHA - AVISO DE PENALIDADE - PORTARIA 250201/2016. O Município de Barbalha, pessoa jurídica de direito publico interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 06.740.278/0001-81, com sede na Rua Princesa Isabel, nº. 187, Centro, Barbalha/CE, **resolve, nos termos da Portaria nº. 250201/2016 de 25 de fevereiro de 2016, SUSPENDER** a empresa CONSTRUTORA E ADMINISTRADORA VERDE VALE LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 72.314.057/0001-76, do direito de participar de licitação no âmbito do município de Barbalha e contratar com este ente público, pelo prazo de dois anos, estendendo-se os efeitos destas sanções à pessoa física de José Luzimário da Silva, CPF: 264.864.153-04. **Barbalha/CE, 01 de março de 2016.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBALHA - AVISO DE RESCISÃO - DISPENSA Nº. 2014.08.28.01. O Município de Barbalha, pessoa jurídica de direito publico interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 06.740.278/0001-81, com sede na Av. Domingos Sampaio, Miranda, nº. 715, Lot. Jardins dos Ipês, Alto da Alegria, Barbalha/CE, nos moldes do Termo de Rescisão Unilateral de 25 de fevereiro de 2016 e com fulcro no art. 79, inciso I c/c art. 78, inciso I, ambos da Lei 8.666/93, **RESOLVE RESCINDIR UNILATERALMENTE** o CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS firmado entre o MUNICÍPIO DE BARBALHA e a empresa CONSTRUTORA E ADMINISTRADORA VERDE VALE LTDA - ME, por ocasião da Dispensa nº. 2014.08.28.01, a partir da data de publicação deste. **Barbalha/CE, 01 de março de 2016.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAÍMA - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2016 - A Prefeitura de Miraíma, através da Comissão de Licitação, localizada na Esplanada da Estação, 433 - Centro - MIRAÍMA/CE, torna público aos interessados o edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2016, cujo objeto é **CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS PARA REALIZAR A MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS VEÍCULOS LIGADOS A DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE MIRAÍMA/CE**, que se realizará no dia 16 de MARÇO de 2016 às 09:00. Referido Edital poderá ser adquirido no endereço acima, a partir da desta publicação, no horário de expediente ao público. **MIRAÍMA/CE, 02 de MARÇO de 2016. O Pregoeiro.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Salitre. A Prefeitura Municipal de Salitre, através do Pregoeiro, torna público, que fará realizar licitação, na modalidade de **Pregão Presencial**, autuada sob o nº **2016.03.01.01E**, cujo objeto é contratação de prestação de serviços de locação de veículo para atender as necessidades da Secretaria de Educação, tipo menor preço, com data de abertura marcada para o dia 16 de março de 2016, às 10:30 horas, na Sala da Comissão de Licitação, na Sede da Prefeitura Municipal, situada na Praça São Francisco, s/n. Os interessados poderão obter informações detalhadas no setor da Comissão de Licitação, em dias de expediente normal, ou, através do telefone (88) 3537-1082. **Salitre - CE, 02 de março de 2016. Antonio Erivelto de Lima Carvalho - Pregoeiro.**

*** **

CENEGED COMPANHIA ELETROMECÂNICA E GERENCIAMENTO DE DADOS S/A - CNPJ: 07.698.801/0001-11					
BALANÇO PATRIMONIAL			Demonstração do Resultado do Exercício		
ANO:	2014	2015		Ano 2014	Ano 2015
ATIVOS			Conta	Descrição	
Ativo Circulante			(+) 010	RECEITA BRUTA	
Disponível (Bancos/Caixa)	1.971.376,12	21.800,65		OPERACIONAL	61.702.066,72 64.634.659,50
Aplicações financeiras	285.183,21	739.707,39	010.01	RECEITA DE SERVIÇOS	
Contas à receber de clientes	156.387,88	2.378.179,13		PRESTADOS	61.702.066,72 64.634.659,50
Títulos de valores mobiliários	-	-	010.01.01	Receita de Serviços	61.702.066,72 64.634.659,50
Crédito Terceiros	73.440,93	113.276,44	(-) 020	DEDUÇÕES DA REC.	6.902.968,65 5.978.582,67
Adiant. A Fornecedores	-	2.020,00	020.01	*** IMPOSTOS	
Antecipações Despesas	-	952.813,22		FATURADOS ***	6.902.968,65 5.978.582,67
Impostos a Recuperar	90.020,04	966.013,82	020.01.02	ISS	3.011.124,67 3.164.941,43
Retenção Contratual	5.715.060,68	6.227.345,71	020.01.03	COFINS s/Faturamento	3.197.621,94 2.312.012,01
Total Ativo Circulante	8.291.468,86	11.401.156,36	020.01.04	PIS s/Faturamento	694.222,04 501.629,23
Ativo Não Circulante			(=) 030	Receita Líquida	54.799.098,07 58.656.076,83
Realizável a longo Prazo	255.396,28	255.396,28	(-) 040	Custo Mercadorias/	
Contas a receber	-	-		Serviços Vendidos	46.845.166,51 49.271.273,04
Títulos a Receber	-	-	040.03	CUSTO COM PESSOAL	
Depósitos Judiciais	-	-		APLICADO	39.298.112,76 32.252.255,43
Investimentos Cooperativa	255.396,28	255.396,28	040.04	CUSTO FROTA	
Imobilizado	2.922.741,14	4.189.946,90		OPERACIONAL	3.611.653,22 10.577.504,42
Móveis e Utensílios	323.003,99	362.691,05	040.05	CUSTO SEGURANÇA E	
Máquinas e equipamentos	690.077,83	951.782,01		SAÚDE TRABALHO	1.178.124,83 1.599.624,52
Veículos	3.854.794,83	3.861.294,83	040.06	CUSTO INSUMOS -	
Instalações Diversas	-	-		OPERACIONAIS	327.207,75 919.061,51
Processamento de Dados	73.462,33	154.262,37	040.07	CUSTO DESLOC.	219.701,33 710.241,44
Imóveis	1.750.000,00	-	040.08	CUSTO ADMINIST.	2.210.366,62 3.212.585,72
(-) depreciação	(2.018.597,84)	(2.890.083,36)	(=) 060	LUCRO BRUTO	7.953.931,56 9.384.803,79
Total do Ativo Não Circ.	3.178.137,42	4.445.343,18	(-) 070	Despesas Operacionais	4.888.712,76 6.764.618,97
TOTAL DO ATIVO	11.469.606,28	15.846.499,54	070.01	*** DESPESAS	
ANO:	2014	2015		ADMINISTRATIVAS ***	3.584.184,93 5.258.816,20
PASSIVOS			070.02	*** DESPESAS COM	
Passivo Circulante				VENDAS SERVIÇOS ***	416.602,89 414.476,23
Fornecedores	710.872,60	1.848.784,12	070.03	*** DESPESAS	
Empréstimo Terceiros	-	-		FINANCEIRAS ***	851.142,83 1.023.610,72
Encargos Sociais	185.174,12	266.905,07	070.04	*** DESPESAS	
Obrigações Tributárias	457.374,18	167.455,47		TRIBUTÁRIAS ***	36.782,11 67.715,82
Salário a pagar	731.559,98	1.298.671,88	(=) 110	Lucro Operacional	3.065.218,80 2.620.184,82
Provisões Sociais (Férias)	-	-	(+) 120	Receitas Financeiras	4.660,98 128.442,70
Títulos a pagar	-	-	(-) 140	Outras Receitas	72.118,00 245.551,16
Financiamentos Bancários			(=) 150	Res. antes Imp.Renda	
Curto Prazo	2.486.172,60	1.012.640,08		e Contrib. Social	3.141.997,78 2.994.178,68
Provisões Natureza Trabalhista	578.232,48	838.270,49	(-) 160	Contrib.Soc.sobre o Lucro	282.779,79 288.107,56
Total do Passivo Circulante	5.149.385,96	5.432.727,11	(-) 170	Imposto de Renda	471.299,66 480.179,27
Passivo Não Circulante			(=) 200	Resultado Líquido do	
Exigível a Longo Prazo				Exercício	2.387.918,33 2.225.891,85
Outras Contas a Pagar	-	-	(-) 300	Adicional 10%	290.199,78 281.417,86
Provisão para contingências	-	-	(=) 400	Lucro Líquido antes	
Parcelamento Tributos Federais	536.181,74	78.366,44		da Reserva Legal	2.097.718,55 1.944.473,99
Debêntures	-	-	Fortaleza - CE, 31 de Dezembro de 2015		
Financiamentos Bancários	2.076.660,19	5.599.584,16	Renato Albuquerque Felipe - Representante legal da Ceneged		
Total Passivo Não Circulante	2.612.841,93	5.677.950,60	CRA-CE: 09928 - CPF: 479.407.943-53.		
Patrimônio Líquido			Contador: Eduardo Wagner Lisboa Fontes		
Capital Social (=)	590.844,00	1.772.532,00	CRC-CE: 013425/O-3 - CPF: 703.427.414-20		
Capital Social Integralizado	590.844,00	1.772.532,00			
Capital Social a Integralizar	-	-			
Reserva Legal (5%)	118.168,80	118.168,80			
Lucro acumulados	2.097.718,55	1.944.473,99			
Ajuste Exercício	-	-			
Reserva Investimento Expansão	900.647,04	900.647,04			
Total do Patrimônio Líquido	3.707.378,39	4.735.821,83			
TOTAL DO PASSIVO	11.469.606,28	15.846.499,54			



Republicado por incorreção.

*** **

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Morrinhos. A Comissão Permanente de Licitação comunica as empresas participantes do processo: **Concorrência Pública Nº. 0501.01/2016**, cujo objeto é locação de veículos para atender as necessidades das unidades administrativas do Município de Morrinhos – CE; Que decorrido prazo recursal, será dada continuidade, e no próximo dia 07 de Março de 2016, às 14h30min, serão abertos os envelopes contendo as propostas de preços das empresas habilitadas. Maiores informações (88)3665 1130. **03 de Março de 2016. Jorge Luiz da Rocha.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITERIANÓPOLIS – CORRIGENDA AO EXTRATO DE CONTRATO Nº 003/2016.04 – No Diário Oficial do Estado, Série 3, ano VIII, Nº 023 e Diário Oficial dos Municípios do Estado do Ceará, ano VI, Nº 1371, que circularam dia 03/02/2016, foi publicado o Extrato de Contrato Nº 003/2016.04. **ONDE SE LÊ:** Sec. de Infraestrutura: R\$ 459.990,00. **LEIA-SE: 599.990,00. Quiterianópolis-CE, 02 de Março de 2016. Antonio Rodrigues de Souza – Ordenador de Despesas.**

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Quixeré – Secretaria de Saúde. A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Quixeré-Ce, localizada na Rua Padre Zacarias, 332, centro, torna público a **ANULAÇÃO do Pregão Presencial Nº 2202.01/2016**, cujo objeto é a contratação da prestação de serviços de manutenção e conservação de máquinas e equipamentos, bens móveis, limpeza e conservação das creches e escolas, junto à Secretaria de Educação do Município de Quixeré. **Quixeré-Ce, 03 de março de 2016. José Fláudio de Sousa – Presidente da Comissão de Licitação.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRÁIMA - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - A Comissão Permanente de Licitação, localizada na Esplanada da Estação, 433, Centro, comunica aos interessados que no dia **15 de março de 2016, às 09:00 horas**, vem realizar Chamada Pública n.º 001/2015 CH, cujo objeto é a Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural para atender a alimentação dos alunos da rede pública de ensino, junto a Secretaria de Educação do município de Miráima-Ce. **Miráima-Ce, 02 de março de 2016. Presidente da CPL.**

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Redenção - Secretaria de Saúde – Processo Seletivo Público Nº 0203.01/2016. A Secretaria de Saúde, através do Ordenador de Despesas, Sr. Jadson Ferreira Mota, torna público, para conhecimento dos interessados, que no período de 03, 04 e 07 de março de 2016, no horário de 08:00 às 14:00 horas, estará realizando Processo Seletivo Público, para a contratação de profissionais para preenchimento dos cargos de Agente Comunitário de Saúde, o qual se encontra, na íntegra, à disposição de todos os interessados, na Secretaria de Saúde, localizada na Av. da Abolição - Centro - Redenção-Ce, no horário de atendimento ao público, das 08:00 às 14:00 horas. **Redenção-Ce, 02 de março de 2016. Antônio Paz Romão - Presidente da CPL.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE CRATEÚS – AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2016-SEDUC – A Comissão Permanente de Licitação torna público para conhecimento dos interessados que no dia 05 de Abril de 2016, às 10h, em Sessão Pública, na Sala da Comissão Permanente de Licitação, localizada Av. Edilberto Frota, Nº 1821, Planalto, estará recebendo os Envelopes de Habilitação e Propostas de Preços, da CP acima, Tipo Menor Valor Global, cujo Objeto: **Construção de Creche Proinfância Tipo 1 no Distrito de Ibiapaba. O Edital completo estará à disposição nos dias úteis após esta Publicação, no horário de 07h30min às 17h30min. **Crateús-CE, 02 de Março de 2016. Francisco Olavo Rodrigues – Presidente da Comissão Permanente de Licitação.****

*** **

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Orós. A Comissão de Licitação, localizada na Praça Anastácio Maia, nº 40-Centro-Orós/CE, comunica aos interessados que no dia 16 de março de 2016, às 10:30hs, estará abrindo licitação na modalidade **Pregão Presencial nº 2016.03.02.02**, objeto: aquisição de medicamentos, material médicos hospitalares, material odontológico e instrumentais, junto à Secretaria de Saúde do Município de Orós/CE, tudo conforme anexo I do edital. O edital completo estará disponível no endereço acima, a partir da data desta publicação, no horário de atendimento ao público. **Orós/Ce, 02 de março de 2016. José Kleriston Medeiros Monte Júnior-Pregoeiro.**

*** **

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Orós. A Comissão de Licitação, localizada na Praça Anastácio Maia, nº 40-Centro - Orós/Ce, comunica aos interessados que no dia 16 de março de 2016, às 08:00hs, estará abrindo licitação na modalidade **Pregão Presencial nº 2016.03.02.01**, objeto: fornecimento de refeições (almoço e janta) e café da manhã preparadas para suprir as necessidades das unidades administrativas, do Município de Orós-CE, conforme Anexo I. O edital completo estará disponível no endereço acima, a partir da data desta publicação, no horário de atendimento ao público. **Orós/CE, 02 de março de 2016. José Kleriston Medeiros Monte Júnior-Pregoeiro.**

*** **

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Ibiapina – Aviso de Licitação. A Pregoeira Municipal comunica aos interessados que no próximo dia 15 de Março de 2016, às 09h00min, estará abrindo licitação na modalidade **Pregão Presencial nº 03/2016-SEINFRA**, cujo objeto é a aquisição de materiais elétricos destinados à Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos do Município de Ibiapina-CE. O edital estará à disposição dos interessados nos dias úteis após esta publicação no horário de 08h00min às 12h00min, no endereço da Prefeitura Municipal desta cidade na Rua Moises Aarão, S/N, Centro. **Ibiapina – CE, 03 de Março de 2016. Flavia Maria Carneiro da Costa – Pregoeira.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Umirim - Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº 2016030101-ADM. O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Umirim-CE comunica aos interessados, que no dia: 15/03/2016 às 08h30min na Sala da Comissão de Licitação estará recebendo os Envelopes de Propostas e Habilitação do **P/P nº. 2016030101-ADM**, cujo objeto é aquisição de material de expediente e processamento de dados destinado as Secretarias Municipais Para o Exercício de 2016. Maiores informações, pelo telefone: 0**(85) 3364-1211. **Umirim-CE, 01 de Março de 2016. Fernando Pinto Fernandes- Pregoeiro.**

*** **

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Itapajé - Aviso de Abertura de Propostas - Tomada de Preço Nº 003/2016-SEINFRA. Objeto: reforma da praça da Assembleia de Deus e da Praça do Jauro na Sede do Município de Itapajé-CE. A Comissão Permanente de Licitação comunica aos interessados que estará abrindo as Propostas referente à esta Licitação no dia 04 de março de 2016, às 08:00horas. **Itapajé/Ce, 02 de março de 2016. Wedser de Sousa Pinheiro – Presidente da C.P.L.**

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Ipaporanga - Aviso de Licitação - Edital de Pregão Presencial Nº 008/16/PP-SE. O Pregoeiro da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Ipaporanga/CE, torna público que no dia 16 de março de 2016, às 08:00 horas, na sala da Comissão de Licitação, na Rua Franklin José Vieira nº 02, Centro , Ipaporanga, Ce., receberá propostas e documentos de habilitação para a aquisição de uniformes escolares, destinados aos alunos da Rede Pública de Ensino do Município de Ipaporanga, com características e especificações contidas no Anexo I do Edital. **Modalidade: Pregão Presencial Nº 008/16/PP-SE. Ipaporanga/CE, 02 de março de 2016. Estefânio Lopes Neto - Pregoeiro Oficial.**

*** **

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Morrinhos. A Comissão Permanente de Licitação comunica aos interessados que no próximo dia 21 de Março de 2016, às 09h00min, estará abrindo Licitação na modalidade **Tomada de Preços Nº. 0303.02/2016**, cujo objeto é contratação de empresa para executar os serviços de reforma da quadra poliesportiva da EMEF Jonas Roberto Magalhães no distrito de Sítio Alegre no Município de Morrinhos - CE. O Edital Completo estará à disposição nos dias úteis após esta publicação no horário de 07h30min às 11h30min no endereço da Prefeitura Municipal à Rua José Ibiapina Rocha, s/ nº. Centro, Morrinhos – CE. Informações (88)3665 1130. **03 de Março de 2016. Jorge Luiz da Rocha.**

*** **

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Morrinhos. A Comissão Permanente de Licitação comunica aos interessados que no próximo dia 15 de março de 2016, às 09h00min, estará abrindo aos interessados Licitação na modalidade **Pregão Presencial de Nº. 0303.01/2016**, cujo objeto é aquisição de gêneros alimentícios para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Morrinhos - CE. O Edital Completo estará à disposição nos dias úteis após esta publicação no horário de 07h30min às 11h30min no endereço da Prefeitura Municipal à Rua José Ibiapina Rocha, s/ nº. Centro, Morrinhos – CE. Informações (88)3665 1130. **03 de Março de 2016. Pregoeiro – Jorge Luiz da Rocha.**

*** **

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Umirim – Aviso – Chamada Pública Nº 001/2016. A Prefeitura Municipal de Umirim comunica aos interessados, a **Chamada Pública Nº 001/2016**, para Aquisição de Gêneros Alimentícios da agricultura familiar para alimentação Escolar com Dispensa de Licitação Conforme lei 11.947 de 16/07/2009 e Resolução Nº 38 de FNDE, evento está marcado para o dia 24 de Março de 2016 as 09h:00min Informações poderão ser obtidas junto à comissão de licitação de 07h30min às 11h30min e 13h00 às 17h00min, na Prefeitura Municipal de Umirim. **Umirim-CE 02 de Março de 2016. Enólia Clébia Gomes Alves de Freitas – Presidente da CPL.**

*** **

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Jijoca de Jericoacoara – Aviso de Licitação. A Pregoeira Municipal comunica aos interessados que no próximo dia 16 de março de 2016, às 08h00min, estará abrindo licitação na modalidade **Pregão Presencial Nº 006/2016**, tipo menor preço, cujo objeto é aquisição de cestas básicas destinadas a doação a pessoas carentes do Município de Jijoca de Jericoacoara/CE. O edital completo estará à disposição dos interessados nos dias úteis após esta publicação no horário de 08h00min às 12h00min, no endereço do Setor de Licitações na Rua José Elias, 397, Centro. **Jijoca de Jericoacoara - CE, 03 de março de 2016. Adriana Freitas de Sousa – Pregoeira.**

*** **

Prefeitura Municipal de Quixeramobim – Extrato de Contrato - Extrato resumido do processo de licitação na modalidade Pregão Presencial nº. 15.007/2015 Objeto: Registro de Preços para Futuras e Eventuais Aquisições de gêneros alimentícios, de interesse da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social e do Fundo Municipal de Assistência Social. **Contratado:** Antonio Claudio Nogueira de Lima – ME. **Vigência:** Até 31/05/2016. Assina pela Contratante: A Sra. Secretária – Tarsianne Maria Pinheiro Borges de Miranda. Valor Global R\$ 30.322,20 (trinta mil trezentos e vinte e dois reais e vinte centavos). Assina pela Contratada: Antônio Claudio Nogueira de Lima. Data da Assinatura: 24/02/2016.

*** **

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Aracati. A Comissão de Licitação torna público o Resultado do **Julgamento da Habilitação da TP nº 1202.01/2016-SMDEAP**, que se refere à Locação de tratores (sem condutor) em regime de horas trabalhadas, para gradagem de terra nas localidades do Município de Aracati-Ceará. Empresas Habilitadas: LCC-Const. E Loc. LDTA-ME e J. Pereira Rebouças-ME. Fica aberto a partir desta, o prazo recursal previsto no art.109, inciso I, alínea “a” da Lei 8.666/93. Caso não haja interposição de recursos à sessão de abertura das propostas será no dia 11/03/2016 às 08h30min, na Sala da CPL. **José Neto de Castro–Presidente.**

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Martinópolis - Aviso de Licitação. O Município de Martinópolis, por intermédio de seu Presidente da Comissão de Licitação e Pregão, torna público que realizará licitação na modalidade **Tomada de Preços Nº 2016.03.02.02**, tipo menor preço global, para contratação de empresa especializada para execução dos serviços de reforma de escolas do Município de Martinópolis, conforme termo de referência, com data de abertura em 21/03/2016, às 09:00h. O Edital está à disposição dos interessados na sala da C.P.L., situada à Avenida Capitão Brito, S/N, Centro, Martinópolis-CE. **Martinópolis (CE), 02 de Março de 2016. Francisco das Chagas da Silva Neto - Presidente da Comissão de Licitação e Pregão.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Martinópolis - Aviso de Licitação. O Município de Martinópolis, por intermédio de seu Pregoeiro, torna público que realizará licitação na modalidade **Pregão Presencial Nº 2016.03.02.03**, tipo menor preço global, para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de confecção e elaboração de GFIP, DCTF, RAIS e DIRF, junto à Secretaria de Administração do Município de Martinópolis-CE, conforme termo de referência, com data de abertura em 15/03/2016, às 14:00h. O Edital está à disposição dos interessados na sala da C.P.L., situada à Avenida Capitão Brito, S/N, Centro, Martinópolis-CE. **Martinópolis (CE), 02 de Março de 2016. Francisco das Chagas Da Silva Neto - Pregoeiro.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Martinópolis - Aviso de Licitação. O Município de Martinópolis, por intermédio de seu Pregoeiro, torna público que realizará licitação na modalidade **Pregão Presencial Nº 2016.03.02.01**, tipo menor preço global por lote, para contratação de empresa especializada para a produção, estruturação e realização de evento alusivo a comemoração do aniversário do Município de Martinópolis-CE, conforme termo de referência, com data de abertura em 15/03/2016, às 09:00h. O Edital está à disposição dos interessados na sala da C.P.L., situada à Avenida Capitão Brito, S/N, Centro, Martinópolis-CE. **Martinópolis (CE), 02 de Março de 2016. Francisco das Chagas da Silva Neto - Pregoeiro.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Trairi - Aviso de Licitação - Tomada de Preços Nº 2016.03.01.003. A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Trairi, localizada na Av. Miguel Pinto Ferreira, 145 - Planalto Norte, torna público que se encontra à disposição dos interessados o Edital de Tomada de Preços Nº 2016.03.01.003, cujo objeto é a Execução dos Serviços de Pavimentação em Pedra Tosca com Rejuntamento - Sede, junto à Secretaria de Infraestrutura do Município de Trairi/CE, que se realizará no dia 18 de março de 2016 (18/03/2016), às 12:00hs. Referido Edital poderá ser adquirido no endereço acima, a partir da data desta publicação, no horário de expediente ao público. **Trairi/CE, 02 de março de 2016. CPL.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Porteiras - Aviso de Licitação - Pregão Presencial nº 2016.03.02.1. Realizará a licitação para aquisição de materiais de expediente, suprimentos de informática, materiais de limpeza e higiene pessoal, destinados ao atendimento das necessidades das diversas Secretarias, Órgãos e Programas desenvolvidos pelo Município de Porteiras/CE. Abertura: 16 de março de 2016 às 09:00h. Edital disponível à Rua Mestre Zuca nº. 16, no horário de 08:00 às 12:00h. Esclarecimentos: Fone (88)3557-1254 (R-211). **Porteiras/CE, 02 de março de 2016 - Maria do Socorro Rodrigues Pereira - Pregoeira Oficial do Município.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Tauá - Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano. Extrato do Termo de Homologação e Adjudicação, referente à **Concorrência Pública nº 2210.01/2015 - INFRA**, cujo objeto é a contratação de empresa para execução de passagem molhada em diversas localidades no município de Tauá-Ce, em favor da empresa Roberto Dias Neto - ME, pelo valor de R\$ 2.493.005,16 (dois milhões, quatrocentos e noventa e três mil e cinco reais e dezesseis centavos). **Tauá-CE, 02 de março de 2016. Edson Araújo de Sousa, Ordenador de Despesas da Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE TIANGUÁ - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 02.24.02/2016-PP - O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Tianguá-CE torna público para conhecimento dos interessados que no próximo dia **16 de Março de 2016, às 08h**, na Sede da Prefeitura localizada à Avenida Moisés Moita, Nº 785, Centro, Tianguá-CE, estará realizando Licitação, na Modalidade Pregão Presencial, critério de Julgamento Menor Preço por Item, tombado sob o Nº 02.24.02/2016-PP, com o seguinte Objeto: **Contratação de empresa especializada no fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP, botijão de 13kg e botijão transportável de aço para Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), selo INMETRO, capacidade de 13kg para os Programas: Creche, Pré-Escolar, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adulto - EJA, Programa Mais Educação, Programa Brasil Alfabetizado - PBA, Pro Infância e Atendimento de Educação Especial - AEE, devendo o abastecimento ser realizado diretamente nas Unidades Escolares, da Secretaria de Educação do Município de Tianguá-CE.** O Edital encontra-se na íntegra na Sede da Comissão de Licitação, localizada à Avenida Moisés Moita, Nº 785, Centro, Tianguá-CE, Fone: (88) 3671.2288, no horário de 07h30min às 11h30min. **Tianguá-CE, 03 de Março de 2016. Felipe Moita Leão - Pregoeiro.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Iraporanga - Aviso do Resultado do Julgamento da Documentação de Habilitação da Tomada de Preços nº 001/16/TP-SE-O. Empresa Habilitada: R. R. Construções e Serviços Ltda - Me. Empresas Inabilitadas: Almeida Projetos e Construções Ltda, Apolo Serviços e Construções Eireli - Me, Semas Imperium Serviços e Construções Eireli - Me e Construtora Nova Hidrolândia Eireli - Me. O Presidente informa os licitantes poderão tomar conhecimento junto à Comissão de Licitação os motivos que resultaram na inabilitação dos participantes. Intime-se os licitantes na forma do Artº 109, I "a" da Lei nº 8.666/93 com suas alterações. **A Comissão Permanente de Licitação.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Saboeiro - Aviso de Credenciamento. A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Saboeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que até o dia 11 de março de 2016, no horário de 08:00 às 12:00 horas, estará realizando Chamamento Público, para contratação de serviços de profissionais da saúde, com as respectivas tabelas de preços, para o exercício de 2016. Maiores informações e aquisição do Edital, os interessados deverão dirigir-se à Prefeitura Municipal de Saboeiro, na Trav. Senador Miguel, 15 - Centro, no horário de 08:00 às 12:00 horas. **Saboeiro, 02 de março de 2016 - Maria Iranilda Leite - Presidente da Comissão Permanente de Licitação.**

*** **



AVISO

Informamos que, a venda do Diário Oficial do Estado é feita exclusivamente na Casa do Cidadão, no endereço abaixo:
Casa do Cidadão do Shopping Benfica: Av. Carapinima nº2200 - Benfica.

MAIORES INFORMAÇÕES

PELOS TELEFONES: (085) 3101-2252 / 3101-2250 (**Benfica**)
3466-4025 / 3466-4912 (**Casa Civil**)

Horário de atendimento: 09h às 12h
13h30 às 15h



DESTINADO(A)

--